1908

Subsidios criticos para a historia da dictadura

LISBOA
EDITOR: JOÃO CHAGAS
Composto e impresso na Typ. do Annuario Commercial
27, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 27
1908

Toda a discussão que se contém n'este livro dá, sommada, esta data — 1908. 1908 é uma synthese. O titulo do livro é a synthese do livro. E' historia? Não é ainda. A historia julga. Eu apenas deponho. Este livro é o meu depoimento. Como, porém, não deponho apenas com razões, mas com factos, porque n'elles me encontrei envolvido, vou, n'este prefacio, fazer um depoimento mais largo.

Parece que ainda não está estabelecida a legitimidade do procedimento dos homens que combateram a dictadura, pelos unicos processos que restavam aos portuguezes para a combater e que foram os processos revo-

lucionarios, porquanto os que se serviram d'elles, no uso de um direito a que não renunciou nenhum cidadão livre, foram tratados como réus de um crime punivel, pelo Estado, que teve de os amnistiar para não os condemnar, e pela sociedade monarchica, que se recusa a reconhecer a sua obra, a despeito das vantagens que auferiu d'ella.

Essa situação de réu não nos convém, no entanto, nem nós admittimos que nos tratem como taes, porque se em Portugal houve réus não fomos nós, mas aquelles contra quem pegámos em armas. Nós eramos cidadãos opprimidos. Elles eram tirannos, e contra a tirannia não é apenas licito: é

obrigatorio pegar em armas. Nós constituimos-nos n'essa obrigação. Mas a tirannia não era apenas uma oligarchia ephemera, ou um ephemero oligarcha. Era o rei e era o regimen constituido. Por isso, quando nos propuzemos combater a tirannia em Portugal, propuzemos-nos depôr o rei e o regimen. Que aquelles que n'esse momento não pensassem em depol-os, nos atirem a primeira pedra. Nós fomos mais corajosos. Nós pensamos em fazel-o e tentamos fazel-o.

O objectivo da nossa obra frustrou-se, e o que veio então, em vez da revolução que seria da nossa iniciativa? Veio o regicidio, que foi — o imprevisto e o imprevisto só,

porque a laboração moral do regicidio não se operou nem na nossa presença, nem com a nossa cumplicidade. Começa e acaba quando nós já não existimos e é immediatamente inspirada por factos a que somos estranhos.

Eu não procuro, sequer, tentar a defeza do partido a que pertenço, contra a accusação que ninguem ainda ousou formular claramente, mas que muitos tem malevolamente insinuado, de que elle molhou as suas mãos no sangue do rei. Contra semilhante accusação clamam os factos e a propria razão, e o que a razão a este respeito nos diz é que é insensato attribuir á iniciativa de

muitos um acto tão individual como pode ser o sacrificio de alguns. Não se mata por delegação. Matar é um acto, mais do que nenhum outro, individual. Mas se é possivel matar por delegação, não é possivel morrer por delegação, e os regicidas de 1 de Fevereiro mataram e morreram. Um attentado, levado a cabo nas condições em que esse o foi, não admitte a idéa de cumplicidade. Criminosos tem cumplices. Fanaticos até ao sacrificio da propria vida, não os tem. O seu cumplice é a sua consciencia.

Nós nunca pensamos matar o rei. Matar não estava no nosso temperamento, na nossa condição, na nossa educação e não estava

no nosso programma politico, ao qual a morte do rei em nenhuma circumstancia poderia servir. Pode-se falar? Fale-se, embora não se diga tudo o que seria util á historia. Os homens de Janeiro tentaram, como o reconheci e o proclamo, destruir a fórma de governo, e nenhum pretendeu illudir esse objectivo, mas a nenhum occorreu destruir, ou pôr em risco a pessoa do rei. Antes do regicidio, ninguem, absolutamente ninguem pensou em attentar contra a sua vida. Essa idéa não surgira em cerebro algum. Nem os revolucionarios a tiveram, nem por outros foi lembrada. D. Carlos esteve algum tempo sem apparecer, como que receioso de

entrar em contacto com um povo, que sabia indisposto no mais alto gráo contra elle. Mas, ou por vontade propria, ou por conselho de João Franco, mostrou-se de novo nas ruas de Lisboa, depois da publicação do decreto dos adeantamentos e da entrevista do TEMPS. *A sua nova attitude irritou, como um desafio; mas nem assim os odios, que elle já inspirava, se decidiram a armar-se contra a sua pessoa. A sua inviolabilidade parecia garantida e garantida estava pela revolução, que só tinha interesse em o poupar.*

O que o matou não foi, portanto, a revolução: foi a anarchia. Frustrada a revolu-

ção (28 de janeiro), esmagada a revolução (31 de janeiro), as iras individuaes, entregues ás instigações desesperadas da impotencia, fizeram a sua obra. A sua obra foi o regicidio.

O regicidio foi uma surpreza e surpreza tão espantosa, que ainda hoje vivemos sob a sua acção. Na realidade, paralysou os movimentos de todos, e até os nossos. Esse simulacro de continuidade historica, que é a politica portugueza no presente momento, faz-se ao favor d'essa surpreza.

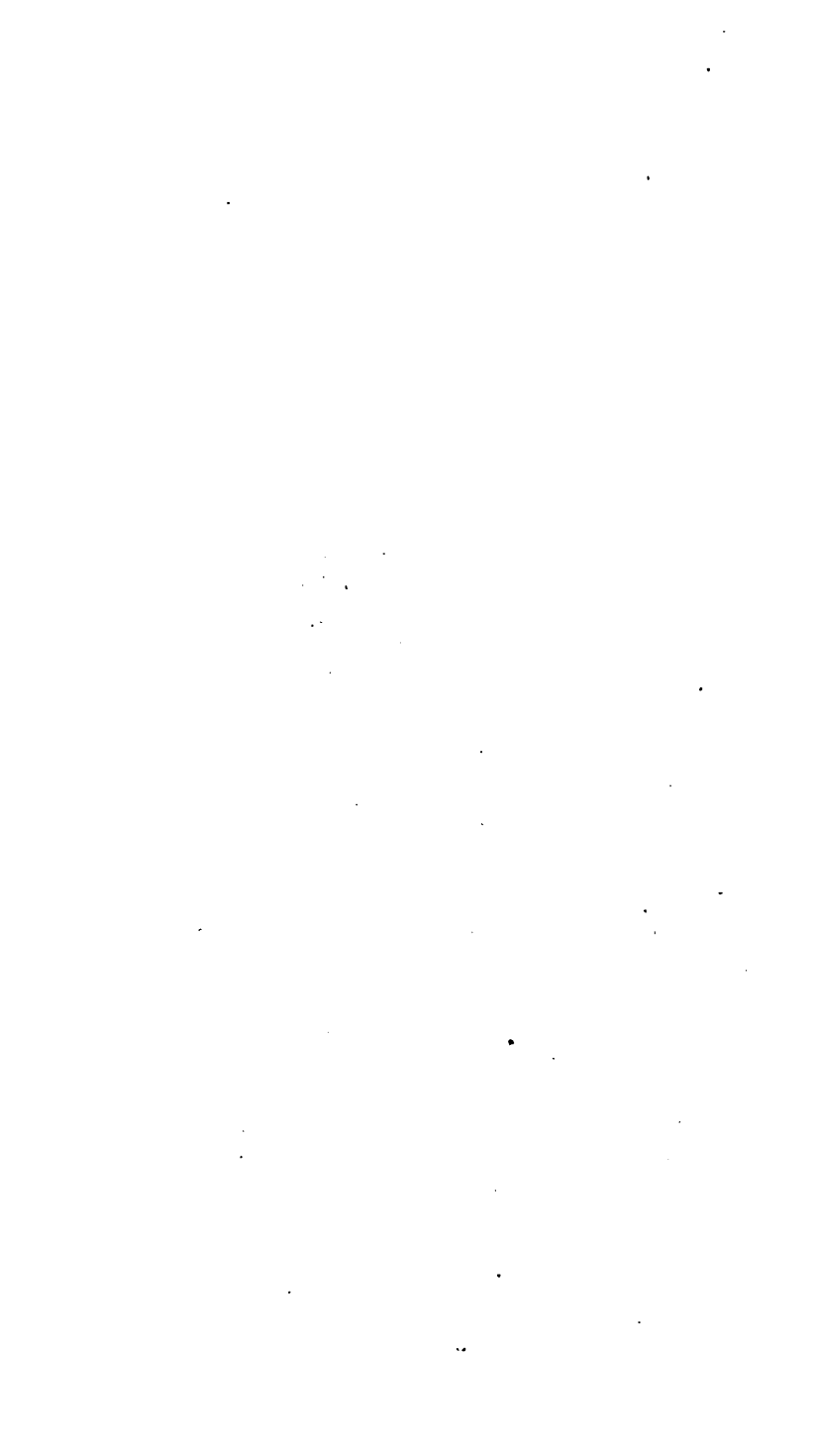
Aqui está, summariamente, o que se passou, e aqui estão as nossas responsabilidades. São ellas as de cidadãos que cumpriram stricta-

mente o seu dever e tem, por isso, a sua consciencia mais do que tranquilla — satisfeita. Elles inscrevem (eu, pelo menos, a inscrevo) na sua folha de serviços á patria e á liberdade, esta data — 1908.

Lisboa — Junho, 1908.

João Chagas.

1906

Antes da dictadura

1908

Julho — Agosto — Setembro:

As questões de fórma são, para um certo numero de espiritos chamados *praticos*, questões secundarias.

Para mim, que não sou um espirito pratico, a questão de fórma é essencial. Eu penso que o exito das idéas depende da maneira por que as formulamos.

«Caçar no mesmo terreno...»

O sr. João Franco não parece ter esta preoccupação, porque nem sempre as formula bem.

No seu discurso do Porto, por exemplo, querendo elle exprimir que, entre o seu programma e o programma republicano ha identidade de vistas, disse que

elle e os republicanos «caçam no mesmo terreno».

Caçar é um vocabulo infeliz.

Caçar significa strictamente ir á caça. Figuradamente o verbo *caçar* tem uma significação torpe. E' bem conhecida a expressão — *caçar dotes.*

Traduzir pelo verbo *caçar* a idéa que o sr. João Franco procurou exprimir, é achincalhal-a.

Realisar um programma politico não é caçar. Semilhante vocabulo, applicado a similhante idéa, não faz sentido, a não ser que queiramos pol-a de rastos, dando a entender que se trata, não de um programma de politicos, mas de um programma de caçadores furtivos, os quaes, como se sabe, são aquelles que caçam para roubar.

Não foi esta, certamente, a intenção do sr. João Franco, o qual pretendeu apenas exprimir que, se os republicanos querem restaurar o paiz, elle tambem o quer; mas chama-se porventura a isto — *caçar?*

Desusada, descabida, desastrada palavra! e, quem sabe? — o insuccesso da sua

proposição deve-se talvez todo a ella. As idéas inspiram respeito muito menos na medida do seu valor intrinseco do que no da sua majestade verbal. Ha logares communs que tem feito carreira, simplesmente por se apresentarem bem vestidos.

Ao pensamento do sr. João Franco faltou essa majestade verbal que o tornaria respeitavel. O sr. João Franco vestiu mal a sua idéa. Vestiu-a de caçador. Poz-lhe um chapeu desabado, calçou-lhe umas botas velhas, metteu-lhe na mão uma espingarda de caça. A sua idéa perdeu austeridade. E' uma idéa de governo e parece um gracejo.

O sr. João Franco objectará que, bem ou mal, exprimiu o que quiz. Exprimiu mal e exprimir mal é — não exprimir.

Os francezes — diz Jaurés — tem o segredo das idéas que fundam e das palavras que ficam. E' talvez contestavel que os francezes tenham o segredo das idéas que fundam, mas teem incontestavelmente o segredo das palavras que ficam.

Nós, não temos esse segredo. Com uma lingua tão rica, gaguejamos.

Não me parece que o espirito de economia de um homem tão rico como o sr. João Franco, deva ser virtude apregoada. No entanto, no seu discurso do Porto, entre outras virtudes pessoaes, apregoou essa.

Economisar é, segundo uma velha definição de J. B. Say, guardar o que sobra, definição que um homem de espirito, Eduardo Garrido, admiravelmente traduziu n'esta formula: — *Não sou bastante rico para fazer economias.*

Um homem economico.

O sr. João Franco é bastante rico para as fazer. Não é virtude que as faça. Ao sr. João Franco sobra. A quantos não chega?

O sr. João Franco póde gastar o necessario e ainda o superfluo, e não sei quem é o moralista que diz que não ha nada mais necessario do que o superfluo.

Aquillo de que o homem procura privar-se é muitas vezes justamente aquillo de que precisa mais.

O sr. João Franco póde, sem se privar, fazer economias. Onde está a sua virtude? Priva-se, e então o seu espirito de economia não só não é virtude, como é vicio. Dizia Fontenelle que a economia é virtude na pobreza e vicio na opulencia. A parcimonia na opulencia chama-se, muitas vezes, — avareza.

Vicio, ou virtude, o espirito de economia de um homem opulento é, porém, privilegio que elle não tem vantagem em apregoar, porque não augmenta o seu prestigio e, algumas vezes, o diminue. *Possuir*, na nossa sociedade tão desigual, tão injusta, tão cruel, de possuidores e não-possuidores, não é uma situação fagueira. Aquelle que *possue*, para a moral do dia, é um pouco aquelle que se *apossou*. Possuir e guardar é legitimo; proclamal-o é imprudente. As desigualdades da fortuna são muito mais vivas perante a parcimonia do que perante a generosidade. Um cofre é sempre um cofre, mas um

cofre fechado é muito mais antipatico do que um cofre aberto.

Um homem rico que se diz economico é, pelo menos, um homem que podia estar calado.

«Uma data de sabre»

O sr. João Franco teve um momento de mau humor, na inauguração do Centro Regenerador Liberal Marques Leitão. Foi quando disse, emquanto lhe chegavam aos ouvidos os rumores hostis da rua: «Vê-se agora que o partido republicano está precisando da sua data de sabre, como de pão para a bocca.»

Horrivel pensamento e horrivel palavra! Nunca um homem de Estado se dirigiu assim a um partido e nunca se serviu de similhante expressão! Para o fazer é preciso deixar de ser um homem de Estado e passar a ser um homem e um homem encolerisado. O sr. João Franco foi um homem encolerisado.

Eu não lh'o levo, porém, a mal. Em primeiro logar, um momento de ira alheia, que não me traz lesão pessoal, deixa-me absolutamente indifferente. Um homem zangado, comtanto que não o esteja commigo, interessa-me pouco.

Depois, o mau humor do sr. João Franco é perfeitamente compreensivel. Elle procura, diz, realisar o programma dos republicanos.

Qual é, no entanto, o resultado dos seus esforços?

Nullo.

Devemos convir que é de perder a cabeça, e o sr. João Franco perdeu-a hontem.

No entanto, é facil compreender porque é que os republicanos não se entendem melhor com o sr. João Franco do que se entenderam com o sr. José Luciano e o sr. Hintze Ribeiro. E' que, por muito que o sr. João Franco prometta realisar o programma dos republicanos, não o realisa totalmente. O sr. João Franco procura dar-lhes uma monarchia pretendidamente restaurada. Ora, o que os republicanos

querem não é uma monarchia, mesmo restaurada. — E' a Republica.

O sr. João Franco não se conforma com esta irritante intransigencia e já fala em levar os republicanos a mal, visto não os ter podido levar a bem.

E' que o sr. João Franco, como todos os lusitanos, fundamentalmente lusitanos, não compreende o Progresso.

O sr. João Franco não compreende que a democracia em Portugal tenha feito progressos e tantos progressos que não lhe seja possivel entender-se com a monarchia.

Diz-se que o Progresso tem rodas. O sr. João Franco não admitte esta idéa. Para elle, por certo, o carro do Progresso é um carro — sem rodas.

As pedradas d'Alcantara.

A policia de Lisboa está fazendo uma verdadeira devassa, a proposito das manifestações contra o sr. João Franco, no bair-

ro d'Alcantara. Numerosos individuos tem sido chamados a depôr no famoso Juizo de Instrucção Criminal, outros tem sido presos e postos incommunicaveis. A esta hora, reina o panico em Alcantara, onde, como nos tempos ominosos dos srs. Hintze Ribeiro e José Luciano, reappareceram os bengalões e os chapéus desabados da policia judiciaria; e eu não sei já agora o que seja mais antipatico — se a tirannia outr'ora exercida por estes senhores, se a que o sr. João Franco começa a exercer, porque a tirannia José Luciano-Hintze invocava a intangibilidade do Estado, que elles pretendiam defender, emquanto que a tirannia João Franco só invoca a intangibilidade de João Franco.

Por outro lado, tem o sr. João Franco o direito de se considerar intangivel, mesmo a algumas pedras das calçadas? Quem semeia ventos colhe tempestades, diz o rifão. O sr. João Franco semeia ventos.

O sr. João Franco desce á praça publica. E' já primeiro ministro e ministro do reino e ainda vai falar a reuniões publicas, não uma fria linguagem ministerial, mas uma

Promettia-se alguma coisa nova. O sr. João Franco falava em opinião, em liberdade, em suffragio, em lucta. Afinal, tudo velho, velhissimo. Os policias que antigamente votavam com os srs. José Luciano e Hintze Ribeiro passaram agora a votar com o sr. João Franco. Nem um policia a menos! O governo, como todos os governos, ganhou em toda a parte e as opposições em toda a parte perderam, ou obtiveram a inevitavel minoria.

A noite passada, na redacção d'um jornal, assisti ao abrir dos telegrammas annunciando de toda a parte a victoria do governo. Nenhuma surpreza. O mesmo antigo, antiquissimo caso. Os mesmos factos e as mesmas palavras. Ha uma chapa para telegrammas eleitoraes: «*A lista do governo obteve a maioria, etc.*» A mesma chapa serviu agora. Os telegrammas assignalam *una voce*, a maioria obtida pelo governo.

Os partidarios do sr. João Franco vão certamente assegurar-nos que a victoria do governo foi obtida em circunstancias excepcionaes de liberdade, de garantia, de

respeito á lei. Assim terá sido. O facto, porém, é que as eleições d'hontem provam-n'os que nada se parece mais com uma eleição livre do que uma eleição que não o é.

Eu e, como eu, muita gente, esperavamos outra coisa. O quê, não sei! Outra coisa. *Algo nuevo.* O sr. João Franco saíra das praxes ministeriaes: invocara a opinião, promovera reuniões eleitoraes, fizera discursos. Na vespera das eleições falara aos seus amigos, não como o chefe do governo que tem a eleição na mão, mas como um candidato desajudado, que não sabe o que ella dará. Li, não sem alguma commoção, que elle mesmo, na ultima reunião de um dos seus Centros, dera instrucções aos seus eleitores sobre a maneira de votar, a composição das mezas, a fiscalisação do acto eleitoral. Não era emfim já o governo, centralisador, açambarcador, corruptor, fraudulento e burlão. Era outra coisa, era outra vida, eram outros processos de governar.

Fazem-se, porém, as eleições e resulta o quê? Resulta que, mais uma vez, o governo—ganhou as eleições.

O sr. João Franco—eis ao que nos conduziam as suas abundantes palavras—só nos poderia provar que tinha feito eleições por um processo novo—perdendo as eleições.

Ganhando-as, como as ganhou, o seu processo pode ter sido novo, mas parece-se absolutamente com o processo antigo, e se a moralidade se parece assim tanto com a corrupção, eu sou de pensar que, francamente, quasi não vale a pena fazer moralidade.

A mocidade e o franquismo.

Por intermedio de um dos seus jornaes, o franquismo convida a juventude a filiar-se no partido regenerador-liberal.

A juventude é revolucionaria: é republicana, é socialista, é anarchista. O jornal em questão dirige-se a estas aspirações e emquanto repelle umas por desnecessarias, por absurdas, por chimericas, fala ao ou-

vido de outras e promette-lhes collaboração.

Não é preciso!

O partido regenerador-liberal ha-de ter as adhesões da mocidade, que estão inevitavelmente contadas não a todos os partidos, mas a todos os governos, sem que para isso seja necessario propôr principios, discutir principios. Já mesmo tem essas adhesões. Apenas o sr. João Franco assomou no poder, mil corações moços pulsaram de impaciencia. Está no poder ha pouco tempo e já alguns se lhe entregaram.

A mocidade dá para tudo; dá para coisas bellas e dá para coisas feias, e não é preciso convocal-a. Ella vem. Um homem novo não quer dizer um coração novo. Muitas vezes, o seu coração está velhissimo. Esses moços de coração velho caminham já para o sr. João Franco. Mas que o sr. João Franco não se ufane. Sempre houve mocidade no caminho do poder, porque para o poder vai tudo — moços e velhos. Os principios são o sonho, mas o poder é a realidade, e o homem é feito de coração e estomago. O coração

pulsa pelos principios; o estomago senta-se á meza posta da realidade.

No artigo a que me estou referindo procura-se desviar a mocidade, da republica que ainda não veio, para a monarchia que ainda está.

Esforço inutil!

Em Portugal só adoptam os principios republicanos as naturezas heroicas. As outras vão todas para a monarchia, quer ella se chame João Franco, quer se chame Hintze Ribeiro, ou José Luciano.

O heroismo da juventude republicana consiste em renunciar insophismavelmente.

A mocidade é socialista, é anarchista e não renuncia. Estes principios do futuro não são incompativeis com um succulento presente. As maiorias parlamentares, em Portugal, estão cheias de anarchistas e socialistas. Socialistas e anarchistas são mesmo, ou assim se dizem, os nossos homens de governo.

Ser republicano é ser, porém, absolutamente incompativel com o presente e esta renuncia é heroica.

Ora, o que pede o sr. João Franco? Heroes? Não! Collaboradores — ministros, deputados, jornalistas, funcionarios, galopins, e para isto não lhe falta gente — mesmo nova.

Outubro — Novembro — Dezembro:

O sr. João Franco está collocado n'uma situação verdadeiramente difficil e já na camara dos pares o verificou, e se não foi diante do sr. João Arroyo, que fez um grande discurso, foi diante do sr. Teixeira de Sousa, que pronunciou apenas duas palavras.

Os illogismos da situação.

Tendo o sr. João Franco declarado que o novo governo inaugurara uma administração honesta, o sr. Teixeira de Sousa, que, já por três vezes, foi ministro, levantou-se para protestar contra estas palavras e para lhe perguntar se a sua administração não o fôra.

xeira de Sousa, se os actos da sua administração foram actos condemnaveis.

O sr. João Franco não é uma natureza tão intransigente como a inculcam. Acabará talvez por declarar que esses actos não foram condemnaveis e foram mesmo meritorios; mas — meu Deus! — se assim o fizer, em que estado ficarão os seus principios e como se justificará a sua presença no poder?

Para que o sr. João Franco estivesse logicamente no poder, seria preciso que tanto o partido regenerador como o partido progressista estivessem no inferno, ardendo nas chammas da expiação. O sr. João Franco não está logicamente no poder, porque nada d'isto succede e succedem mesmo coisas bem differentes. Mas na vida ha logica e quando não ha logica ha alçapões. O sr. João Franco e os seus principios hão de desapparecer por um d'elles, ao som d'aquella gargalhada de Mefistofeles, que Eça de Queiroz disse ser — acida.

Não ha espectaculo mais curioso do que o que offerece a camara dos deputados n'este momento.

Com effeito, encontram-se reunidos n'aquella camara — republicanos d'hoje e republicanos d'hontem, e ainda no sabbado se viu responder ao sr. Affonso Costa — o sr. Martins de Carvalho; e qual é a situação dos republicanos d'hontem em face dos republicanos d'hoje?

Perfeitamente desafogada.

Um apostata.

O sr. Martins de Carvalho, que ha pouco tempo ainda militava no partido republicano e que o abandonou para se converter á monarchia, fala em nome da monarchia, como se em sua vida nunca tivesse feito outra coisa.

Diriamos que a presença dos seus antigos correligionarios no parlamento o deveria pelo menos constranger. Nada

d'isso! O sr. Martins de Carvalho está perfeitamente á vontade. Nada teme, como quem nada deve. Verdadeiramente, é admiravel e tão admiravel é que eu começo a persuadir-me de que ha actos humanos muito mal apreciados e de que apostatar é um d'elles. O estado d'alma dos apostatas é, na apparencia, tão sereno que eu começo a persuadir-me de que *apostasia* é, no fim de contas, — uma palavra, ou então que Berryer tinha razão quando proclamava o «cynismo da apostasia» e que ao acto de apostatar corresponde o orgulho das grandes acções.

As cartas do rei.

E' talvez lisongeiro ser tratado por *tu*, por um rei, com a condição, porém, de que, por nossa vez, nos seja licito tratal-o a elle por *tu*.

E' talvez certo que «*l'intimité d'un grand homme est un bienfait des dieux*»,

mas, por muito grande que seja, essa intimidade só é lisongeira quando se baseie n'um pé de igualdade. O homem poderoso que nos faz sentir o seu poder concedendo-nos o favor da sua intimidade, com a restrição de não abusarmos d'ella, na realidade esmaga-nos com o peso da sua superioridade. E' um amigo? E' antes um despota e não é menos despota pelo facto de se acercar affectuosamente de nós. Ao contrario, é um despota maior, porque não ha despotismo mais violento do que o despotismo affectuoso.

Lendo a carta do rei ao seu ministro, diriamos que estes dois homens, rei e ministro, se tratam por *tu*. Pois bem. Não! Só o rei é que trata por *tu* o seu ministro. Este limita-se a acceitar que o tratem assim, como os creados de café, aos quaes, em virtude de um feio habito, tratamos por *tu*, como tratamos por *tu* os cocheiros e, em geral, todos os subalternos que nos prestam serviços.

O creado de café tampouco nos trata por *tu*, e é preciso notar que collocando-o para comnosco n'este pé de desigualdade,

somos tão insolentes para com elle, como o rei o é para com os seus ministros. Esta maneira de tratar os individuos implica um estado social de senhores e de escravos.

Certo, o rei trata muito affectuosamente o seu ministro, ao qual se dirige como a um amigo muito querido. E' elle quem diz — *Meu querido Hintze*, mas esta situação só seria perfeita se, por sua vez, o ministro podesse dizer dirigindo-se ao rei — *Meu querido Carlos*. Desde que o rei não lhe dá esse direito, trata-o, não como seu subdito, mas como seu vassalo, no tempo em que os vassalos eram escravos dos reis, e, eu pelo menos, não quereria ser escravo, nem mesmo para ter a honra de receber cartas em que o meu senhor me tratasse, como nas cartas de namoro, por — *meu querido amor*.

Não sei se o rei é impopular no paiz. O que é certo é que é impopular entre os seus amigos, a tal ponto que pergunto a mim mesmo como se mantem de pé uma monarchia, a cujo monarcha falta precisamente a solidariedade dos monarchicos.

«Os povos já não pertencem aos reis...»

O que está, no emtanto, verificado é que, em Portugal, só o governo é monarchico e ainda com algumas restricções. Assim, o governo actual acaba, na presença do herdeiro da corôa, de proclamar a doutrina de que os povos já não pertencem aos reis.

Os partidos, na opposição, esses, parecem tão pouco monarchicos que diriamos estarem a caminho de proclamar a queda da monarchia. Só são monarchicos porque não cessam de affirmar as suas crenças monarchicas, mas são tão monar-

chicos como os peores inimigos da monarchia.

Assim, tambem me succede perguntar a mim mesmo o que separa ainda os partidos conservadores do partido republicano. Uns atacam o rei, outros os governos, o que é precisamente a obra dos republicanos, com a differença de que os republicanos o fazem com muito menos ardor.

Os partidos conservadores continuam, porém, servindo a monarchia, mas porque a servem? ou, então, o que querem? Uns querem a monarchia, com a condição d'esta realisar o seu programma, e cada um tem o seu; outros pretendem refundir o direito monarchico, por tal fórma que, se o conseguissem, nada ficaria da monarchia. Entretanto, proclamando a responsabilidade do rei, esses partidos crearam uma situação revolucionaria. Em rigor, crearam uma situação revolucionaria e demagogica: só o povo, em certas horas de colera, fala como se tem ultimamente falado na camara dos pares.

O que falta?

Proclamar a republica n'esta casa do parlamento.

De tudo o que se tem passado, ainda seria o menos absurdo.

Eu tenho um fraco gosto pelas profecias; mas ha profecias que estão na logica, já dos homens, já dos factos.

Os factos em Portugal parecem conduzir-nos para uma revolução.

O sr. João Franco está no caminho da revolução pela liberdade. Supponhamos porém, que o sr. João Franco passa a chamar-se amanhã *reacção*. E' sempre o caminho da revolução.

Profecias.

A monarchia, tal como se encontra, é incompativel com a liberdade; o povo, tal como está, é incompativel com a reacção. Não é uma situação grave: é peor — é uma pescadinha de rabo na bocca. Olha-se para a frente e o que se vê no fim é

uma revolução, feita não sei como, feita não sei por quem, mas inevitavel, ia a dizer — imminente.

Eu não a vejo com a minha razão; vejo-a com os meus olhos, ou então, se não é uma revolução o que vejo, o que é?

As circumstancias são excepcionaes. Sempre se discutiram as instituições e nem por isso ellas deixaram de viver. Ultimamente mesmo dizia-se, e com razão, que quatro deputados republicanos discutindo no parlamento, não punham em risco as instituições. Agora, porém, não se discutem as instituições abstractas: discute-se concretamente o rei, e não são apenas os deputados republicanos que o discutem. — E' a camara dos pares que se dirige a elle, não como a um rei, mas como a um reu; é a camara dos deputados, para onde acaba de passar a discussão das suas cartas e onde, á hora em que estou escrevendo estas palavras, um deputado republicano vae dar conhecimento ao corpo legislativo e ao paiz, de uma carta nova, que, segundo ouço, contém materia para o mais irri-

tante debate que ainda se travou á volta da pessoa de um soberano.

As instituições resistirão ao debate. *Instituições* é uma palavra. O rei não resiste. O rei é um homem. O que torna viaveis os reis constitucionaes é a sua irresponsabilidade. Tornal-os responsaveis, é julgal-os, é condemnal-os, é destituil-os. Esse julgamento está sendo feito — singular situação! — pelas camaras. Já o condemnam. Resta que o destituam, e pelo caminho que as coisas levam, não é ousado acreditar que assim possa succeder.

C. Lisboa (?)

Na carta do rei, comprada pelo sr. Brito Camacho a um ferro-velho, ha um pormenor que muito me intrigou.

E' o que diz respeito a C. Lisboa, proprietario e, por certo, director do jornal *A Monarchia*, que o rei recommenda ao

seu governo, como digno de «*uma ajuda*». A expressão é do monarcha.

Quem é, pergunto eu, C. Lisboa?

Para apparecer sob os bicos da penna de um chefe d'Estado hereditario é preciso, penso eu, ser alguem. Quando esse alguem é um jornalista e um jornalista que se recommenda ao governo, como um util instrumento de propaganda monarchica, é forçoso que o jornalista em questão seja — um grande jornalista.

Chambord teve um jornalista, o visconde d'Arlincourt, que, no seu tempo, foi grande e a quem o então futuro rei da França patrocinou. Mas C. Lisboa! Quem é C. Lisboa? E como pode ter havido em Portugal um tão notavel jornalista monarchico, sem que o paiz o tenha conhecido?

Que foi notavel não ha duvida. D'outra fórma seria incomprehensivel que o rei desejasse tão vivamente a sua collaboração.

A carta de que se trata tem, segundo parece, a data de 1891. Ora, n'esse tempo, floresciam bem notaveis jornalistas mo-

narchicos, como, entre outros, Emygdio Navarro e Antonio Ennes. O rei, comtudo, não fala em nenhum d'estes e fala em C. Lisboa.

Misterioso C. Lisboa!

Como se chama elle, ao menos?

Carlos Lisboa!

Casimiro Lisboa?

Caetano Lisboa?

Nem isto se sabe!

No entanto, existiu, floresceu, foi grande. Teve um jornal *A Monarchia,* que defendeu as instituições, que defendeu o rei, e que os defendeu por tal fórma que o rei o reputou indispensavel.

C. Lisboa foi um paladino. Entre todos foi certamente o unico, porque foi o unico para quem o rei se voltou. A hora era critica. Reclamavam-se naturezas heroicas. Appareceu uma: C. Lisboa, todo couraçado de bravura, prompto a morrer. O rei conservava preciosamente este nome na sua lembrança, e como se explica, como? que só nós não nos lembremos d'elle?

Morreu C. Lisboa? ou vive?

capricho, fez reacção, mas cujos designios são tão pouco seguros como o podem ser os de um homem caprichoso.

A expressão — «A imprensa não tem razão de queixa do governo» resume com bonhomia, mas com eloquencia a situação da imprensa. A imprensa sente que o governo a podia opprimir e não a opprime. O governo não tem compromissos com ella. Era-lhe licito perseguil-a até fazel-a desapparecer. Não o faz. A imprensa não tem razão de queixa.

Não é já a situação da imprensa. E' uma situação de escravo e deixem-me dizel-o, a mim, que milito na imprensa: humilham-me mais os favores da tolerancia do que as cruezas da tirannia. Eu preferiria ao sr. João Franco, — o carcere.

A imprensa deve ter razão de queixa, ou ser livre.

Não ter razão de queixa é um regimen insupportavel e contra o qual eu, pelo menos, protesto, não indo deixar o meu cartão de visita a casa do sr. João Franco.

O sr. João Franco declarou na camara dos pares, como já o paiz espavoridamente ficou sabendo, que a Casa Real tem pedido adeantamentos ao Estado, mas que este não continuará a fazer-lh'os, se ella continuar a pedir-lh'os, sem impedimento de reembolsar o que recebeu adeantado.

Pergunta-se que impressão terá feito no animo das instituições, estas declarações do sr. João Franco.

Os adeantamentos.

Pessima impressão! e não me venham dizer que as instituições são solidarias com o sr. João Franco no pensamento de fazer economias e pôr em ordem as contas do tesouro.

As instituições, ia jural-o, estão vexadas, confundidas, horrorisadas com o seu ministro.

A declaração de que ellas tem pedido adeantamentos é profundamente humi-

— acção. O arrependido renuncia. Peccou e quer persuadir-nos de que não volta a peccar. Para isso o que faz? Faz penitencia. Abstem-se. Mortifica-se. Flagella-se. O guloso não continúa sentado á mesa, embora garantindo-nos que será frugal. Levanta-se da mesa, jejua. O amor é a vida. Os que se julgam peccadores por terem amado, renunciam á vida. Enclausuram-se, isolam-se. Fazem-se monges, fazem-se freiras. Levantam entre a sua carne que peccou e o mundo onde se pecca, as paredes e as grades de uma prisão, dando-nos assim uma segurança material de que não voltarão a peccar. Aquelles que infringiram deveres d'honra, os que ambicionaram o bem alheio e o houveram fraudulentamente, os clavicularíos que fizeram um uso indevido das suas chaves, os que abusaram da confiança alheia, os que procederam de má fé e se declaram arrependidos, quando não soffrem a punição da sua culpa, desapparecem da vida, ou desapparecem da sociedade, não voltando a ser o que foram antes do seu peccado, porque isso seria admittir a possibilidade

de voltarem a peccar, e principalmente porque não seria o arrependimento, mas a impunidade, e á idéa do arrependimento anda ligada a idéa da expiação. Arrepender-se é punir-se.

O sr. João Franco veio declarar a monarchia arrependida. *Ipso facto* proclamou a sua deposição, em virtude das razões que acabo de expôr. Essa declaração equivale a uma accusação e se não se accusa um homem, muito menos se accusa um sistema politico para o rehabilitar. Accusal-o é condemnal-o. Condemnal-o é depôl-o.

Mas o sr. João Franco é um homem extraordinario! Accusa a monarchia liberal dos maiores crimes (d'esta palavra elle proprio se serviu na camara dos pares) e pretende governar com ella, sob o pretexto de que ella está arrependida, como se a palavra *arrependimento* alienasse a palavra *crime.*

O sr. João Franco creou por isso, na politica portugueza, uma situação sem pés nem cabeça. Collocou a monarchia n'uma posição de réu e — coisa absurda! — arvorou-se ao mesmo tempo em seu defen-

darios facciosos, intolerantes, despoticos e brutaes.

O parlamento poz na rua Affonso Costa, como se elle nunca mais ali devesse voltar. Mas elle hade voltar, não faltam mesmo muitos dias para que volte e o momento do seu regresso hade ser um mau momento para a assembléa parlamentar.

Quando ella o tiver visto entrar de novo e reoccupar o seu logar, hade lembrar-se, confundida, de que um mez antes lhe indicou com um gesto odioso o caminho da porta, mas que a soberania que elle representa é tão grande que não houve meio de o banir para sempre.

Hade acceital-o, hade reconhecel-o, hade ouvil-o, hade escutal-o e hade por este facto sentir a maior das humilhações.

Hade compreender então que a casa do parlamento não é a sua casa.

A imprensa portugueza tem gemido na oppressão, mas vai emfim gosar, graças ao sr. João Franco, os fructos da liberdade.

Era tempo. Sob o regimen das velhas leis, a imprensa asfixiava.

A lei de imprensa.

Acabo de ler a nova lei e o seu relatorio, em seis longas columnas do *Diario de Noticias,* impressas n'esse tipo 6, que faz as delicias dos nossos olhos e a fortuna dos oculistas.

Optima lei!

A lei acaba com a *apprehensão*—hosanna! A lei acaba com a *censura* — alleluia!

A lei faz mais. A lei é tão boa que pune severamente toda a autoridade que, por qualquer fórma, embarace de futuro a livre circulação dos jornaes. É inutil dizer que nenhuma autoridade o fará, o que

[illegible] —lhe [illegible] nas [illegible].

A [illegible] responsavel, e não se [illegible] mais: [illegible] que pretender substituir-se a essa [illegible] personalidade. [illegible] Nada de [illegible] responsabilidade!

[illegible] o responsavel é o auctor.

Para que o auctor, porém, não esteja absolutamente á solta, a nova lei põe algumas restricções ao seu direito.

Assim, não ha censura, não ha apprehensão, não ha editor responsavel, mas os proprietarios ou directores dos jornaes são solidarios com tudo quanto n'elles se escrever e são a tal ponto solidarios que tudo podem por este motivo perder, desde a sua liberdade até os seus bens. Em ultimo caso, se o predio em que funcionarem as officinas de um jornal processado fôr propriedade do jornal, o predio poderá ser penhorado.

Pode o proprietario, ou director de um jornal eximir-se a esta responsabilidade?

Pode. A lei exige todas as responsabilidades, mas dá todas as garantias.

O proprietario, ou director do jornal onde se publicou o escripto incriminado, pode eximir-se á parte de responsabilidade que lhe cabe, declarando nos autos e *no jornal* que não teve conhecimento do escripto «e não lhe daria publicidade se o tivesse conhecido». (Art. 7.º).

Quer dizer, acabou a censura official. Quem d'ora avante passará a fazer a censura, em nome do Estado, é o proprietario do jornal, é o director do jornal, os quaes no caso de omissão do cumprimento d'estes deveres tem de optar, ou pela responsabilidade, ou pela publica retratação, acompanhada de vergonha publica.

Mas as vantagens da nova lei não param aqui.

Até agora, os agentes do Ministerio Publico procediam muito arbitrariamente contra os jornaes. Pela nova lei esse arbitrio acabou. Já um delegado só não tem poderes para querellar. São precisos mais. Na realidade, é precisa uma junta de delegados — todos os delegados das comarcas

de Lisboa e Porto que, para esse effeito, reunirão *todas as semanas* e deliberarão em commum. Um delegado só, procedendo isoladamente e por sua conta e risco, não era só o arbitrio: era tambem a incuria. Os delegados reunidos são—o Zelo, e afim de que o seu zelo não affrouxe, a lei obriga-os a comparecer, sob pena de reprehensão, suspensão e transferencia.

Admiravel lei! Engenhosa lei! e digo que é admiravel e engenhosa, porque parecendo ser a mais liberal de quantas têm sido feitas em Portugal, é na realidade, a mais despotica.

Se Tartufo tivesse feito uma lei de imprensa, não faria outra.

Diz-se que a nova lei de imprensa é obra de um dos novos amigos do sr. João Franco, escapados das fileiras republicanas.

Não admira. Os convertidos são ferozes. Eu estou mesmo persuadido de que en-

tre os adeptos da nova monarchia do sr. João Franco, os mais facciosamente monarchicos ainda são os antigos republicanos, porque são estes os unicos a quem a republica póde mais pessoalmente contrariar — *et pour cause.*

Entre os monarchicos e a monarchia existe uma solidariedade que póde romper-se, sem romper o seu destino pessoal. O primeiro acto que os adversarios de um sistema politico costumam praticar quando elle triumpha é — *adherir.* Em França, no decurso do seculo XIX, tão fecundo em transformações politicas, foi mesmo objecto de grande galhofa — as *adhesões.* Houve maganão n'essa nobre França que, n'um breve periodo de cincoenta annos, *adheriu* successivamente á Revolução, a Bonaparte, ao Imperio, a Luiz XVIII, ao governo dos Cem dias, e, de novo, ao Orléans, ao Bourbon, com Carlos X, outra vez ao Orléans, com Luiz Filippe, e finalmente á Republica de 48.

Proclame-se a republica em Portugal e o numero dos republicanos surpreenderá os proprios republicanos.

O triumpho converte. O que é que, por exemplo, tem convertido alguns republicanos á monarchia? É o facto d'ella existir.

Se, porém, a solidariedade, que une os monarchicos á monarchia se póde romper sem romper o seu destino pessoal, já outro tanto não succede áquelles republicanos que se tornaram monarchicos, por conversão. Para esses a monarchia não é já uma velha e cansada crença que possam substituir por outra. É o objecto de uma *fé* nova e tanto mais ardente quanto é o resultado por assim dizer de um conhecimento maravilhoso. É a revelação. É o Espirito Santo. Na realidade, é o milagre.

N'estes termos, ser monarchico é morrer abraçado á monarchia e digam-me agora que maior afflicção do que a d'estes novos monarchicos que se ligaram indissoluvelmente á monarchia, precisamente quando se diz que ella vai morrer!

Não é já uma crise politica. É uma crise pessoal. É uma crise domestica. É uma tempestade não sob um craneo, mas sob alguns craneos.

Estes monarchicos não podem deixar de ser facciosos monarchicos. Elles têm o peòr dos facciosismos, que são os facciosismos das causas privadas, e o homem — isto está provado — é muito mais faccioso quando se trata de si do que quando se trata dos outros.

O franquismo começa a tornar-se inquietador, não já para a monarchia, mas para o senso-commum, e digo o franquismo, porque não é já o sr. João Franco que disparata. Agora são os franquistas. O sr. João Franco tornou-se contagioso.

Uma carta aberta.

O sr. Pinto de Mesquita, no Porto, apparece-nos como um outro João Franco, tão disparatado como este.

Já o relatorio d'este novo funcionario franquista, sobre os acontecimentos do Porto, foi inquietador. A idéa de introduzir n'um documento official um porme-

nor privado, como foi o que o sr. Pinto de Mesquita referiu, de ter consentido que seu filho fosse assistir ás manifestações republicanas, já é uma idéa d'estas de que se diz que não lembram ao diabo. A idéa da *carta-aberta* é outra.

O sr. João Franco, e vejo que já agora os seus amigos, parecem não ter a menor idéa do que é o poder e a sua impersonalidade, porque nunca houve poder que tanto falasse de si e tanto désse á lingua.

Estes senhores, pelo que se vê, têm uma idéa muito superior de si mesmos, porque se substituem ao poder, por tal fórma que não ha já poder: ha pessoas.

No Porto, por exemplo, não ha um governador civil: ha o sr. Pinto de Mesquita, e não ha um Pinto de Mesquita comprehendendo que deixou de ser Pinto de Mesquita, com o seu espirito de partido, os seus principios se os tem, e a liberdade de sobre elles fazer polemica. Ha no governo civil um Pinto de Mesquita tão palrador como o que eu conheci na tribuna dos comicios republicanos. Na realidade não ha um governador civil no Porto. Esse

logar está vago. Ha o sr. Pinto de Mesquita, fazendo d'elle tribuna e tribuna de comicios.

A sua *carta-aberta* ao sr. Antonio José d'Almeida, não tem senso-commum. Um governador civil é um funcionario do governo e os funcionarios do governo não se entendem com o publico: entendem-se com o governo. Não praticam actos pessoaes, mas actos officiaes. O acto do sr. Mesquita é pessoalissimo. Praticado sob a fórma de carta aos jornaes e de *carta-aberta* é a subversão de toda a compostura e de todos os formalismos officiaes.

Do teor d'essa carta, então, que dizer?

V. ex.ª quer fundar uma patria radiosa e bella, tão bella como a sua ardente imaginação de meridional a póde conceber em visões de illuminado, por meio das convulsões de uma revolução redemptora; eu pretendo apenas fazer actuar os factores da evolução social no sentido de irem gradualmente melhorando, e transformar o existente para a conquista de maiores liberdades, do desenvolvimento da educação civica, da moralisação dos nossos costumes politicos e dos processos de administração publica.

ser lido, o discurso ficará sem éco, desde o momento que não haja quem o saiba ler, e esse é o nosso caso. Quem tinha de ler o discurso do sr. João Franco, já o leu nos jornaes de Lisboa e Porto. O resto do paiz que não o leu ainda, não o lerá jámais, por muitò que lh'o mettam pelos olhos dentro.

A idéa da affixação é uma affectação, um arrebique, um ar. É o parlamento a dar-se o ar Palais-Bourbon, o ar Quais d'Orsay, o ar civilisado; n'uma palavra, a traduzir-se em francez, completamente esquecido de que, traduzido em francez, fica inintelligivel, pelo menos como parlamento.

O Portugal politico só póde ser comprehendido através de uma traducção, comtanto que essa traducção seja feita em calão.

O parlamento gastou uma sessão a discutir se os republicanos de Valencia, expulsos do reino, tinham sido tratados com cortezia.

Nós somos assim!

Expulsão dos republicanos de Valencia.

Eis aqui, com effeito, um acto illegalissimo. Dois estrangeiros, de identidade por nenhuma fórma suspeita, pois são reconhecidamente dois jornalistas hespanhoes, e que, por outro lado, não são portadores de qualquer enfermidade suspeita, chegam a Lisboa e, antes que tenham praticado qualquer acto que não seja o de procurar um hotel, são presos, conduzidos á policia e intimados a sair do reino, na volta do correio.

O que fizeram esses homens?

Nada!

Nada?

Absolutamente nada.

plesmente uns dias em Lisboa, como viajantes? A que titulo os expulsaria o governo?

O governo sabia, porém, que elles iam entregar a mensagem.

Como o sabia? Porque os espionou. E com que direito os espionou? Dois homens que vém entregar uma mensagem não são dois conspiradores e se estes não eram dois conspiradores, a que titulo os fez o governo vigiar pela policia e procurou conhecer as suas intenções?

Mas o governo fez mais. O governo exigiu d'esses homens o compromisso d'honra de, nas poucas horas que estiveram em Lisboa, não se avistarem com os republicanos locaes.

Com que direito? e sobretudo—porquê?

Porquê esse estado de sitio em volta d'esses dois homens? Porquê esse cordão sanitario?

Chamei a isto illegalidade. Isto não é illegal. Isto é o arbitrario estupido.

Vamos, porém, á camara e o que ouvimos discutir?

Ouvimos discutir se o governo, ao pra-

ticar esta estupida arbitrariedade, se conduziu em virtude das regras da hospitalidade internacional.

A arbitrariedade estupida passou em julgado. O que ficou de pé e porventura sujeito a novos debates, foi o saber-se se o governo permittiu que os dois estrangeiros expulsos jantassem á mesa do hotel em que se hospedaram. Sobre isso, ha duvidas.

A imprensa de Lisboa acaba de tomar, em defesa dos interesses da liberdade do pensamento, uma resolução que, pela primeira vez, — parece — vae ser efficaz.

A pena de silencio.

Essa resolução é a que consiste em considerar como não existentes, *para quaesquer effeitos de publicidade,* todas as entidades e pessoas que, desattendendo aos seus protestos, cooperarem na approvação da nova lei de imprensa.

Se esta medida não der resultado é por-

que ainda ha portuguezes. Eu penso, porém, que dará resultado, porque se ha uma ameaça capaz de assustar portuguezes, é a de se lhes cortar os viveres da publicidade, e muito propositadamente digo *viveres*, porque é unicamente da publicidade que uma parte d'elles se nutre, para viver, ter força, prestigio, significação.

Feito este *boycottage* ás personalidades que cooperarem na approvação da lei de imprensa, desapparecerão da vida alguns centenares de individuos, que só viviam, graças á publicidade dos jornaes. E' como se os enterrassem. Elles não morrerão, é certo. Estarão vivos, actuarão, falarão, mostrar-se-hão nas ruas e nos teatros, farão a Avenida aos domingos e pararão ás tardes á porta da Havaneza, arvorarão flores na botoeira, deitarão grandes baforadas de charuto, farão viajens e excursões, irão ao estrangeiro no *Sud Express*, terão uma quinta no Minho, onde passarão agosto, e uma casa em Cascaes, onde passarão setembro; n'uma palavra, continuarão pertencendo á vida e farão todos

os esforços para viver ruidosamente, mas ninguem dará por isso. Para todos os effeitos, é como se tivessem morrido.

Já se viu espiga maior!

Não mais as noticias das brilhantes estreias parlamentares, que só foram brilhantes pelo facto de o jornal o asseverar! não mais os copiosos extractos de discursos, que só tiveram alguma significação pelo facto de o jornal os publicar! não mais as honras da polemica, que faz da mediocridade sem direitos a fulgurante evidencia! não mais o logar privilegiado nos *carnets-mondains*, para as *chegadas* e *partidas!* não mais aquella palavra affectuosa — «nosso querido amigo», «nosso bom amigo», que tanto lustre dá! não mais noticiario, não mais rataplan, não mais reclamo! Não mais o appoio do jornal, o patronato do jornal, a solidariedade do jornal!

Agora, a obscuridade, o silencio, a morte.

E' horrivel!

Por certo já a esta hora, a resolução da imprensa de Lisboa fez um drama do-

mestico em muito lar de homem publico.

As mulheres adoram a publicidade. Se o homem se envaidece com o seu nome no jornal, a mulher envaidece-se muito mais. Ha mulheres cuja consideração pelos maridos lhes vem toda de fóra. Muitas vezes ellas não lhes reconhecem o menor valor, mas o jornal engrandece-os e a mulher sente-se feliz em partilhar da gloria do homem, mesmo quando illegitima.

O que vai ser d'elles, agora! ou antes — o que vai ser d'ellas? Por certo já a esta hora muita esposa induz o marido a não approvar a lei de imprensa, porque terá reflectido que esse acto será funesto á sua felicidade, a qual consiste em ter, não um marido que a ame, mas um marido de quem os jornaes abundantemente falem.

A imprensa de Lisboa lançou a luva. Estou persuadido de que ninguem a levanta.

Quando a imprensa em Portugal é verdadeiramente ameaçadora não é quando fala. — E' quando se cala. Ha quem tenha

muito mais medo do seu silencio do que da sua colera.

«— Homem! descomponha-me!» dizia-me ha tempos um autor que me tinha offerecido um livro, de que não me occupei.

A moral do protesto da imprensa de Lisboa, está n'esta palavra.

Trinta officiaes da guarnição do Porto — contam os jornaes d'hoje — foram com um grande ruido de ferragem, ao Centro Regenerador Liberal, offerecer as suas espadas ao governo.

Pergunta-se — para quê?

A manifestação dos militares do Porto.

Se o governo governa, como diz, com o appoio da opinião (e mais de uma vez elle tem dito que sem a opinião não se governa) essas trinta espadas são-lhe absolutamente desnecessarias, porque essas espa-

das seriam o despotismo da força armada de que o governo não precisa.

Para manter a ordem, conta elle com a municipal e a policia. Para se manter no poder, conta com a nação.

E' isto?

Se é isto, a manifestação dos trinta officiaes do Porto foi uma inutil infracção dos regulamentos militares, que não permittem manifestações collectivas.

Não é isto? Não conta o governo com a opinião? Não conta com a nação? E', ao contrario, impopular?

N'este caso, a manifestação dos trinta officiaes do Porto seria um convite á tirannia feito pela força, e ainda n'este caso é licito perguntar — para qué? porque não ha tirannia que se mantenha indefinidamente, nem mesmo pela força.

E' preciso ignorar completamente a historia, para não saber que isto é assim.

Um governo impopular mantido pela força, torna-se mais impopular ainda e não ha força organisada que o mantenha, porque forças tumultuarias, mas muito mais poderosas, se encarregam de o der-

rubar. Além d'isso a força não é nada, a razão é tudo e a razão acaba sempre por triunfar, porque é omnipotente.

O que succede com os governos, succede com os sistemas. Não ha despota que não imagine contar com a força armada para manter o seu despotismo, o que não impede que elle tenha um termo.

Nós, em Portugal, temos a idéa de que o exercito guarda as instituições. Nunca houve instituições guardadas pelo exercito. A guarda das instituições é a nação, que as deseja ou não as deseja. Quando não as deseja, não ha exercito que as salve.

Em 1830, e em França, n'essa França com que a Ordem, em Portugal, se acostumou a responder ao Progresso, Carlos X, os Polignac e os Vaublanc contavam com o exercito, o que não impediu que a revolução se fizesse. A monarchia de Julho contava igualmente com o exercito e caíu. E' que o exercito não é um corpo estranho na nação. O exercito é a nação. Ha um momento em que, mesmo quando elle se bate pelo *statu quo,* se bate tão frouxamente que já não o defende. Em 1848, a

tropa que vinha atacar as barricadas ria com o povo. Dentro em pouco, povo e tropa davam-se as mãos.

As trintas espadas do Porto não sabem isto?

Parece que não, porque vem offerecer-se ao governo como se o governo ficasse mais forte depois d'esse offerecimento!

Uma manifestação da camara dos deputados.

Acabo de assistir na camara dos deputados, á seguinte scena:

Ao abrir-se a sessão, o deputado sr. Moreira d'Almeida pediu a palavra para um negocio urgente e sendo-lhe ella concedida, propoz um voto de congratulação pelo facto de estarem presentes na galeria da imprensa os srs. Teophilo Braga e Bulhão Pato.

Logo, de todos os lados da sala, romperam vozes:

— Peço a palavra! Peço a palavra!

dava, um protesto contra uma lei que elles reputam abominavel e que os partidos que tanto os exaltavam iam, dentro em pouco, sanccionar com o seu voto.

Esses dois homens iam ali como jornalistas e o que haviam deliberado pouco antes esses jornalistas? Haviam deliberado cortar as relações da imprensa com todos aquelles que dessem a solidariedade da sua opinião á lei abominavel.

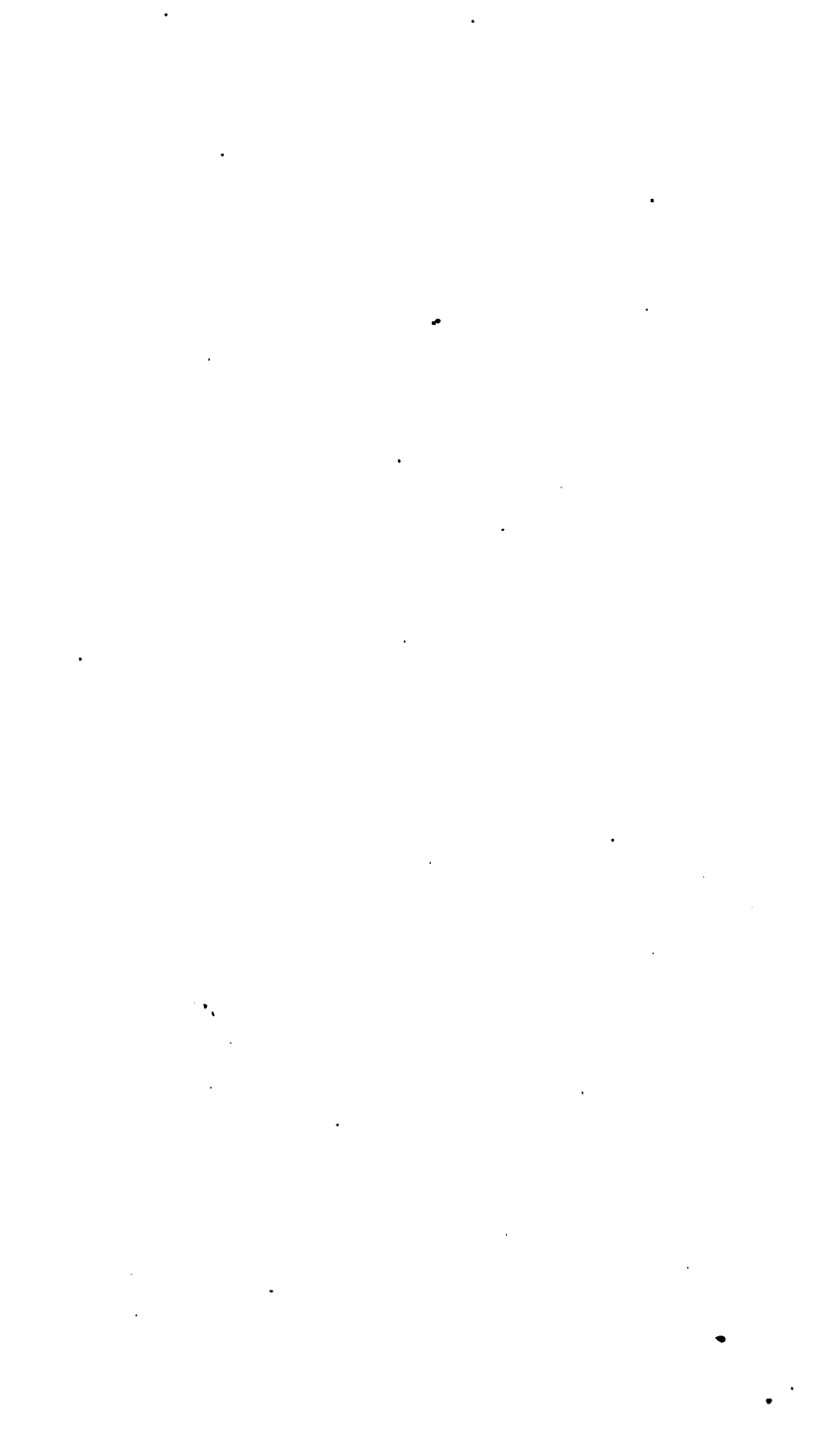
Então, eu, não comprehendi a significação, ou senão a significação, a opportunidade de semilhante homenagem, e não sei como a receberam os dois homens que foram objecto d'ella, mas presumo que não a receberam com desvanecimento.

A maioria do parlamento, pelo menos na sessão d'hoje, estava em aberta opposição com a galeria da imprensa. Transformar estes sentimentos de hostilidade em sentimentos de cordealidade, pareceu-me um cumulo.

Se Teophilo Braga e Bulhão Pato são dois homens de tão alto significado intellectual e moral que pelo facto de apparecerem no parlamento levantam dentro d'elle uma

tão desusada celeuma, é porque Teophilo Braga e Bulhão Pato são dois varões justos, e como se comprehende que o parlamento que o reconhece, esteja com as suas opiniões em tão profundo desaccordo que discorda d'ellas n'uma tão fundamental questão como é a da liberdade de pensamento?

Pensadores tão contradictorios nunca os vi.

1907

Janeiro — Fevereiro — Março:

Acaba de dar-se em uma das ruas de Lisboa um caso de apparencia insignifi cante, mas caracteristico da idéa que formamos do que seja a autoridade, quando nos encontramos investidos n'ella.

Os portuguezes são intolerantes e autoritarios. Vicios de uma educação despotica. Quando exercem a autoridade, são ferozes.

As manifestações nas ruas.

O caso foi este.

Aquillo a que nós chamamos — *um vadio,* isto é, um individuo sem occupação, foi julgado não sei se por esse motivo, se por outro, e posto á disposição do governo, depois do julgamento.

Devemos verificar, entre parentesis, que os governos continuam a dispôr a seu arbitrio da liberdade dos cidadãos, e que para certos cidadãos, como, por exemplo, os denominados *vadios*, não existe lei.

Posto á disposição do governo, o vadio em questão foi entregue a um guarda municipal, que devia reconduzil-o á cadeia, e aqui está o que succedeu:

Burlando a vigilancia do guarda, o vadio conseguiu fugir, ou antes procurou fugir, com tão pouca fortuna, porém, que o guarda, correndo após elle, o alcançou; e que fez então o guarda?

Segurou-o fortemente por um braço e levou-o emfim para a cadeia?

Não!

Atirou-se a elle, atirou-o ao chão e espancou-o barbaramente.

Isto passou-se, segundo contam os jornaes, na rua do Ouro, e o que é que isto quer dizer? — Isto quer dizer que, para esse guarda, o facto de o vadio ter pretendido escapar á sua vigilancia foi uma affronta de tal modo pessoal que mereceu um castigo pessoal.

Esse guarda é a autoridade; mas como entende elle a autoridade? A autoridade é elle. Desacatal-a não é desacatar um principio: é desacatal-o a elle. O principio seria talvez benevolo. Elle não o é. O preso fugiu? Não fugiu á autoridade; fugiu-lhe a elle. A questão entre elle e o preso foi uma questão pessoal e como tal a derimiu, a pontapé e a socco.

Guardadas as devidas differenças de gerarchias, o chefe do governo (creio que é assim que se deve chamar agora ao sr. João Franco) tem a mesma noção da liberdade que este guarda tem da autoridade.

Para o sr. João Franco, a liberdade é elle.

Com effeito, o sr. João Franco acaba de declarar no parlamento que prohibiu as manifestações nas ruas, posto as tivesse de principio consentido, porque os seus inimigos politicos fizeram uso do direito de manifestar, manifestando contra elle.

Assim, para o sr. João Franco não ha o direito de manifestação. O que ha é o direito de manifestar a seu favor. Desde que esse direito se exerça contra elle, ou con-

dos jornaes, com toda a materia publicada pelos jornaes, ahi estaria bem claro, porque se é facil encontrar um homem e ainda um homem e um mercenario (e esse mercenario é o editor) susceptiveis de responsabilidade, é difficil encontrar dois homens, independentes um do outro, que se prestem a assumil-a em commum, por um delicto que só um praticou. Impôr este regimen de responsabilidade connexa, é exercer uma coacção moral de tal natureza melindrosa que, na realidade, previne o delicto. Desde que, pelo mesmo acto, dois individuos passam a ser responsaveis, não em virtude de tacita solidariedade, mas em virtude de leis que os consideram taes, um d'elles, o que o pratica, hesita antes de o praticar e termina por não o levar a cabo. Mas o espirito d'esta disposição ainda é mais maligno, porque se a coacção moral póde exercer-se sobre um dos individuos responsaveis, por melindres de consciencia, póde exercer-se sobre o outro por um justificado receio da responsabilidade. Em virtude d'esta disposição da lei, o jornalista receia comprometter o director

do jornal; mas, por sua vez, este receia ser compromettido pelo jornalista, de onde resulta um duplo entrave á liberdade, promovido pelo jornalista que está coacto porque está incorrendo em responsabilidades que hão-de ser igualmente assumidas pelo director do jornal, e pelo director do jornal que receia assumil-as, e digo que receia assumil-as, porque não é legitimo pedir a outrem que tome corajosamente a responsabilidade de actos que não praticou. Assim, qual é, na realidade, o espirito da lei? E' tornar impossivel a liberdade, pela solidariedade na responsabilidade. Não ha a censura! diz a lei. Ha a peor das censuras. Ha a censura que os jornalistas passam a exercer sobre si proprios, por escrupulo, e ha a censura que os directores dos jornaes passam a exercer sobre os jornalistas — por medo.

Estas razões parecem-me solidas, mas vem ahi um amigo do governo e diz-me que isto não é assim e que eu não li a lei.

Para pôr um pouco d'ordem n'este verdadeiro cháos, verifico então o seguinte:

que n'este pleito da imprensa, ha as razões da liberdade, dadas pela liberdade, e as razões da liberdade, dadas pelos amigos do governo. O que é verdadeiramente lamentavel é que só estas tenham de prevalecer e que as outras estejam prejudicadas; mas está escripto que, em Portugal, a liberdade tenha sempre quem fale em seu nome. O que ella diz não se leva em conta.

Eis aqui a observação que tenho feito no convivio social. As opiniões politicas em Portugal estão dispostas d'esta maneira: republicanos, os que não o são ostensivamente porque descoroçoam de uma republica para breve e se desinteressam de uma outra que, segundo a sua opinião, vem longe; finalmente — franquistas.

Monarchicos não ha. Eu, pelo menos, não os encontro.

Os republicanos confiam nos seus caudilhos. Para esses, a republica está na mão dos deputados republicanos.

Os descoroçoados de um futuro differente não têm delegados. São genios solitarios. Na realidade são almas penadas. Não confiam.

Os franquistas depositaram as suas esperanças na mão do sr.... mas perdão! —Eu acabo de ser accusado por um orgão governamental de Lisboa de ter rompido o pacto do silencio na imprensa, citando ha dias o nome do chefe do governo, e não quero reincidir. Assim, direi — Os franquistas depositaram as suas esperanças na mão d'aquelle, cujo nome estamos inhibidos de pronunciar.

Comtudo, nem os republicanos, nem os franquistas, nem os cidadãos a quem chamei os descoroçoados, têm o sentimento da situação, e digo que não têm esse sentimento, estes porque fluctuam no vago da desesperança e aquelles porque encarnaram a esperança nos homens, ambos porque não distinguem nas nevoas do presente o caminhar da historia, como os

navegadores não distinguem nas brumas polares o caminhar dos *ice-bergs*.

Eu não confio nos homens: confio nos factos e os factos são de tal natureza consideraveis que não ha homens que modifiquem a sua marcha, quer para os fazer andar mais devagar, quer para os fazer andar mais depressa.

Creou-se em Portugal uma força social: chama-se Democracia. Essa força não é um milagre. E' um fenomeno social perfeitamente intelligivel. Póde verificar-se a sua origem e as fases do seu desenvolvimento. E' essa força que manda e não obedece. Os que vão na sua frente são empurrados por ella e os que tentarem oppor-se-lhe serão por ella derrubados. Um partido novo? Não! Um estado novo; e quem são os democratas? São os republicanos? Tambem não. E' a sociedade inteira, aborrecida de sofismas e desejosa de verdade.

A miopia conservadora não vê esta força. Os proprios republicanos — quem sabe? — não terão medido as suas proporções. Essas proporções são formidaveis.

A democracia é a creança gigante, e o futuro das instituições, o futuro do paiz, o futuro de nós todos está nas suas mãos.

Houve na Sociedade de Geografia, uma sessão promovida pela Sociedade de Propaganda de Portugal, a que presidiu o principe Luiz Filippe e em que o presidente do conselho fez uso da palavra, dando o seu discurso origem a um incidente que os jornaes relatam do seguinte modo:

Um incidente na Sociedade de Geografia.

«No momento em que o sr. presidente do conselho dizia: «*Peores do que aquelles que governam mal, são aquelles que se deixam mal governar*», um individuo que assistia á sessão levantou-se da sua cadeira e proferindo algumas palavras de protesto que não foram ouvidas pela assembléa, atravessou a sala e retirou-se. Houve em todos os assistentes um movi-

mento natural de surpreza. O presidente, voltando-se para o sr. Fernando de Sousa, que se conservava na sua carteira, perguntou: — «O que é que elle disse?» O interrogado limitou-se, como as pessoas que mais proximo se encontravam, a encolher os hombros, visto que ninguem percebera o que o protestante disséra.»

Segundo se conta, no entanto, o que o protestante disse, posto se resumisse n'uma palavra, foi bastante intelligivel. Ha palavras que toda a gente ouve! Essa foi uma d'ellas e — deixem-me dizel-o — foi muito bem collocada.

Que um homem politico se permitta governar mal, está bem. Governar é descontentar, diz Anatole France. Os governantes fazem, além d'isso, todo o possivel por descontentar. Mas que sobre governar mal, os governantes se permittam o divertimento de zombar dos governados, eis o que passa os limites da zombaria.

O sr. presidente do conselho permittiu-se essa zombaria, quando disse que «peores do que aquelles que governam mal,

são aquelles que se deixam mal governar.»

Houve entre os individuos a quem o sr. presidente do conselho se dirigiu para lhe impingir este conceito civico, um que protestou. Foi um que não gosta de brincadeiras. Protestou e se protestou com a palavra que lhe attribuem, protestou muito bem. Ha, no dizer de Hugo, palavras sublimes. A palavra de hontem não teria tido sublimidade, porque, em summa, não foi pronunciada n'um campo de batalha e sob um fogo de metralha, mas foi opportuna, e quantos tem o segredo de uma palavra opportuna? Dizer o que é preciso no momento preciso, é, muitas vezes, attingir a sublimidade.

Ha palavras que valem longos discursos. A de hontem, se alguem a disse, vale uma sessão parlamentar, o que mais de uma vez vem provar que os que falam menos são muitas vezes os que mais acertam.

Como se sabe o governo fez repatriar os individuos considerados anarchistas, e que, como taes, tinham sido mandados para Timor, em virtude da lei de 13 de fevereiro. Um d'elles, porém, não o foi ainda, o que levou o deputado Alexandre Braga a pedir no parlamento, ao governo, que lhe explicasse os motivos de essa omissão.

Ordem! ordem!

Tomando a palavra para responder ao deputado republicano, o chefe do governo explicou então que o deportado de que se trata não foi repatriado, por quanto (extrato parlamentar da *Lucta*) «*a informação que d'elle veio foi de que ainda não se tinha regenerado, antes aproveitava todas as occasiões para fazer propaganda das suas idéas anarchistas*».

Se eu tivesse a vantagem de ser deputado da nação e de estar presente no acto

em que o presidente do conselho pronunciou estas palavras, ter-me-hia rido, no que presumivelmente o presidente do conselho teria feito reparo e ao que teria objectado com o seu ar mais arrogante:

— V. ex.ª ri-se de mim, ou para mim?

Ao que eu replicaria:

— Se v. ex.ª m'o permitte, rio-me de v. ex.ª.

Sussurro. Vozes de—*ordem! ordem!* O presidente da camara aguça o ouvido. As galerias debruçam-se. Sensação.

O presidente do conselho, estomagado, chama-me ao sentimento da sua situação official e declara-se ás minhas ordens, «ali e em toda a parte.»

Declino este offerecimento e declaro ao presidente do conselho que me rio d'elle, porque o acho infinitamente comico.

A maioria agita-se. Os continuos acercam-se da presidencia da camara, esperando ordens. Affluem pelas duas portas deputados preguiçosos, que fumam pelos corredores.

Entretanto, eu explico:

— Comico, sim, ex.mo senhor, infinita-

mente comico... A idéa que v. ex.ª parece ter, de que ser anarchista é ser um criminoso, é infinitamente comica... Mas a idéa, que v. ex.ª igualmente parece ter, de que esse criminoso é susceptivel de regeneração, pelo facto de o obrigarem a mudar de domicilio, é mais comico ainda. Eis porque me ri.

O presidente da camara convida-me a explicar as minhas palavras e se quando me ri, tive intenção de offender o presidente do conselho.

Resposta minha, como nos *Maias*:

— Nenhuma intenção de offender o presidente do conselho. Toda a intenção de me rir.

O incidente é encerrado. A' noite corre, no entanto, mas sem fundamento, que o presidente do conselho me mandou as suas testemunhas.

Os estudantes reclamam a reforma da Universidade de Coimbra e allegam que ali (especialmente na Faculdade de Direito) não se ministra um ensino moderno.

A reforma da Universidade e os bachareis.

Não tendo frequentado nunca a Faculdade de Direito da Universidade, não sei se ali se ministra um ensino moderno. Ouço, porém, que os estudantes que d'ali sáem não sabem coisa alguma de Direito, mas verifico tambem que ao destino da maior parte dos estudantes é absolutamente indifferente o Direito, visto que não é pelo fôro, mas pela politica que elles geralmente fazem carreira.

Os que se dedicam ao fôro reconhecem que o ensino universitario não lhes trouxe a menor parcella de saber util, e os que se dedicam á politica não experimentam a necessidade d'esse saber.

Assim, em rigor, o que é que se vai buscar á Faculdade de Direito?

Um diploma.

Os advogados vão buscar um diploma para exercer a advocacia e sem o qual não a podem exercer. Os politicos, ou os que o querem ser, vão buscar um diploma, para exercer a politica, que não o exige em absoluto, mas abre mais facilmente caminho aos que se apresentam com elle.

No fundo, o diploma de bacharel em Direito é um titulo de nobreza — uma especie de viscondado.

Quem não é nada em Portugal e quer ser alguma coisa forma-se em Direito, o que é tanto mais exacto quanto está verificado que logo que o bacharel formado em Direito reconhece que é alguma coisa, completamente esquece que é bacharel em Direito. O advogado estuda para ser advogado; o magistrado dedica-se á magistratura, o professor dedica-se ao professorado; o poeta faz versos; o escriptor escreve, completamente esquecidos de que cursaram Direito. O que ainda lh'o faz lembrar é Coimbra e a camaradagem coimbrã.

Os que ficam meramente bachareis em Direito, sem profissão e sem aptidão, são — os mediocres. D'esses, o maior numero vae para a politica *tratar da vida* — obter logares bem pagos, conquistar situações lucrativas, alcançar influencia e negocial-a com Bancos, Companhias, sindicatos, emprezas; ou, se não são ambiciosos de fortuna, porque a tenham, são ambiciosos de grandezas, porque não ha maiores ambiciosos do que os mediocres. E' raro que a uma alta mentalidade se associe uma desmedida ambição.

A Faculdade de Direito tem sido o gimnasio d'essas mediocridades. O doutor Margaride cursou a Faculdade de Direito; Gouvarinho lá esteve, e Pacheco, o sempre pranteado conselheiro Pacheco, é o seu filho dilecto.

Os estudantes.

Agora que os estudantes se acham em discussão, é curioso registar este facto: os estudantes do Liceu do Carmo foram

hoje entregar ao rei de Saxe uma mensagem de boas-vindas, e que imaginam os leitores que fizeram os estudantes do Liceu do Carmo? — Aproveitaram o ensejo para pedir ao rei de Saxe que obtivesse em seu favor — dois feriados.

Os jornaes publicam d'essa mensagem, redigida em allemão, o seguinte trecho, que me apresso a reproduzir:

«Os alumnos do Liceu de Lisboa, congratulando-se pela visita de S. M. o rei de Saxe, filho de uma tão querida infanta portugueza, enviam-lhe os seus mais respeitosos cumprimentos de boas-vindas, rogando-lhe a sua alta intervenção junto do governo portuguez, para obter d'elle feriado na proxima sexta-feira e sabbado, e assim poderem associar-se è incorporar-se nos festejos (veja-se a grammatica!), que se realisam em Lisboa em sua honra.»

Frequentemente, leio nos jornaes que os paes dos alumnos dos nossos liceus se associam para reivindicar um sem numero de coisas, em nome dos seus filhos. Ha creio, mesmo, constituido em Lisboa, um *comité* de paes, e eu pergunto então

— o que faz esse *comité* que não actúa immediatamente junto de seus filhos impetrantes de feriados ao rei de Saxe, applicando-lhes acto continuo uma bem commandada correcção de puchões de orelhas?

Mas não! Eu sou excessivamente severo e, além d'isso, completamente esqueço que se pedir está na tradição nacional, pedir feriados está nas nossas tradições escolares.

Não ir á repartição é o *desideratum* permanente do nosso corpo burocratico. Não ir á escola é o *desideratum* permanente do nosso corpo escolar.

A repartição, a escola, é o dever e o dever, aos portuguezes, assusta. No fundo e em rigor, não os assusta. E' necessario ser justo e, sobretudo, preciso: aborrece-os. Ha nada mais aborrecido do que o dever!

Mas, por outro lado tambem, ha nada mais aborrecido do que o dever, quando o dever se chama — *repartição,* ou quando se chama — *escola?*

A escola é aborrecidissima, por mim o

digo que frequentei escolas, e para nos pouparmos ao seu tedio, comprehendo tudo, tudo, mesmo que se ande a pedir de chapéu na mão, aos viandantes, aos *touristes*, aos forasteiros, que intercedam junto dos governos patrios para que as escolas fechem, senão de todo, o que seria o ideal, pelo menos algumas vezes.

Não importa! O rei de Saxe ha-de ter uma famosa idéa das nossas escolas e da mocidade que as frequenta.

O conflicto universitario. — O compendio.

O conflicto entre os estudantes e a Universidade parece ser, em resumo, o conflicto entre o Espirito livre e o Compendio. Foi isto, pelo menos, o que deduzi de uma conversação a que assisti hoje entre pessoas, tanto quanto possivel imparciaes, e que presenciaram os acontecimentos.

Da palestra em questão recolho apenas este episodio: ao candidato preterido,

sr. José Eugenio Ferreira, foi feita esta pergunta: — De quantos vereadores se compõe a camara do Porto?

O sr. Ferreira titubeou. Em resumo, o sr. Ferreira mostrou a este respeito a mais lamentavel ignorancia.

Não foi certamente por este facto que a Faculdade de Direito preteriu o sr. Ferreira; mas este facto dá idéa do caracter do conflicto que teve origem no seu acto de conclusões magnas — magnas!

A influencia do compendio na formação da mentalidade nacional é de tal natureza que (devem tel-o verificado os que abrem os olhos para estas coisas), na sua grande maioria, os nossos genios nacionaes são — genios de compendio. Eu não os cito para não me indispôr com as opiniões correntes do meu tempo.

N'esses genios nenhuma idéa original. Todas de compendio. Algumas das nossas mais respeitadas intelligencias nunca tiveram uma idéa sua, ou nunca adivinharam uma idéa alheia. As idéas que tem são todas — de compendio.

D'ahi, o ar geralmente pedantesco de

todos os nossos genios—de compendio. Elles estão seguros do seu saber. Constituiram um peculio com as verdades que adquiriram por intermedio do compendio e tem a esplendida segurança dos que conquistaram a independencia que dá—o pé de meia. O saber d'esses genios é o seu pé de meia.

A adquisição d'esse saber é penosa. D'elle se orgulham. O espirito das idéas geraes é superior ao seu, mas não tem a sua significação de disciplina e de trabalho. As idéas geraes divagam muitas vezes, incertas, perplexas, procurando definir-se. As suas são definidas. Estão perfeitamente em ordem no seu cerebro, como roupa branca n'uma rouparia. Para o genio de compendio não existe a anciedade do saber. Propõe-se-lhe um problema. Elle vai á gaveta onde o arrumou, resolvido pelo compendio, e tira-o para fóra.

O genio de compendio é doutoral e dogmatico. Detesta todos aquelles que não commungaram com elle na doutrina do compendio e a todos inclue na mesma depreciativa designação de — *ignorantes*.

Para elle, *ignorar* é—ignorar o compendio.

Estar dentro do compendio, para os genios d'este caracter, é estar na verdade primeiro e na disciplina e no trabalho depois. Estar fóra do compendio é estar fóra da verdade, isto é, na insurreição, e estar fóra da disciplina, isto é—na cabula.

A nova lei de imprensa passou na camara dos pares.

A grande novidade! Tinha de passar!

Occorre naturalmente perguntar para que se fez uma tão activa opposição parlamentar a essa lei, se ella tinha de passar.

A lei da imprensa na camara dos pares.

Aqui está... A opposição parlamentar no regimen das maiorias governamentaes, offerece justamente este aspecto curioso: é de todo inutil.

Se é inutil, diriamos, é desnecessaria.

Mas não!—É necessaria ao funccionamento do regimen parlamentar. Sem as opposições, ficariam só em campo as maiorias e adeus sistema parlamentar, isto é, adeus ficção, porque afinal é d'isto que se trata—de manter a ficção.

O que é curioso observar é que sendo esta ficção tudo o que ha de mais mentiroso, todos collaboram n'ella.

As opposições demasiado sabem que a sua palavra e o seu voto são nullos. No entanto, esfalfam-se a falar e, quando chega a hora de votar, votam conscienciosamente. Por sua vez, a opinião que assiste ao espectaculo da ficção parlamentar, collabora n'ella, interessando-se por ella.

É essa opinião que bebe até ás fezes, nos jornaes quotidianos, os extractos parlamentares, e, nas tardes de sessão magna, vai ás duas casas do parlamento mendigar com insistencia um bilhete de galeria, perfeitamente sabendo que a sua apaixonada curiosidade se reporta a um facto sem o menor interesse, qual é o de uma lei de iniciativa ministerial, submettida a

uma discussão que não impedirá que ella seja approvada.

A lei de imprensa passou. Havia de passar! Passou na camara dos deputados, passou na camara dos pares, graças ao voto da maioria. Se o governo não contasse com a solidariedade da maioria, não apresentaria a lei—que digo eu? não seria governo. Seria opposição. Mas que ámanhã o governo apresente outra lei e recomeçará a opposição a combatel-a e a opinião publica a interessar-se por este combate, como se d'elle devesse saír alguma coisa nova.

Admiravel poder das ficções!

Fim da «pena do silencio».

Acabou a pena do silencio.

Uff!

Que allivio—para nós!

Os mais affligidos, com effeito, por esta

pena, não eram as suas victimas, *qui ne s'en portaient pas plus mal.* Eramos nós, jornalistas, suas verdadeiras victimas.

Imagine-se: jornalistas calados e calados não pelos rigores do despotismo, mas pelo despotismo não menos rigoroso da solidariedade—jornalistica.

Eu tenho conhecido o despotismo. Ah! não sorriam incredulos, chamando-me fatuo. Eu conheci o despotismo mais faccioso, que é o despotismo pessoal dos despotas e quando um despota opprime em seu nome é calamitoso. Em Portugal existe um despota que faz despotismo pessoal.

É o juiz Veiga. As suas attribuições são muito grandes, mas as suas animosidades são maiores, e eu tive a vantagem de indispôr contra mim o animo irritavel d'este magistrado, posto de guarda ás instituições no portão de grades que lhe veda o accesso.

Durante alguns mezes experimentei os

effeitos d'essa indisposição pessoal. Durante alguns mezes, o juiz Veiga impozme a censura prévia, mas não se limitou a esta coacção. De animo ferino espalmou sobre o meu hombro, quotidianamente, a pesada manapola da sua autoridade. Muito bem me lembro ainda d'aquella tarde em que elle, depois de ter peremptoriamente prohibido a circulação de um dos meus jornaes, me prohibiu de modo egualmente peremptorio que eu fizesse circular uma folha avulsa em que tornava publico esse facto.

Viram por ventura não direi já maior attentado á liberdade, mas mais vexatoria dependencia?

Eu já me resignava a simplesmente fazer circular n'uma tira de papel, este breve e asfixiado aviso: — *Não se publica hoje este jornal.*

O juiz Veiga não m'o permittiu. A tudo se oppoz. Só não se oppoz a que eu respirasse, o que não me impediu, n'esses dias ominosos, de ter a impressão physica de que as suas mãos me apertavam a garganta.

Pois bem! A *pena do silencio* opprimiu-me mais, porque no exercicio dos nossos direitos o que mais nos opprime não são as limitações que os outros lhes põem, mas aquellas que nós proprios lhes pomos.

Ser escravo é terrivel, mas escravisar-se é peior, e a *pena do silencio*, para mim pelo menos, era essa servidão.

A *pena do silencio* acabou. Viva a liberdade de imprensa! E agora sim! Agora tremam os inimigos da imprensa!

A liberdade da imprensa e os jornalistas.

Eu compreendo a situação da imprensa, depois da approvação da nova lei.

A imprensa sente que a sua força foi desconhecida e sente-se humilhada. É isso talvez o que quer dizer o aviso publicado nos jornaes d'hoje convocando para domingo a commissão de protesto.

Que fazer agora?

Parece-me difficil que a imprensa por-
tugueza faça coisa de geito.

Para resistir á oppressão dos pode-
res, é necessario um vivo amor á liber-
dade. Ora, os factos tem demonstrado
que, em Portugal, só tem o culto da li-
berdade a imprensa de opposição. A im-
prensa do governo já não tem o mesmo
culto.

Agora, por exemplo, unem-se na defeza
da liberdade de imprensa, os jornaes de
opposição. Os jornaes do governo, esses,
estão contra a imprensa. Esses jornaes
são, no entanto, redigidos por jornalistas,
que muito dizem presar este titulo e a
sua missão; que, como jornalistas, fazem
parte de associações de classe e, como taes,
tem frequentemente representado a im-
prensa em numerosos almoços e jantares.
Como, porém, a lei de imprensa que a im-
prensa combate é da iniciativa do governo
que elles defendem nos seus periodicos,
estes jornalistas não só não emprestam a
sua solidariedade aos seus confrades da
opposição, como ainda francamente os ri-
diculisam, o que não impede, já se vê, que

se encontrem ámanhã todos reuni
mesa dos mesmos banquetes.

Aqui temos, pois, a imprensa div
sobre a questão essencial de liber
Mas temos mais. A imprensa, que é
de opposição, passa ámanhã a ser a
prensa do governo, e o que succede ent
Succede que se o governo que vier, por
sua vez tomar a iniciativa de uma nova lei
oppressora da liberdade de imprensa, os
paladinos d'essa liberdade hoje, passam
ámanhã a ser os seus inimigos. Eu pergunto simplesmente qual seria a attitude,
por exemplo, dos jornalistas regeneradores, se a lei de imprensa que acaba de ser
approvada fosse da iniciativa do sr. Hintze
Ribeiro?

N'estes termos e não havendo accordo
permanente entre os jornalistas portuguezes, sobre a questão essencial da liberdade
de imprensa, a sua solidariedade não póde
ser tomada a serio.

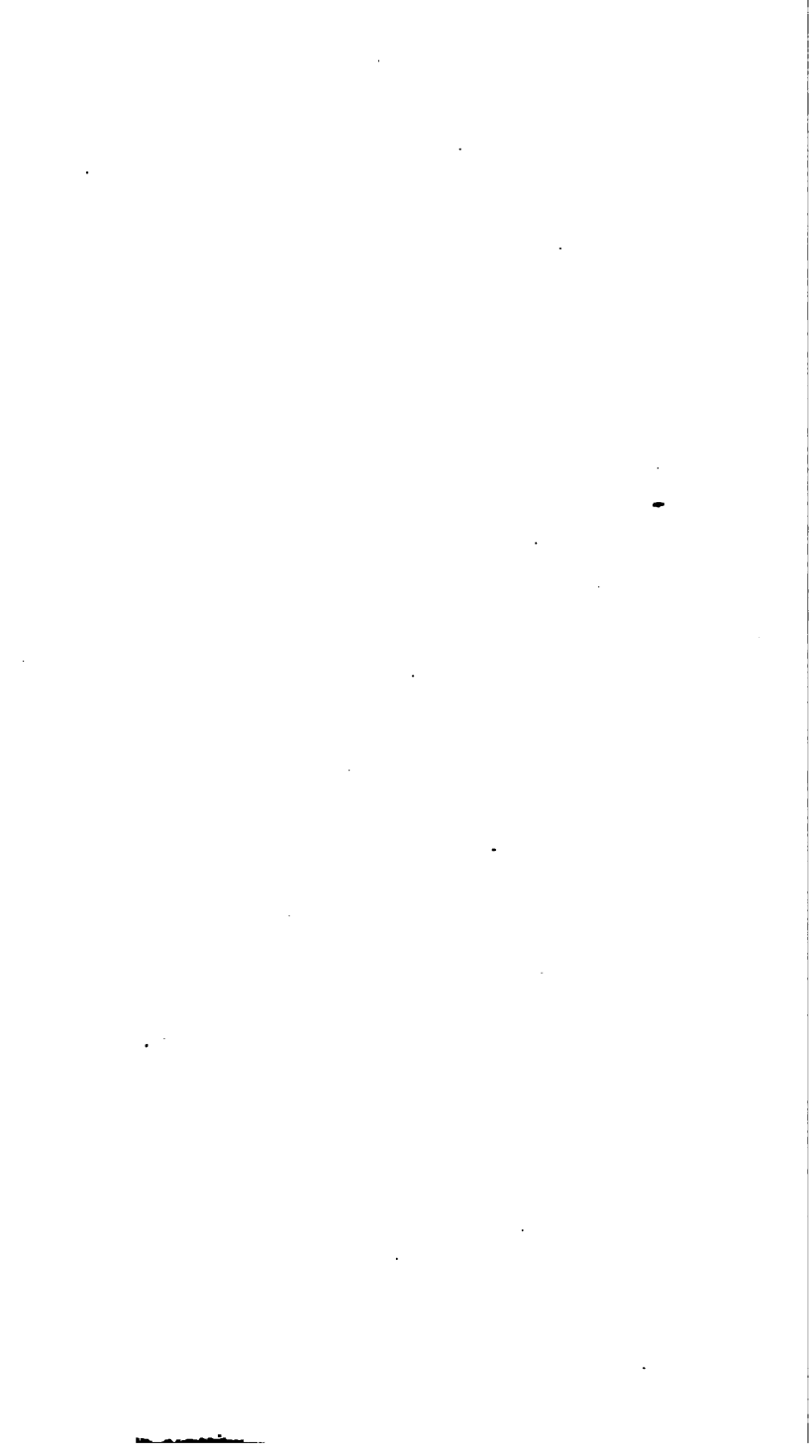
Il faut qu'une porte soit ouverte, ou fermée. Ou se defende o governo, ou se defende a liberdade. Ha, no entanto, entre
os nossos jornalistas, alguns, numerosos

mesmo, que a defendem por uma fórma estavel; mas o que me surpreende é vêr como elles acceitam, como sollicitam até a instavel solidariedade dos outros!

Sobre o descanço semanal.

Sim! Não ha duvida. É mister descançar e, ao menos, uma vez por semana; mas porque razão uma lei obrigando o homem a descançar me parece insupportavelmente despotica?

Descanço semanal.

A lei do descanço semanal, eu sei! é uma lei de protecção, é uma lei tutelar; mas verdadeiramente, deixem-me dizel-o: o que me parece despotico não é que se faça uma lei que obrigue o homem a descançar, senão que essa lei o obrigue a descançar — aos domingos, porque não comprehendo que o descanço tomado ao domingo seja mais reparador do que aquelle que é tomado n'outro dia da semana.

Abril — Maio — Junho:

A furia de autoridade desencadeada a proposito dos acontecimentos da Universidade, é um fenomeno do temperamento lusitano.

Expulsão dos alumnos da Universidade.

Os portuguezes são autoritarios. *Mandar* é um verbo que nos sobe á cabeça. Difficilmente se encontra em Portugal um homem capaz de mandar sem se emborrachar. D'ahi o substantivo *mandão,* que não creio se encontre n'outra lingua.

O que caracterisa o nosso espirito autoritario é o facciosismo. A autoridade é impessoal, por isso que se exerce em nome do principio e não em nome do indi-

viduo que está investido nas suas attribuições. Em Portugal, porém, a autoridade é exercida em nome do individuo, de fórma que desrespeitar entre nós o principio da autoridade, é affrontar pessoalmente o individuo que a exerce.

D'alto a baixo, em todas as gerarchias da autoridade, isto é assim. Toda a perturbação da ordem publica no nosso paiz, determina uma perturbação de animo nos agentes da autoridade, desde o ministro do reino até ao derradeiro policia. O ministro perde a cabeça, o policia tambem. Nenhuma serenidade, nenhuma impassibilidade, nenhum sangue frio. Demencia — a demencia das razões pessoaes armadas.

Quando subiu ao poder o ministerio Combes, o ministro do interior, que era então Clemenceau, foi interpellado no Senado sobre o modo como o governo entendia proseguir o inventario dos bens das egrejas de França, o qual estava encontrando a resistencia encarniçada dos fieis catolicos, e se o faria pela força, no caso de ser necessario empregar a força

— Não sei, respondeu simplesmente Clemenceau, que providencias o governo será obrigado a tomar para proseguir o inventario dos bens das egrejas de França. Tudo o que posso dizer á camara é que, segundo o meu sentimento pessoal, me parece absurdo matar gente para contar alguns candelabros de egrejas.

Este criterio não o têm os nossos mandões. Para esses, é licito matar gente para contar alguns candelabros de egrejas, comtanto que a sua dura noção da autoridade lhes imponha a contagem d'esses candelabros.

Para o nosso espirito, obscurecido ainda pelas influencias do nosso horrendo passado social, todas as relações sociaes, todas, mesmo as da familia, se contém n'estas duas palavras — *mandar, obedecer.*

Revoltar-se, mesmo para a sociedade portugueza do seculo XX, ainda é o maior dos crimes.

O que é, por exemplo, que se puniu impiedosamente nos marinheiros da armada? A indisciplina? — Não. O direito á revolta.

O que é que se acaba de punir com um desabrimento insensato nos estudantes de Coimbra? Os attentados contra os lentes? — Não. O direito á revolta.

Por isso, essas penas são desproporcionadas, porque não se inspiram no facto mesmo, mas no conceito de que a revolta é um crime.

Este conceito, installado na alma archeologica de individuos possuidos do espirito de autoridade até ao ponto de a terem no sangue, é verdadeiramente um flagello social, o que quer dizer em resumo, que a educação liberal não fez no fim de contas uma sociedade liberal.

A sociedade liberal só é liberal pelo rotulo. A sua alma é absolutista.

A gréve. — Velhas opiniões de um ministro.

Não ha nada mais difficil — já o disse a palavra sagrada — do que endireitar a sombra de uma vara torta.

O orgão do governo publicou uma nota de que destaco estes periodos:

«A *Lucta* transcreveu ante-hontem, na sua primeira pagina, excerptos de um panfleto, publicado ha vinte e quatro annos pelo sr. ministro dos negocios estrangeiros, sobre uma questão que, por esse tempo, agitou muito a academia de Coimbra, e em que estavam envolvidos dois alumnos, amigos do auctor, os srs. Gomes Palma e Azevedo e Silva.

O sr. ministro dos negocios estrangeiros nem usa repudiar a responsabilidade pessoal, moral ou litteraria dos seus escriptos, nem se tem mostrado insusceptivel d'aquella salutar evolução das opiniões, que o Ecclesiastes diz ser coisa propria... de quem não seja absolutamente estupido. E a exhumação dos seus antigos juizos sobre o espirito universitario e o ensino de direito em Coimbra não o afflige nem o contraria, porque quando sobre elles escreveu, com a paixão de momento, era tão sincero como o é hoje, que, passada já uma boa conta d'annos, pode encarar os homens e as coisas com mais um elemento de apreciação que só á custa da idade se adquire: a experiencia.»

Traduzindo:

O sr. ministro dos negocios estrangeiros não repudia as opiniões que ácerca do

espirito universitario e do ensino de direito formulou ha vinte e quatro annos. Comtudo, reserva-se, escudado na doutrina veneravel do Ecclesiastes, o direito de mudar de opinião. A proposito do espirito universitario e do ensino de direito? — Não o diz, mas é licito suppôr que o queira dizer, pois de outro modo não se compreende que ao mesmo tempo que declara assumir a responsabilidade de uma opinião, immediatamente invoque a doutrina de que só os estupidos são insusceptiveis de mudar de opinião. Era talvez mais claro dizer desde logo que mudára de opinião, ou se não mudára de opinião, reivindicara a opinião antiga, sem portas de saida.

Em polemica com Dumas filho, Emilio de Girardin atirou-lhe um dia ao rosto com uma das suas velhas opiniões; mas Dumas filho não se desconcertou, respondeu acto continuo:

« — Eu disse isso? Pois se o disse, disse uma grande asneira! No fim de contas, não sou o primeiro homem que diz uma grande asneira!»

Esta é a boa doutrina. Nunca devemos tomar a responsabilidade de uma asneira, quando reconhecemos tel-a dito. O sr. ministro dos negocios estrangeiros parece até certo ponto reconhecer que a disse, mas d'ella toma a responsabilidade.

O que quer dizer n'este caso, responsabilidade?

Não se entende.

Por outro lado, a reproducção das suas antigas opiniões não o afflige, ou contraria, porque quando as formulou era sincero.

Sinceridade! O que quer dizer uma opinião sincera? Uma opinião póde ser sincera e falsa e pelo facto de ser sincera não deixa de ser falsa. Eu posso estar sinceramente persuadido de um erro. E' este o pensamento que o sr. ministro dos estrangeiros pretendeu exprimir? Para o exprimir bem, deveria então dizer: — Eu estava em erro, mas era sincero!

Não o diz e como se arranja para não o dizer? D'este modo: diz que tão sincero era então no verdor dos annos, como o é hoje que os annos passaram, o que equi-

vale a dar aos juizos humanos um valor permanentemente variavel, porque se póde ser todos os dias sincero. A Dejazet tinha todos os dias uma paixão — sincera.

Resumindo: é licito mudar de opinião, mas não é licito tomar a responsabilidade de opiniões que a nossa razão, ou as circumstancias nos levam a repudiar.

Aqui está, afinal, para que veio ao poder mais um governo — para manter a ordem!

A gréve. — A moral do governo.

Interpellado no parlamento, o chefe do governo declarou que a *gréve* dos estudantes lhe é indifferente. O que o preoccupa é a ordem.

Ora, ha ordem moral e ordem material.

O que preoccupa o governo é a ordem material. Da ordem moral, desinteressa-se.

Sómente, governar não é manter a ordem. Essa acção é subalterna. Quando um

governo se encontra reduzido a não ter outro objectivo senão o de manter a ordem, preside a um estado social de revolução e está prestes a cair.

Mas o que significa esta palavra — ordem?

Em Portugal entende-se por ordem a ordem nas ruas. Assim o entende, como meio mundo, — o governo. Desde que haja, portanto, ordem nas ruas, o governo está tranquillo.

Vejamos, por exemplo, o caso dos estudantes. A *grève* importa uma profunda pertubação social e alguma coisa mais quer dizer do que perturbação domestica, quando, como esta, reclama reformas que implicam a existencia de um espirito novo no seio da sociedade. O que é que preoccupa, no entanto, o governo? O que o preoccupa é que os estudantes façam barulho. O mais deixa-o indifferente. Não é um criterio de governo: é um criterio de policia.

A ordem só é um facto quando é um facto o progresso e os governos em Portugal querem ordem, sem progresso. Não

póde ser. A ordem não se chama socego: chama-se accordo. Impor a ordem, sem effectuar o progresso é fazer tirannia. Os estudantes pedem progresso. O que é que o governo lhes dá? — Pranchadas!

Entretanto, o governo vai-se illudindo a si proprio e vai illudindo as instituições. Alguns telegramas de governadores civis communicando-lhe que tudo está em socego, dão-lhe a impressão da ordem. Qual! São apenas as ruas que estão em ordem. As consciencias estão em revolta.

Dizia não sei se Thiers, se Emilio de Girardin que as imposições da ordem são como os tapetes de casca de sobro que é costume estender em frente das casas em que estão pessoas doentes. A casca de sobro impede que haja barulho em volta do doente, mas não impede que o doente morra.

Assim succederá muito presumivelmente em Portugal com as coisas doentes, diante das quaes o governo estende a casca de sobro da ordem.

Não se governa com pontos de interrogação. Governar é affirmar. Comtudo foi assim que o actual governo começou governando — com pontos de interrogação.

Estamos todos, com effeito, lembrados de que, na sua conferencia do teatro Principe Real, do Porto, o actual primeiro ministro perguntou, depois de apresentar o seu programa de governo, se o paiz estaria tão divorciado das instituições que fosse impossivel governar com estas.

O programa liberal do governo.

O governo já está ha bastante tempo no poder, para que os factos tenham respondido á sua interrogação, e eu não sei se é impossivel governar com as instituições e se, por esse motivo, paiz e instituições são absolutamente incompativeis. O que parece ser incompativel com as instituições é a a liberdade, pois que sendo o programa

do governo justamente um programa liberal, foi por ahi que elle falhou.

Viu-se isto já e isto responde ás interrogações do primeiro ministro. — Em Portugal, toda a liberdade é aproveitada — contra as instituições. Dá-se um momento de liberdade, e o que se ouve logo é isto — viva a republica!

A liberdade só serve em Portugal para combater as instituições. Ha liberdade de imprensa? A imprensa brama contra as instituições. Ha liberdade de manifestação? A rua clama contra as instituições. Ha liberdade de voto? O povo vota contra as instituições. Ha liberdade de tribuna? A tribuna perora contra as instituições.

N'estes termos, todos os governos, todos, são irresistivelmente levados a fazer uma politica de oppressão, porque é, segundo se vai vendo, a unica compativel com as instituições, e não ha programa de governo, o mais sinceramente liberal, que possa ser cumprido.

O governo actual está, porém, em circunstancias especiaes, porquanto não é obrigado a executar o seu programa, se-

não com a condição d'elle ser viavel. Não o é? O governo vai-se embora, e vai-se embora tanto mais desafogadamente quanto não se comprometteu a governar a todo transe, mas a governar, se isso fosse possivel.

Assim devemos interpretar as interrogações da conferencia do Porto.

A despeito d'ellas, no entanto, o governo fica e não podendo governar com o programa que apresentou, governa com um outro qualquer.

E' esta a sorte de todos os programas de governo. São sempre postos de lado, quando os governos reconhecem que, acima dos principios, estão as necessidades.

Depois de ter escripto as linhas que ficam atraz veio-me parar ás mãos o discurso do chefe do governo na reunião das maiorias, o qual me dá perfeitamente razão.

Segundo o referido chefe, com effeito,

a liberdade em Portugal é incompativel com a obra dos governos conservadores e com as instituições.

O chefe do governo, é claro, não o disse d'este modo. Se o tivesse dito, seria constrangido a abandonar o poder, o que não está no seu programa, comtudo vasto. Declarou, porém, que as liberdades que pretendeu restabelecer só lhe trouxeram, a elle embaraços, e ás instituições, perigos.

Em vão um membro da maioria, que deploro não poder citar, porque, segundo parece, a pena do *silencio* não foi definitivamente abolida (1) — em vão o conjurou a não alterar o seu programa liberal, tendo mesmo esta frase tocante: «Não se arrependa de ter amado a liberdade. A liberdade não vale só por aquillo que nos faz gosar, mas tambem por aquillo que nos faz soffrer.» Em vão!

Tendo reconhecido que não é possivel governar com a liberdade, o chefe do go-

---

(1) Veiga Beirão

verno peremptoriamente, ameaçadoramente declarou que vai governar — sem ella. «Pois bem! Visto que assim somos tratados, é necessario defendermos-nos. Um poder que não se defende não tem razão de ser.»

Aqui está. A experiencia é decisiva. O poder conservador e as instituições não governam com a liberdade. Defendem-se da liberdade.

Eu sei, muito bem sei o que o governo objecta. O governo objecta que não se defende, bem como não defende as instituições, da liberdade, com a qual admiravelmente se entende, mas, na realidade, dos discolos, o que é outra coisa. O governo, como todos os governos reduzidos á tarefa de se defenderem, bem como aos sistemas que para isso lhes dão mandato, estabelece para justificar a continuidade da sua acção politica, a velha e especiosa distincção entre *liberdade* e *licença,* dando o nome de *licença* ao uso que os homens fazem da liberdade — contra elles, e a estes homens o nome de discolos.

O governo não nos diz novidade. De

todo o tempo os poderes que se encontram sem appoio na opinião, tentaram explicar a sua impopularidade pela acção dos discolos, pois está para succeder que algum governo se persuada de que a opinião não o quer.

Na reunião da maioria ergueu-se, como referi anteriormente, uma voz cava a dizer ao primeiro ministro: «Não se arrependa de ter amado a liberdade. A liberdade não vale só por aquillo que nos faz gosar; é-nos tambem cara por aquillo que nos faz soffrer.»

Esta affirmação, na bocca de um conservador, cumulado de honras conservadoras — conselheiro de Estado, ministro de Estado honorario, gran-cruz de todas as ordens e cujo passado politico não é, que conste, nem o de José Estevam, nem o de Antonio Rodrigues Sampaio, faz um pouco sorrir.

O que, porém, faz sorrir muito mais é

a sua exhortação feita ao governo, para que soffra pela liberdade.

Soffrer pela liberdade é defendel-a dos seus inimigos. Ora, quem é o natural inimigo da liberdade? É o poder, quando despotico. Pedir ao poder despotico que soffra pela liberdade, o que é isto? Um disparate. A phrase sôa bem, mas não tem sentido.

O que pretendeu significar a voz cava da maioria foi afinal isto: que, quando amamos a liberdade, devemos acceital-a com todas as suas consequencias, e se o tivesse dito assim, teria dito muito bem. Mas nós só nos exprimimos bem, quando pensamos bem e só pensam bem os que pensam com rectidão.

A voz cava da maioria não quiz dizer ao governo: — Cumpra o seu programa! Honre os seus compromissos! Não atraiçoe! Não minta! e não o quiz dizer, porque, se o dissesse, não era uma voz na maioria: era um eco irritado da opinião, e os ecos irritados da opinião não se fazem ouvir no meio das maiorias.

No entanto, a maioria compreendeu. Compreendeu e não gostou, porque as

maiorias não se reunem para chamar á ordem os seus chefes, mas, ao contrario, para os appoiar incondicionalmente.

A voz cava, ou a mentalidade que entra por ella em relações comnosco, mostrou d'est'arte estar até certo ponto deslocada no seio da maioria, cuja psycologia não é a sua. Mas ha homens politicos assim, e aquelle que exhortou o governo a soffrer pela liberdade pertence a este numero. A sua alma libra-se ás maiores alturas: o seu corpo anda de gatas. A alma d'este, por exemplo, ama a liberdade até á exaltação, mas não traduz esse amor senão por actos negativos.

Se eu fosse medico, aconselharia para estes casos de debilidade — tonicos.

«Façam a republica depressa...»

«Pois bem, façam a republica depressa; aliás eu lhes prometto que não lh'a deixaremos fazer.»

Pouco mais ou menos na mesma occasião em que o chefe do governo pronunciava estas palavras, na reunião da maioria, effectuada em Lisboa, eram lidas n'um comicio realisado em Madrid as palavras seguintes de uma carta de Peres Galdós, o grande romancista hespanhol: «Os republicanos triunfarão com uma arma mais forte do que a propria força—com a logica formidavel que engendra sempre os factos historicos.»

Vão lá dizer, no entanto, a um homem tão possuido de si mesmo que, independentemente da sua vontade, ha—a historia. A historia, para um homem d'estes, não existe. O que existe é elle. Elle é que faz a historia.

A logica formidavel de que fala Galdós engendrou em Portugal este facto historico—a Democracia; mas para o chefe do governo e a sua mentalidade não ha democracia: ha o designio caprichoso de alguns homens e ha—o seu.

Façam a republica! diz elle. A republica, para o chefe do governo, é uma coisa que se faz. Mas façam-n'a depressa, acres-

centa, porque se assim não fôr, não lh'a deixo fazer.

Quer dizer, se os republicanos não se decidem a fazer a republica n'estes tres mezes mais chegados, adeus republica! Não ha mais republica, nem proxima, nem remotamente. O progresso pára, as idéas param, os homens param. O proprio tempo frustra-se. Não ha mais tempo. Pára tudo, param mesmo os relogios. E tudo isto em virtude de quê?—Pela vontade do chefe do governo.

Este homem omnipotente tem assim a pretenção de sair ao caminho da historia, de se lhe atravessar diante e de não a deixar avançar. A historia é gigantesca e o homem é minusculo. A historia passa, põe um pé sobre o homem e esmaga-o como um dos nossos pés esmaga um bicho de conta. No entanto, o homem oppõe-se a que a historia passe.

E' grotesco.

Leio n'um jornal que o quartanista Girão, que persistiu em frequentar as aulas na Universidade, depois de declarada a *gréve* dos estudantes, foi um heroe.

Vejamos.

Oppôr a verdade ao erro é heroico, e, muitas vezes, o erro chama-se—multidão. A multidão é despotica. Affirmar perante este despotismo, o direito á liberdade é heroico.

A gréve. — Um dissidente.

É este, porém, o caso do estudante Girão?

Vejamos novamente.

Porque se declararam em *gréve* os rapazes?

Porque alguns dos seus collegas foram expulsos da Universidade.

Aqui não ha erro, mais ou menos sujeito a polemica. Ha um facto indiscutivel—a expulsão. D'este facto os estudantes

fazem questão de classe e tornam-se solidarios com os seus camaradas expulsós. O estudante Girão não se associa a este movimento de solidariedade, e, contrariando a resolução tomada pela classe de não ir ás aulas, vae ás aulas.

Porquê?

Porque entende que a expulsão dos seus camaradas foi um acto legitimo?

Não!

Elle não entende que os seus camaradas deviam ser banidos do seu convivio — isso seria cannibalismo — e entende-o tanto menos quanto elles não praticaram acto que os deshonestasse.

Porque foi então ás aulas?

Por espirito de desassociação. Nada mais. Assim como ha naturezas tão associaveis que se associam a tudo, assim ha naturezas desassociaveis que não se associam a nada. O estudante Girão é uma d'ellas. Ha milhares assim. Estas naturezas são intransigentes, não ha duvida. Não transigem em ceder uma parcella de si mesmos a favor dos outros. Quando se revoltam é em seu nome individual. O estudante Gi-

rão revoltou-se. Em nome de quê? de principios? de idéas? de factos?—Não.—Em nome da sua individualidade, para a qual toda a sollicitação em favor de interesses que não sejam os seus, é coacção. O estudante Girão pertence a essa categoria de mortaes que se sentem coagidos, sempre que têm de dar. São os individuos inteiriços, de uma autonomia hidropica, de quem o vulgo diz que são—*senhores do seu nariz*. O homem senhor do seu nariz reputa-se violentado desde que lhe pedem um bocado—do seu nariz. Resiste, reage, insurge-se e se para conservar o seu nariz intacto fôr preciso passar por cima de todos os interesses humanos, passa.

O jornal a que me refiro chama a isto heroismo. Não. Isto não é heroismo. E' egoismo. Ser heroico é sacrificar-se, e a isto me responderá o mesmo jornal que o estudante Girão se sacrificou com effeito, pois se expoz ás vaias dos seus camaradas; mas a isto lhe responderei eu que o espirito de sacrificio dos egoistas é tão grande como o dos heroes. Ha naturezas

que fazem de si mesmos uma religião e por ella soffrem.

Eu estou sempre prompto a admirar os heroes, mas recuso-me absolutamente a admirar os egoistas, mesmo quando elles são egoistas-heroicos, e não me associo ás palavras da folha que celebra o gesto do estudante Girão, nem mesmo quando ella diz que é preciso ter a coragem dos nossos actos.—Não! É preciso não ter a coragem de certos actos.

Queda do programa liberal.

Pergunto a mim mesmo que esperança podem ainda ter os partidos que dão alguma importancia ao poder conservador, de nos fazer acreditar na sinceridade dos seus programas, depois da queda formal do programa franquista?

A boa-fé tem limites.

Certo, os programas conservadores foram sempre mais ou menos sofismados,

mas o que eram elles? Os programas conservadores comprometliam-se a governar com moralidade e parcimonia, o que não é um compromisso concreto. Esses programas não saíam do dominio vago das palavras, emquanto que o programa franquista revolvia o proprio terreno dos factos.

O programa franquista era a revolução. Verificava os males e compromettia-se a dar-lhes remedio. Esses males eram os partidos? O programa franquista compromettia-se a destruil-os. Ia até á realeza e não a poupava. Admittia como perfeitamente corrente, que a realeza não podia impedir a obra de saneamento e de progresso.

Nenhum programa procurara tão francamente como este as solidariedades da opinião. Os programas conservadores invocavam-n'a frequentemente. O programa franquista foi procural-o á praça publica. Desenvolvido pela voz incansavel do seu chefe, sob a forma de conferencias e discursos, desceu ás ultimas camadas sociaes e dirigiu-lhe os appellos mais ardentes

que ainda entre nós foram ouvidos, depois do advento do sistema liberal. Foi mais do que uma campanha politica: foi um apostolado, continuado no parlamento por uma forma tão *frondeuse* que os proprios conservadores se alarmaram, pediram juizo.

Um ponto especial d'esse programa pareceu, no entanto, comprometter singularmente o homem e o partido que o apresentaram. Foi a questão da liberdade. O paiz saía justamente de uma crise abortada de reacção conservadora. As manifestações politicas eram reprimidas pela violencia. O sangue correra. Um pouco mais e matava-se gente. Pedia-se mais respeito pelos direitos do cidadão. Manifestava-se contra a realeza, como no Campo Pequeno. N'esse momento, a palavra *liberdade* andava em todas as boccas, e liberdade foi o *mot d'ordre* do programa franquista. Essa liberdade, dizia o franquismo, queremol-a, e o paiz tel-a-ha, custe o que custar, contra a propria realeza, porque nenhum Estado livre pode viver fóra do respeito pela liberdade.

O paiz respirou. Era tempo, porque começava a revoltar-se.

Sabem o resto.

A lei de imprensa, a meza censoria, a lei das associações visando as associações politicas, o direito de manifestação, reconhecido primeiro, negado depois, as fusilarias do Porto, a expulsão dos deputados republicanos pela força armada. Em seguida, o caso da Universidade, as perseguições contra os estudantes designados como cabeças de motim, n'um movimento collectivo, as repressões dos tumultos da Politecnica de Lisboa, o encerramento das escolas, a prohibição dos comicios, o inquerito ás palavras do professor Bernardino Machado, em Belem, os avisos nos cafés, a espionagem. Finalmente, as declarações na reunião da maioria, os desafios, as ameaças: — «Os republicanos querem a Republica? que a façam, mas desde já, ou senão eu os impedirei!», pela mesma bocca que, pouco antes, dizia: «Nós e os republicanos caçamos no mesmo terreno.» — «O partido republicano é uma força social que é preciso não desconhecer.»

Em resumo, uma apostasia escandalosa, que digo eu?—um escandalo social, e respondei-nos agora, vós outros conservadores que tendes ainda um programa a impingir: com que contaes para nos fazer acreditar na vossa sinceridade?

A boa-fé tem limites. Todos nós fomos mais ou menos franquistas. A nossa boa-fé foi excedida, e para que appellaes ainda, se já não acreditamos em nada?!

Ha um momento em que se tapam os ouvidos. Nós tapamos os nossos.

O fôro universitario.

Um bacharel de Villa Pouca d'Aguiar interpella-me a proposito das minhas affirmações sobre o caso do estudante Girão, perguntando-me como é que eu me colloco «ao lado de uma causa, cuja justiça é desconhecida».

Perdão! Se a justiça da causa dos estudantes é desconhecida para o bacharel de

Villa Pouca, para mim não o é. Para mim, essa justiça é de toda a evidencia.

Em primeiro logar, as manifestações de hostilidade contra os professores da Faculdade de Direito não foram praticadas por sete estudantes. Sete estudantes não constituiriam manifestação. Seriam sete discolos. Foram os *meneurs*, diz o processo universitario. Em manifestações collectivas não ha *meneurs* e não ha o direito de os procurar. É injusto tornar alguns homens responsaveis por actos que muitos praticaram sem premeditação. O processo universitario separou da multidão de estudantes que se manifestou em massa contra os lentes de Direito, sete. Não é justo.

Por outro lado, esses sete estudantes foram privados por sentença, de continuar os seus estudos na Universidade, por um praso de tempo que vai até dois annos; e em que justiça se inspira similhante sentença?

Separa o bacharel de Villa Pouca o delicto dos estudantes da sua qualidade de estudantes universitarios,

A que fica reduzido esse delicto?

A mui pouca coisa.

Mas, admittamos que o delicto teve gravidade. Admittamos que os sete estudantes especialmente incriminados, injuriaram, maltrataram, aggrediram os professores da Faculdade. Julgados pela justiça commum, esses estudantes seriam condemnados em penas de prisão correccional, em penas de multa talvez, mas qual seria o tribunal que os condemnasse a perder dois annos da sua carreira? Existe sequer similhante pena nas leis? Não existe; mas — objectar-me-ha o bacharel de Villa Pouca — existe o fôro universitario.

Ah! existe o fôro universitario? Tanto peor, porque não devia existir. O fôro universitario é a justiça de corporação e a justiça de corporação é a negação da justiça! A justiça é a imparcialidade. A justiça de corporação é o facciosismo de classe. O fôro escolar, como o fôro militar não faz justiça; faz disciplina e porque razão deveremos equiparar um estudante a um soldado? É porventura um professor

um general? — e o proprio fôro militar, não é elle porventura a negação da justiça?

Os estudantes reclamam contra o fôro universitario.

É justo.

O fôro universitario é um attentado á justiça. Não ha justiça para estudantes, como não ha justiça para militares. Ha — Justiça. Justiça de beca, ou justiça de sabre não é justiça: é parcialidade armada.

Se em Villa Pouca ha algumas razões a oppor a estas, que venham.

A gréve. — O seu caracter politico.

Se eu fosse medico e tratasse as instituições, não digo já para as salvar (a minha sciencia não seria tão charlatanesca), mas para as fazer viver, aconselhar-lhes-hia um unico regimen — o da transigencia.

Transigir, para os organismos politicos

debilitados, é o repouso. Não transigir é — o *surmènage*.

A esse *surmènage* está o governo obrigando as instituições, certamente porque tem a ideia de que os organismos politicos possuem uma força perenne e não são susceptiveis de decrepitude.

O governo está acabando de extenuar as instituições.

Foi um grave erro, por exemplo, aconselhar o chefe do Estado a não perdoar aos marinheiros. Eu sei! a disciplina! Mas a disciplina é a força e as instituições estão fracas. A força do poder resulta da solidariedade social. A solidariedade social com as instituições não é grande. A sua intransigencia no caso dos marinheiros não a tornou maior. A sua intransigencia semeou odios e o odio dá sempre fructos.

O mesmo succede com o caso dos estudantes. A attitude intransigente do poder está transformando um incidente da vida escolar n'um quasi movimento revolucionario. Para melhor justificar a sua intransigencia, o poder deu a esse movimento um caracter politico, isto é, erigiu a mo-

cidade das escolas em inimiga das instituições, e se ella não o era, nada nos impede de acreditar que o venha a ser, por tal fórma lhe estão inflammando o coração,

Bonhomia! Bonhomia! eis a panaceia que daria ás instituições, senão vitalidade, calma.

O que é que as instituições pretendem? — Socego. Attribue-se ao chefe do Estado este estribilho: — *Isto está socegado,* ou: «*não está socegado.*»

Como promove o governo o socego? — Com a arrogancia.

Ai das instituições! Ellas não se pertencem. Pertencem aos homens que as dirigem e mais do que a elles, ás suas paixões.

Agora cahiram nas mãos de um homem de paixões arrogantes, autoritario e irritavel, excessivamente pessoal para desempenhar a tarefa impessoal do governo, antepondo a todas as razões as suas, equivocado sobre o sentido da historia e imaginando desencaminhal-a em seu favor, capaz de todos os empreendimentos insensatos do orgulho, colerico perante a

idéa de se frustrar, pedindo a solidariedade de todos e não compreendendo que não lh'a dêm — no fundo um homem de catastrofe. (1)

Força! força!

Ai dos fracos!

A lei de imprensa está em vigor e os delegados reunidos começaram já a exercer as suas novas funcções — «constrangidos», diz um jornal d'hoje.

O papel da magistratura.

Constrangidos!

Quer dizer, esses magistrados estão praticando actos contrarios á sua razão. São talvez amigos da liberdade de imprensa e estão sendo instrumento de perseguições

(1) 1 de fevereiro de 1908.

contra a imprensa. Reputam a nova lei odiosa e estão-n'a executando.

Porquê?

Porque são magistrados.

Assim, a magistratura não tem independencia. Cumpre a lei, seja ella qual fôr. A lei inspira-se n'um espirito liberal? Cumpre-a. A lei inspira-se n'um espirito reaccionario? Cumpre-a, e está talvez muito bem que assim seja, visto que são essas as funcções do poder judicial. O que, porém, não está bem é que se allegue que em certos casos, como no caso actual, as exerça constrangidamente, porque onde ha constrangimento ha coacção e ninguem é coagido a ser magistrado.

Certo, eu não pretendo que a magistratura portugueza que está sendo instrumento do despotismo official, se revolte contra as leis que reputa despoticas, até ao ponto de declarar que não as executa. Isso seria excellente e tanto mais excellente quanto, por essa fórma, o Direito estaria defendido permanentemente pelos seus, afinal, naturaes defensores, e não teria que recorrer aos bons officios de outros.

Mas eu não ignoro que o corpo judicial não é constituido de paladinos do Direito, estando-lhe reservada a missão subalterna de tão sómente executar a lei e uma coisa é a Lei, outra o Direito.

O que eu desejaria era não ouvir dizer que a magistratura judicial procede constrangidamente, porque nada a constrange a proceder assim.

O constrangimento significaria o quê? — Que a magistratura reputa injusta a lei de imprensa; e ha por ventura nada mais absurdo do que ver a justiça *constrangida* a praticar a injustiça?

Existe, no entanto, esse constrangimento, mas é um fenomeno do fôro intimo. E' a lucta entre o homem e o magistrado — o homem que quer ser cidadão e o magistrado que não quer deixar de ser magistrado. Essa lucta, porém, não tem o direito de nos commover, porque está provado que quem triunfa afinal é sempre o magistrado, quando só a victoria do homem nos commoveria.

O ministerio ainda não se recompôz, e eu ignoro se os embaraços da recomposição resultam de haver muito, ou de haver pouco quem queira ser ministro. Os embaraços devem ser outros, certamente, porque nunca me inclinei a crêr que um ministerio não se constituisse, ou reconstituisse, por não haver ministros.

A recomposição.

Todo o homem aspira á consideração alheia, mas entre todas a que mais o fascina é a consideração exterior. Ora, a consideração exterior, no ministro, não é promovida pelo esforço do homem, mas tão sómente pela influencia do titulo, e que póde haver mais tentador do que gosar de todos os beneficios da consideração exterior, sem ter feito para tal o menor esforço!

O genio, a virtude, que dão algumas vezes (nem sempre!) o direito á consideração, significam um esforço laborioso. A consideração, quando vem, vem tarde, e raro é unanime. Além d'isso, não é exte-

rior. O genio, a virtude, passam frequentemente obscuros na vida, a despeito da sua supremacia reconhecida. Hugo já era um deus social e ainda percorria Paris levando encontrões da multidão que passava ao seu lado, sem o reconhecer. Já depois de consummada a obra da independencia, Washington, cuja imagem se espalhára, no entanto, por todos os Estados da União, não era reconhecido pelos porteiros do parlamento americano. Já as portas da historia se tinham aberto para receber estes homens e ainda se lhes fechavam as portas de certos edificios.

Não assim o ministro. O ministro não é ninguem. Foi tão nullo o seu esforço para fundar a sua personalidade, que, quando chega a ministro, toda a gente pergunta quem elle é. Mas chega a ministro e se, como homem, todos lhe recusavam os signaes de uma consideração exterior a que nunca fizera jus, como ministro todos lh'a concedem com abundancia e servilismo. Não é ninguem, mas é — o ministro. Desde logo todas as portas se lhe abrem, todas as cabeças se desco-

brem na sua passagem. O gesto supremo da consideração exterior é — a barretada, e esse gesto só o conhece a entidade social do ministro. O proprio chefe do Estado não o conhece tanto. Diante do chefe do Estado ha chapéus que se enterram até ás orelhas. O chefe do Estado tem inimigos patentes, que lhe recusam mesmo a consideração exterior. O ministro não tem esses inimigos. Mesmo os seus mais ferozes adversarios, á sua passagem, irresistivelmente se descobrem.

Que fez para tão larga homenagem o ministro?

Nada! — Foi ministro.

N'estas condições não surprehende que meio mundo queira ser ministro.

Ser ministro é a gloria — barata.

A apostasia e os apostatas.

Um dos novos ministros (1) é um antigo republicano militante e digo militante,

---

(1) Martins de Carvalho.

para que elle não se subtráia ás minhas reflexões, allegando que o era apenas em teoria. Parece que as teorias dão uma grande liberdade de movimentos áquelles que as adoptam, porque a sua sorte é serem abandonadas.

O republicano em questão não era um teorico e se era um teorico, era um teorico que dava por paus e por pedras.

E' ministro da fazenda.

Eu não pertenço ao numero das pessoas que não perdoam aos outros que mudem de opinião, mas uma coisa é mudar de opinião, outra coisa é ser ministro da fazenda.

Emquanto aquelle que muda de opinião não mostra tirar da sua mudança qualquer vantagem apparente, resigno-me ao espectaculo da sua defecção improductiva e resigno-me tanto mais facilmente quanto, no fundo, me riu de todos os maus negocios. Quando, porém, o meu apostata entra no caminho da recompensa, todo eu me sublevo, talvez por ser atavicamente christão e não estar no meu animo o perdoar a Judas os trinta dinheiros.

Quereria vêr o antigo republicano, que é hoje o ministro da fazenda, longamente esperando em vão uma pasta de ministro. Essa espectativa regosijaria os meus sentimentos de justiça. A pasta de ministro subverte-os.

Eu creio na virtude. Tenho mesmo da virtude uma concepção melodramatica. Creio que na vida, como nos dramas, a virtude acaba sempre por triunfar. Quando vejo que não é a virtude, mas o vicio que triunfa (á concepção de virtude anda associada no meu espirito a concepção de vicio), as minhas crenças soffrem um rude abalo.

Esse abalo ellas soffreram quando os jornaes da manhã me trouxeram a noticia da recomposição. Pareceu-me que houvera não uma crise no ministerio, mas uma crise no mundo moral e que, quem n'este mundo estava distribuindo as pastas da fazenda, era o mesmo Belzebuth, com os principios da sua verificada immoralidade.

Dizia Berryer que a apostasia é cinica. Que remedio tem ella senão ser cinica! Não ha apostata que gose com doçura os fructos da apostasia, pois sempre encontra quem lh'os faça amargar.

O cinismo da apostasia é a attitude da adversidade que não quer dar o seu braço a torcer.

Para todo o genero de morte é preciso coragem, assim para a morte fisica, como para a morte moral. O cinismo da apostasia é a bravura dos que vão morrer — moralmente.

Se fosse possivel apostatar no meio da indifferença geral, o apostata seria um homem feliz. Mas a apostasia indigna. O apostata é condemnado, é repellido, é despresado. Sente que perdeu a consideração dos bons. Torna-se então cinico, isto é, offerece aos homens uma face arrogante. Por isso, a tirannia dos apostatas é formidavel, porque é exercida em nome da sua indisposição pessoal, e não ha nada peor do que um tiranno que o é por motivos pessoaes.

Os apostatas que governam entre o clamor indignado da opinião que os flagella

com o seu desprezo, não são em geral tirannos — são flagellos sociaes.

Estamos, se não me engano, em Portugal, atravessando esse periodo de tirannia flagelladora. A apostasia installou-se no poder.

Nunca repararam que os peiores inimigos da Igreja são os padres que abjuraram? Sempre que se me depara um inimigo intolerante da fé, eu procuro verificar no seu occiput os vestigios da tonsura e acabo geralmente por descobrir que elle foi, pelo menos, — seminarista.

Entreguem a sociedade civil a um governo de padres abjurantes e não fica um templo de pé. Entreguem a liberdade aos apostatas da liberdade, e elles decretarão, se fôr preciso, a asfixia collectiva. Isto farão com cinismo, já se vê, attendendo a que não ha maneira de ser um patife militante sem uma certa presença de espirito.

Como estas generalidades estão ao abrigo da lei de imprensa, aqui as deixo consignadas.

O crime é amargo, mas a impunidade é uma delicia.

Um dos considerandos da sentença do juiz do 1.º districto, do Porto, no processo de imprensa promovido contra o nosso collega Lopes Teixeira, diz assim:

Processos de imprensa.

«Demonstra-se finalmente que no incriminado artigo se lê a phrase sublinhada no exemplar de folhas..., a saber, *«a covardia, a infamia e o banditismo da gafada dinastia dos Braganças»;* mas considerando que na phrase transcripta não se encontra expressamente nomeada a pessoa do rei, actualmente reinante, antes se conhece que o escriptor teve em vista a apreciação historica da governação do paiz, sob a dinastia dos Braganças, apreciação por certo apaixonada, mas que ao tribunal não compete criticar, ou castigar, se castigo merece...»

Sentença justa, sentença perfeita. Pode ella não agradar ao governo, mas agrada

á justiça, e não agrada á justiça pelo facto de ser absolvido um jornalista mais, mas pelo facto de ser strictamente justa.

Aos tribunaes não compete criticar apreciações como aquella de que se trata, feitas á dinastia de Bragança. A dinastia é a historia e os tribunaes não fazem critica historica. Castigar, então, muito menos! E' absurdo punir alguem porque formula o juizo de que D. João IV, por exemplo, foi um poltrão. D. João IV é aquelle fundador da dinastia, do qual póde dizer-se que só a seu pesar, a fundou. O ter fundado a dinastia é o unico facto da vida d'esse duque de Bragança que o assignala ás attenções da historia e foi, no entanto, esse o facto que mais o contrariou. Que maus bocados passou em Villa Viçosa o pobre duque, e como elle se pendurou á Hespanha, para que ella o livrasse do encargo de fundar a dinastia — essa espiga! Diz-se que a primeira vez que se falou em republica, em Portugal, foi então, não porque já n'esse tempo houvesse republicanos em Portugal, mas por-

que não havia um rei que tivesse coragem de — ser rei.

Imagine-se que os tribunaes tomavam a peito castigar similhantes juizos! Era o absurdo, pois que é absurdo castigar a historia. A historia julga e não ha tribunaes com competencia para revogar as suas sentenças.

Comprehendo — ah! isso muito bem! — que seja desagradavel aos sobreviventes da dinastia ouvir dizer todos os dias que os seus maiores foram uma cambada de mariolas e doidos maus, como lhes chamava Oliveira Martins. Estes são, porém, os inconvenientes do Privilegio! Ha familias detestaveis, nas quaes não se fala, o que faz com que os seus descendentes possam viver ao abrigo da publicidade affrontosa, que nem os nossos avós poupa; mas essas familias não gosam de privilegio algum, assim como não pesam com qualquer especie de onus sobre o peculio social. A vida d'essas familias é — a vida privada.

O Privilegio não tem vida privada, e por muito que isso lhe custe, tem de se resi-

gnar a vel-a assoalhada desde as suas mais remotas origens.

A sentença do tribunal do Porto tem duplamente razão: descompor a familia do rei não é fazer injuria ao rei — E' fazer historia. O rei não gosta, mas como evital-o? Não se é impunemente um personagem historico!

O caso do ministro da fazenda.

A conversão do novo ministro da fazenda aos principios conservadores foi tão desinteressada — dizem os jornaes do governo — que, ao ser ainda ha pouco citado para pagar uma contribuição, elle não o pôde fazer, o que significa que não recebeu os trinta dinheiros de Judas, como affirmam os seus detractores.

Não os recebeu?

Tanto peor!

Isso não prova senão que fez um mau negocio, e certos negocios não nos são mais simpaticos pelo facto de serem maus.

Não houve negocio.

Ah! que houve então?

Muda-se de opinião desinteressadamente e estas mudanças desinteressadas são sempre respeitaveis.

Para verificar o desinteresse devemos, porém, observar sempre se aquelle que muda de opinião, passa a servir verdades que pagam, ou não pagam.

E', de resto, sempre assim que se avalia o desinteresse.

O novo ministro da fazenda deixou de servir a republica, — verdade que não paga, por ora, para servir a monarchia — verdade que paga já.

Servir a republica é jejuar. Servir a monarchia é digerir. Não me digam que não! O homem tem todo o genero de necessidades e nem todas são fisiologicas. O seu ventre é faminto, mas, muitas vezes, a sua presunção e a sua vaidade não o são menos. A todas estas necessidades, a monarchia dá satisfação.

Admittamos que o objectivo unico do novo ministro da fazenda foi — ser ministro, receber barretadas de continuos e tra-

zer um correio a cavallo, atraz de um trem aturado. Admittamol-o. Esse objectivo não o poderia admittir sob a republica, senão quando a republica fosse um facto, e quando o seria ella? Sob a monarchia, ao contrario, foi um facto proximo e tão proximo que elle ahi está.

Quando, pois, a apostasia do novo ministro da fazenda não tivesse outro fim interesseiro, esse estaria patente, e não é bem pouco respeitavel uma mudança de opinião que só se inspira em miseraveis razões de amor proprio?

Eu só me inclinaria respeitosamente perante um republicano convertido á monarchia, se elle, depois da sua conversão, recolhesse a um convento de carmelitas descalços.

Não renunciando á vida e abraçando-se ao contrario a ella com tanto frenesi, não sou obrigado a nenhum genero de respeito para com esta categoria de conversos, nem mesmo quando a vida, ingrata, lhes distribue, em vez de flôres — mandados de penhora.

A gréve dos estudantes fez descobrir que existe em Portugal uma classe social — a dos paes.

Até aqui os interesses da paternidade não aggremiavam, pois que eram os interesses de toda a gente. Com effeito, toda a gente era pae, ou estava em condições de o ser. Mas eis aqui a *grève,* e os interesses da paternidade apparecem organisados em associação de classe, como os dos carpinteiros civis, ou os dos operarios das artes metallurgicas, reunindo em assembléa geral, agitando uma campainha, pedindo copos de agua, pedindo a palavra.

A gréve. — Os interesses dos paes.

Tem esta nova associação estatutos approvados?

Não sei.

Quaes são os seus fins?

Ah! esses conhecemol-os. Os fins da associação de classe dos vendedores a re-

talho — perdão! dos paes são — defender os interesses da paternidade, e diriamos que esses interesses são vastos; mas não! Os interesses defendidos por este novo gremio são muito limitados, pois se reduzem aos que tem relação — com a propina. Assim tambem não podem fazer parte da associação dos paes senão aquelles que paguem — propina. Fóra da propina, todos os restantes interesses da paternidade são afastados da discussão.

A paternidade tem interesses moraes. A paternidade, organisada em associação de classe, só tem interesses materiaes. O proposito do pae associado não é fazer de seu filho um homem, mas um bacharel. Emquanto o filho não se desvia d'este objectivo, o pae associado não reune. Paga pontualmente a quota, elege talvez uma direcção, recebe e lê um relatorio de contas, mas não desenvolve outra actividade associativa. Para a desenvolver é preciso que o filho se desvie d'aquelle objectivo. A associação dos paes é então convocada a toda a pressa, declara-se em sessão permanente, elege commissões de vigilancia,

publíca manifestos, escreve cartas aos jornaes, tem conferencias com os ministros e governadores civis, invoca clamorosamente os interesses da paternidade.

Os portuguezes preoccupam-se muito com o que se passa n'aquelles dominios da civilisação que elles designam pela expressão — *lá fóra.*

Existe alguma coisa similhante lá fóra?

Ha em França uma associação de paes?

Ha na Inglaterra outra?

Viu-se porventura os estudantes de Paris, ou os de Oxford, ou os de Cambridge representados pelos paes, levados pelos paes?

Eu creio que isto ainda não se viu e que, se fosse coisa que se visse, faria immensamente rir.

Em Paris ha uma associação de estudantes que se intitula, creio eu, Associação Geral dos Estudantes e a cujas sessões solemnes não raro assiste o presidente da Republica. Uma associação de paes de estudantes não ha, nem poderia haver, porque os francezes tem bastante senso commum para compreender que a

acção da tutella paterna é inteiramente privada e bastante espirito para perceber que quando se torna publica se torna odiosa, ou ridicula.

Horrendo scenario o do ensino do Direito em Coimbra!

Diz-se muito mal do ensino e bastante mal dos professores. O que dizer da Universidade!

A gréve. — A Faculdade de Direito.

As aulas de Direito são monacaes. Que paredes núas, que bancadas tristes e principalmente — que pulpito, porque (os leitores, na sua maioria, por certo o ignoram) em Portugal ensina-se Direito, de um pulpito.

Se não me affirmassem que n'essas vastas salas desertas se ensinava, eu ficaria pensando que ellas me eram mostradas como curiosidades do passado, afim de que os *cicerones* da Universidade podessem

dizer aos visitantes: — Aqui se ensinava o Direito.

Ali se ensina, no entanto, ainda, e não me custa a crer que esse ensino seja tão archeologico como o logar em que se pratica. E' impossivel ter idéas do nosso tempo em tão antiquado recinto. Colloquem no pulpito — na catedra — um farricoco, todo coberto de negro, encham as bancadas de madeira tosca, numeradas como bancos de hospicio, de uma multidão de balandraus pretos, façam entrar pelas janellas talhadas nas grossas muralhas aggressivas, a luz sombria de um dia de inverno, e falem-me do ensino do Direito! As mais jovens, as mais robustas especulações da razão parecerão ali decrepitas.

Assim, compreendo admiravelmente a repugnancia dos rapazes por esse ensino. O ensino é mau, mas que fosse bom! — o logar em que o ministram é detestavel. Não se aprende n'um carcere, não se aprende n'uma sacristia, e as aulas de Direito na Universidade tem o quer que seja de carcere e de sacristia. Cheiram vaga-

mente a incenso e tudo n'ellas lembra cantochão, padres, tonsura.

A Faculdade de Direito é um seminario. Dir-se-hia que se ensina ali tão sómente teologia. Deus não daria lição n'outra casa.

Ao deixar estes logares funebres, (porque os fui visitar), reparei n'uma tremenda campainha electrica collocada n'uma parede dos *Geraes* e foi grande o meu espanto ao vêr ali electricidade, isto é, sciencia, progresso, civilisação; mas, reparando melhor, notei que a campainha era velhissima e de velhissimo sistema e pelo meu espirito passou então esta idéa extravagante — de que aquella velha campainha electrica, ao serviço d'aquella velha casa de ensino, era anterior á electricidade.

A dictadura

Portugal está a ser governado por uma fórma fantastica.

De que imaginam que havia de lembrar-se o dictador, depois de se collocar em dictadura? — De... consultar a opinião publica.

A dictadura consulta a opinião.

Esta não lembra ao diabo! Pois bem! Do que não lembra ao diabo, lembra-se o dictador. Elle tem mais imaginação que o diabo.

Depois do ultimo conselho de ministros, a imprensa publicou, com effeito, a seguinte nota officiosa:

«Resolveu o conselho que, antes de se publicarem os decretos dictatoriaes mais importantes, ou sobre assumptos que não tenham chegado a ter

qualquer discussão no parlamento, o governo torne publico, em notas officiosas, os seus pontos principaes, afim de que a opinião publica e os interessados possam, antes de publicados os decretos, manifestar-se e dar indicações que entendam convenientes, de modo a que possam ser aproveitadas as que assim o merecerem.»

Eis aqui, pois, um governo que tem no parlamento uma representação tanto quanto possivel genuina da opinião, que o fecha, que o dissolve e que appella — para a opinião.

E' fantastico!

Se outros factos não se tivessem produzido já, indicadores da desordem mental que está presidindo ao poder, este bastaria para o verificar, e a mim não me surpreende que na direcção suprema do poder reine a desordem mental: o que me surpreende é que elle encontre solidariedade, a não ser, já se vê, que a expliquemos por esse fenomeno de contagio, observado em certas familias, onde a presença de um louco causa a loucura em todos os individuos que o cercam.

O que ha de fantastico na direcção dos

negocios politicos portuguezes é que d'ella parece ter sido abolida não já a moral, mas a razão. Os actos do poder parecem trazer não a chancella das secretarias do Estado, mas o carimbo de Rilhafolles.

Os soberanos hereditarios gosam ainda hoje de privilegios bem singulares! Elles gosam do privilegio da hereditariedade, que não é pequeno. Com effeito, não fazer mais nada pela vida senão nascer e fazer desde logo tudo, é formidavel. Mas o seu privilegio verdadeiramente commodo ainda é o da irresponsabilidade, porque se conquistar um logar na vida pelo simples facto de nascer é coisa excellente, occupal-o ao abrigo da responsabilidade é mais excellente ainda, e a responsabilidade é o maior precalço da vida social, embora para aquelles que attingiram os seus mais altos cimos. Verdadeiramente, a respon-

O rei.

sabilidade é um escolho. D'esse escolho estão livres os soberanos hereditarios que se denominam constitucionaes, e até que ponto estão livres d'elle claramente o diz o facto seguinte.

Todos sabem que um certo numero de actos do poder executivo não podem ser praticados sem a sanção do poder moderador, e entre aquelles os que dizem respeito á suspensão das funções parlamentares.

O parlamento, só o rei o póde fechar, só o rei o póde dissolver.

Pois bem! O parlamento acaba de ser fechado, o parlamento acaba de ser dissolvido e d'este acto insusceptivel de ser praticado sem a sanção régia, a quem se pede responsabilidade? — Ao rei? não! Ao seu ministro. E porque não se pedem responsabilidades ao rei? Porque o rei é irresponsavel. Ainda agora acabo de o ver passar na sua carruagem habitual e todo elle, por todos os seus póros, proclamava irresponsabilidade.

A irresponsabilidade régia é, está claro, uma ficção, mas essa ficção em certos ca-

sos, como no caso actual, perturba-nos por tal fórma o entendimento que eu, por exemplo, vendo passar o rei que a encarna, tive vagamente a impressão de que o proprio rei era uma ficção, não da lei, mas da vida e que, na realidade, esse homem gordo que passava, todo elle illuminado pelos fogos de Bengala de uma compleição sanguinea, não tinha mais corpo do que uma sombra.

Remexendo nos meus papeis, encontrei entre elles o discurso pronunciado pelo dictador, na inauguração do Centro Regenerador Liberal, em Lisboa.

O dictador. — Theoria da reacção.

O discurso é cheio d'essas generalidades simpaticas com que o nosso homem obteve do paiz um momento de attenção. N'elle, porém, descobre-se já no falso liberal, o despota veridico, e aqui está onde se descobre. Discreteando longamente so-

bre a liberdade, disse elle isto: «A reacção tem de ser proporcional á acção.»

Aqui está, n'este juizo — o homem.

Invocava a liberdade, mas já então se chamava despotismo — que digo eu? flagello! Não era uma norma de governo: era uma epidemia. Não era um inimigo encapotado da liberdade. Era peor: era um inimigo do homem — *homo homini lupus*. Já então queria voltar ao ideal antigo e fundar uma sociedade contra a natureza.

Vejamos simplesmente. Qual é o fundamento da sociedade? — O Direito. E qual o fundamento do individuo? — A Acção.

O individuo constantemente actúa, na ordem natural, na ordem social, na ordem moral.

Por outro lado, a função do Estado, representante da unidade, é garantir o exercicio da acção pelo Direito. O Estado assegura o Direito, e desde que deixa de o assegurar, nega-o. Foi o que elle fez. Negou o Direito.

Não era, portanto, um novo programa de governo que se annunciava com elle: era o perigo que veio a ser.

No entanto, a formula não é assustadora. E' disparatada.

Pensando um momento.—O Estado perdeu de ha muito a sua origem divina e, como tão exactamente o verifica um pensador que não citarei para me não sobrecarregar de erudição, perdeu do mesmo passo a superioridade scientifica, politica e industrial que era d'uso attribuir-lhe. Por isso, contra a sua superioridade scientifica pedimos a liberdade do ensino, contra a sua superioridade politica a liberdade de suffragio, contra a sua superioridade industrial a liberdade de trabalho, contra a sua superioridade social o direito de associação.

Ha uma coisa, porém, que já não pedimos ao Estado, que é liberdade de acção, e quando o Estado se lembra de nos privar d'ella nunca nos annuncia que o vai fazer. Ao contrario, occulta os seus propositos, como um bandido occulta o seu punhal na manga do casaco.

Elle annunciou-os. Já desvairava. A tirannia não tem programa, como não tem séde. Elle annunciou-a á luz do gaz,

entre dois secretarios, deante de um copo d'agua e de uma campainha. Tinha o espirito a trezentos annos de distancia e estava sentado em *fauteuils* do Alcobia, a dois passos do Gremio, da filosofia e da critica.

Na Boa-Hora, e na presença de tres juizes de direito, acabam de ser julgadas e condemnadas — as instituições.

As instituições julgadas na Boa-Hora.

Procurei-as no banco dos reus e é certo que não as vi, mas lá estavam. Se não as vi, foi tão sómente porque as instituições não são um homem, mas um facto e os factos têm, como as sombras, o privilegio de estarem presentes, sem occuparem logar.

Terminada essa memoravel sessão, disse-se (e d'este rumor os jornaes se tornaram ecco) que um jornalista republicano fôra condemnado por abuso de liberdade de imprensa. O certo é, porém, que de si-

milhante jornalista não se tratou em similhante sessão, mas só se tratou das instituições, para as flagellarem com os mais impiedosos epitetos.

Não sei se, verificando este facto, estou incorrendo nas represalias da lei de imprensa. Isso passou-se assim e contar um facto não é formular uma opinião. Ora, o facto foi este: do jornalista republicano França Borges não ouvi dizer senão bem; das instituições não ouvi dizer senão mal, e, como o reu em tribunaes é, por via de regra, aquelle de quem se diz mal, eu conclui e commigo toda a gente que assistiu á sessão, que o reu não era o sr. França Borges, mas — as instituições.

N'este excepcional julgamento, as instituições não tiveram testimunhas de defeza. Foram todas de accusação. A sua condemnação foi formal. Só faltou leval-as d'ali em charola para a cadeia, o que não succedeu, porque, como disse, ellas não estavam presentes.

Que essa condemnação foi formal claramente o manifesta este facto; quando o dr. Alexandre Braga concluiu o seu dis-

curso — de accusação, a sentença estava lavrada e uma parte do publico retirou-se, sem aguardar a dos juizes.

Cá fóra, na rua, esperavam-se manifestações. Não houve. Falava-se mesmo n'um novo 4 de maio. Não houve. Tudo se liquidou entre as quatro paredes do tribunal e tão de harmonia com os interesses da justiça, que o publico, satisfeito, retirou em ordem e foi tranquillamente jantar.

Não ha nada, com effeito, que pacifique mais do que o espectaculo da justiça.

O dictador. A reunião do Chiado.

Um dos meus amigos que tem o segredo das formulas exactas (coisa rara entre lusitanos!) dizia-me um dia d'estes que o homem que preside á situação politica começa a não ter interesse algum, porque já é inverosimil, e a inverosimilhança não tem realmente interesse.

Fantasie-se um homem como esse. Até certo ponto é curioso. Depois é absurdo. Não se admitte a existencia do homem e repelle-se a concepção fantastica como insensata, porque mesmo ás concepções da fantasia preside um certo senso commum.

Aqui está o inverosimil: annuncia-se que o dictador vai reunir o seu centro politico de Lisboa e explicar-lhe as razões porque dissolveu as camaras e fez a dictadura!

Esse centro politico tem a sua séde no Chiado. O dictador vai metter-se no seu trem, apear-se á porta de uma casa situada na rua mais populosa da capital, entrar na sala onde o aguardarão os seus amigos, ser recebido com uma salva de palmas. Falará. Os seus amigos applaudil-o-hão com entusiasmo. Depois, elles proprios farão uso da palavra, para lhe declarar a sua solidariedade. As janellas do centro, illuminadas, estarão abertas. Por ellas chegarão até á rua as palavras dos oradores, os appoiados, as palmas, as vozes de *muito bem!* os bravos, e não é isto uma coisa inverosimil — este dictador

que, depois de um golpe d'Estado, tem o desplante de ir buscar applausos ao Chiado?

E' uma provocação! diz-se já.

Não é. E' um desconchavo.

Os dictadores não dão á lingua. Dictam. Este quer fazer dictadura e, ao mesmo tempo, parola. Não se percebe. E' um successo sem pés nem cabeça e que, mais do que nenhum outro, vem dar motivo a pensar-se que a alienação mental se installou no poder. Dir-se-hia que as instituições se debatem no tumulto de um temporal de demencia.

O dictador. — O suborno.

Afinal, o que se verifica é isto: para este homem d'Estado, o paiz é uma sala de jantar. Nada mais.

Aqui não existe uma sociedade em constante progresso; aqui não existem idéas, em constante movimento. A patria

é uma mesa posta e a questão patria esta: comer, ou não comer.

Nenhum interesse moral. Só interesses materiaes. Razão, consciencia, palavras nullas. Ventres. Para esse homem, em rigor, a patria é uma pia, na qual foçam cinco milhões de focinhos.

Para o seu criterio, encher a pia é resolver o problema nacional. Enche a pia: augmenta o soldo, augmenta o pret, augmenta o ordenado. A nação não socegava. Elle imagina amodorral-a, empanturrando-a. A liberdade gritava. Elle imagina fazel-a calar mettendo-lhe na boca — uma bucha.

Dão-lhe já as proporções de um tiranno, mas se é um tiranno, é um tiranno com a mentalidade de um comilão.

Existe o Progresso, e certamente elle lhe apparece como a toda a gente, mas o Progresso não é aos seus olhos alguma coisa: é *alguem,* e esse alguem é Gargantua, recemnascido, mas berrando já de guella aberta, que lhe dêem de comer, de beber....

Com uma colher n'uma das mãos e

uma espada na outra, este homem suppõe ter força para tirannisar o paiz.

Ai d'elle! — A liberdade não come e a liberdade não morre.

Eu tenho varias razões para desejar a queda do governo. Uma d'ellas é a esperança de me ver livre d'elle. Outra razão é a necessidade (e a essa reputo-a urgente) de fazer voltar o entendimento publico á normalidade das suas funções, perturbadas pelo espectaculo de insensatez, desvario, contradição que o poder lhe vem dando desde que foi entregue ao messianismo franquista.

O dictador. — A loucura no poder.

Um doido é um doido. Internado n'um manicomio, ou vigiado de perto, mas reconhecido como tal, não perturba com as suas desordens mentaes a razão alheia. E' o doido e tudo o que vem d'elle é loucura. Póde elle mesmo recuperar a razão; ha-

verá sempre prevenções contra as manifestações do seu intellecto. Ignore-se, porém, o doido e a sua acção sobre a intelligencia alheia será temivel. Lançará a confusão em todos os espiritos, creará em volta d'elles um desnorteamento geral.

Agora, imagine-se um doido investido de altas funções sociaes. Imagine-se um d'esses doidos ignorados dirigindo a sociedade. Um doido d'esses espalha a loucura. Deem-lhe um anno de poder e, ao cabo de um anno, a sociedade estará como elle, doida. Todos procurarão interpretar os actos da sua razão perdida e como não é possivel admittir que um doido presida aos destinos sociaes, esses actos, por muito extravagantes que sejam, encontrarão sempre quem os procure justificar. Outros não os compreenderão, mas tentarão compreendel-os. Outros, impotentes para entender, acabarão por se associar docilmente ao criterio dos que dizem ter entendido e o apresentam como sublime. O louco acabará por ter quem o admire, depois de ter tido quem o sirva. A nin-

guem occorrerá dizer que o louco é — louco, e a desordem dos espiritos, na sociedade, será enorme.

Como havemos de pedir aos homens que sejam sinceros, que sejam rectos, que sejam claros nos seus actos e nas suas palavras, se reina ainda, envenenando-lhes a intelligencia e corrompendo-lhes o caracter, a abjecta mentira das formulas?

O rei. — As primeiras reclamações.

O rei acaba de receber as deputações das camaras dos pares e dos deputados, que foram representar junto d'elle contra a dissolução do parlamento e a dictadura, e o que respondeu o rei? Respondeu isto: *Recebo a representação que me é dirigida e entregal-a-hei ao meu governo, recommendando-lhe que a tome na devida consideração.*

Vejamos:

O rei prometteu recommendar ao seu

governo que tome na devida consideração a reclamação dos pares e deputados pedindo o restabelecimento da normalidade constitucional, mas foi o rei que deu a dissolução e é o rei que ampara a dictadura.

Como se entende isto?

Se a dissolução é obra sua e se a dictadura conta com a sua solidariedade, o que significa a sua promessa de recommendar ao governo a reclamação dos pares e deputados?

O rei não pensa, pois, recommendar coisa alguma e a sua resposta foi o que se chama uma resposta de papagaio. Era forçoso responder alguma coisa e, por outro lado, não era licito ao rei responder aos pares e deputados que fôssem bugiar. Respondeu aquillo.

Mas vejamos mais:

O parlamento vai representar junto do rei contra o governo, e quem se encontra ao lado do rei? — O governo.

Mentira, e mentira sem apparencias de verdade!

Se o governo presumisse que o rei ia dar qualquer attenção ás reclamações do

parlamento, não estaria ao seu lado no momento em que este se apresentou no Paço a formulal-as. Estaria em casa, derrotado, cahido. Antecipadamente o governo conhecia as disposições do rei a tal respeito e, por isso, se encontrava a seu lado, significando este facto, mais do que nenhum outro, a solidariedade estreita que reune as duas entidades no mesmo proposito de passar por cima de todas as reclamações.

E' possivel acreditar que o governo desconhecesse a resposta que o rei ia dar aos pares e deputados? Essa resposta foi concertada entre os dois. O governo dictára-a, o rei decorára-a. A mesma resposta servira para as duas representações. N'ella, o rei promette recommendar ao governo que as tome na devida consideração, mas é de toda a evidencia que não lhe recommendará coisa alguma.

Talvez o paiz ignore que entre Napoleão III e o rei de Portugal ha uma tão perfeita identidade que não se póde julgar um sem julgar o outro.

Novos julgamentos na Boa-Hora.

Isto se averiguou, no entanto, na Boa-Hora, e no saboroso julgamento da *Lucta*. Apenas o dr. João de Menezes começou a referir-se ao homem do 2 de Dezembro e a historiar alguns dos factos do seu reinado, o presidente do tribunal, que não cessara de dar signaes de impaciencia, cortou a palavra ao advogado de defeza.

Em vão, o dr. João de Menezes explicou ao tribunal que era a Napoleão III que queria referir-se, e que lhe era licito fazer historia a proposito do caso do seu cliente.

O presidente do tribunal, sem attender a esta legitima allegação, insistiu em interrompel-o, fundando a sua interrupção em que não era de Napoleão III que se

tratava n'aquelle momento, em vista do que o dr. João de Menezes deu por concluida a sua defeza.

Pormenor d'este picante incidente: Quando o dr. João de Menezes recordava como fôra que Napoleão III se apoderara dos bens de uma familia exilada (a dos Orléans), o presidente do tribunal interrompeu-o dizendo: — «Eu não posso permittir que v. ex.ª continue n'essa ordem de considerações!» ao que o dr. Menezes replicou: «— V. ex.ª vê na minha referencia uma allusão ao caso das joias de D. Miguel. Assim não posso effectivamente continuar!»

Depois d'este julgamento discutia-se muito vivamente o que se convencionou chamar — a independencia do poder judicial.

Com effeito, no primeiro julgamento de imprensa que se effectuou em Lisboa, depois de promulgada a nova lei de imprensa, os magistrados deram ampla liberdade á defeza. Já, porém, no segundo julgamento, essa liberdade foi menor e, agora, n'este, foi completamente coarctada.

Tornou-se evidente que aos julgadores da imprensa foi superiormente insinuado um procedimento, d'onde se poderá concluir que a independencia do poder judicial é uma palavra.

Os magistrados são, com effeito, algumas vezes independentes, quando não recebem instrucções em contrario.

Lembro-me muito bem que, quando se discutiu no parlamento a lei de imprensa, o governo allegou a independencia do poder judicial.

Mais uma impostura que os acontecimentos nos permittem verificar (1).

Machiavelismo.

A greve. — Machiavelismo.

O decreto que mandava abrir matriculas aos estudantes da Universidade que

(1) Texto querellado. Julgamento de imprensa no Porto — Absolvição.

não tivessem perdido o anno até 8 de abril, marcava o praso de 31 de maio para encerramento das referidas matriculas.

O governo pensou que os estudantes da Universidade estavam por assim dizer captivos dentro do seu compromisso e que era preciso abrir uma porta para dar fuga aos que quizessem fugir. Abriu-lhes essa porta — 31 de maio, praso de encerramento de matriculas para os que quizessem matricular-se.

Mas 31 de maio veio, passou e poucos estudantes se matricularam, isto é, poucos se utilisaram d'essa porta de saída. Fiasco. A gréve mantinha-se e agora pela excellente razão de que não havia meio de a *furar*. Era o proprio governo, encerrando as matriculas, quem fechava a porta a novas defecções. O governo raciocinou então assim: — Abramos outra vez a porta, a ver se fogem alguns mais. — E prorogou o praso até 2 de junho.

Mas, 2 de junho veio, passou. Alguns estudantes, com effeito, aproveitando a porta outra vez aberta, saíram, fugiram.

Não eram, porém, ainda todos. N'esta data apenas 678 se tinham matriculado. Reinava já o desanimo. Aquelles dos estudantes que tinham resistido á tentação do novo praso, vendo diminuir o numero dos seus companheiros de lucta, deploravam talvez já a sua intransigencia; mas agora, que fazer? O derradeiro praso tinha passado. Uma parte da Academia não se tinha matriculado. Era ainda a gréve, isto é, o protesto e o governo em cheque.

O governo viu isto e que fez?

Abriu novamente a porta, isto é, prorogou outra vez o praso — até 5.

Restarão ainda depois d'este expediente alguns estudantes por matricular — indomaveis até ao heroismo? intransigentes até ao frenesi? Para o caso d'estes estudantes existirem, ainda o governo — diz-se — se reserva um novo praso — até 12.

Machiavelismo, disse eu. Não me exprimi bem. Machiavelo foi menos machiavelico. Na realidade, diabolismo, ou obra do diabo — maldade. Encerrar as matriculas no praso indicado no decreto, era um meio de resolver a questão dos serviços

do ensino facultando aos estudantes que o quizessem fazer o regresso aos cursos. O governo mantinha-se assim neutral perante a gréve. As prorogações dos prasos foram um convite á deserção. O convite deu resultado. Desertaram muitos, desertaram todos e o governo está contente. Fez uma bonita obra. Póde limpar as mãos á parede!

Eu não quero mal aos rapazes. Bem sei que é difficil ser heroico. Ao governo, ou ao homem que o inspira, a esse, porém, detesto-o. Corrompeu e corrompeu de um bloco. Foi um inimigo da bellesa. Foi um vandalo. Semeou ruina, tristesa, desolação, desesperança. Por sua causa ha a esta hora em Portugal muito juvenil coração sem fé e muita alma sem orgulho.

O banquete no Porto.

Um banquete no Porto póde realisar-se, como se realisou uma reunião em pleno Chiado, em Lisboa, o que não im-

pede que essas manifestações constituam um verdadeiro escandalo social.

Com effeito, o homem que falou no Chiado e que vae falar no Porto é a tirannia, e não ha o direito de festejar a tirannia.

A tirannia supporta-se, a tirannia soffre-se: não se applaude. A tirannia tem razões? Nenhumas. Não ha razões para tirannisar. Homens livres não podem admittir que os escravisem e pretendam dizer-lhes porquê. Similhante demonstração só o tentariam fazer a filaucia, a presunção, a impertinencia, a insolencia. Por outro lado, a tirannia não tem o direito de procurar applausos. O seu unico poder é a violencia, è a força. Procurar, além d'isso, gloria, é affrontoso.

O poder tirannico que nos tirannisa tem por si as forças creadas para defesa da nação e garantia da ordem. Que mais quer? Popularidade? — E' um cumulo!

Mas a popularidade não vem e vem, em seu logar, as pedras, as batatas e as justiceiras cebolas podres, e que faz então a tirannia, que não consegue ser popular?

— Desanca. Outro cumulo! Não é já então a tirannia empregando a força de que dispõe para impôr a sua obra, mas — o seu homem.

Tem os seus amigos! diz ella. Não tem. Amigos quer dizer partido e o homem que suppoz tomar conta d'este paiz não tem sequer partido. Se fizesse eleições dentro de uma semana, não levava uma duzia de deputados á camara. Não póde, portanto, invocar sequer um partido, porque não é um chefe de partido: é um valído. O seu poder é tudo o que ha de mais arbitrario, e eu pergunto onde se viu um poder arbitrario dar banquetes de mil talheres, isto é, glorificar-se?

Isto faz-se, no entanto, mas isto é um escandalo. — E' um escandalo, porque é a affirmação de um triunfo só apoiado na força. E' um escandalo, porque é uma affronta á opinião.

Nós, os portuguezes, dizemos habitualmente tão mal aquillo que queremos dizer que eu, pelo menos, quando encontro uma fórma de dizer perfeita, saudo-a entusiasticamente.

O dictador. — O «unico liberal».

Essa forma de dizer perfeita encontrei-a n'um discurso de Bernardino Machado, pronunciado n'um centro republicano d'Ajuda.

Ahi disse o eminente professor, definindo a fallencia do regimen liberal:

«O homem que nos governa apresenta-se-nos como o unico liberal das instituições liberaes. Pois bem! Esse liberal *unico* é um dictador.»

E' uma formula perfeita, porque faz admiravelmente e espirituosamente o resumo da situação.

Com effeito, o sistema liberal desconceituava-se, por não poder coexistir com a liberdade. Reinava a opressão, o arbi-

trio. Faziam-se leis prohibitivas do pensamento. O direito de manifestação era um crime. A rua assustava. Um grupo de republicanos saudando um dos seus amigos fazia tremer as instituições, trabalhar os telefones, mobilisar a guarda municipal e a policia. Viera o 4 de maio, com as suas repressões á maneira turca. Correra o sangue. As instituições entraram em crise e essa crise era de liberdade. N'este momento, apparece um homem mostrando a meio mundo um exemplar da Carta Constitucional e clamando que era preciso governar com a liberdade. Esse homem, na realidade, não mostra a Carta Constitucional: mostra uma pastilha para tirar nodoas e está de pé, n'um banco da praça publica, agitando uma campainha de cobre. Provoca uma curiosidade legitima. Junta povo, basbaques, observadores, curiosos.

Esse homem, oitenta annos depois de implantado o regimen liberal, inculcava a liberdade como uma panaceia de que só alguns têm o segredo, o privilegio e o direito de venda.

Mas o homem deixa o banco da praça publica e sobe aos bancos do poder e o povo, os basbaques, os observadores, os curiosos verificam de bôca aberta que a unica liberdade é a oppressão e que o unico liberal é um oppressor.

Parece que o drama nacional passa a representar-se no Gimnasio e que é uma comedia em que entra — o Valle.

E' o que devemos depreender das noticias de Arganil, por onde ha pouco acaba de passar o Valle — perdão! o chefe do Estado.

O rei.

Arganil não é franquista, ou se o foi, não o é agora. Certo, não ha ali industriaes que queiram pautas em dictadura, commerciantes gratos á cobrança das pequenas dividas, ou barbeiros e caixeiros de confeitaria reconhecidos ao descanço semanal. Seja como fôr, Arganil não é

franquista, o que fez com que á passagem do rei se produzissem manifestações em favor do restabelecimento da normalidade constitucional.

Ora, uma d'essas manifestações foi uma mensagem da camara, escripta por um padre progressista, o padre Eduardo, presidente da vereação e — dizem os jornaes — «homem de muito valor.» Lida na presença do rei a mensagem (mensagem que é um verdadeiro protesto contra a dictadura), o que imagina o leitor que fez o rei? — Que embezerrou, que encavacou, que amuou?

Nada d'isso.

Ouvida a leitura da mensagem — referem de Arganil — «*o rei ficou a simpatisar muito com o padre, o que lhe fez sentir ao jantar, dizendo — que compreendera bem o alcance da mensagem e que não se podia dizer mais e mais delicadamente.*»

Como se vê, houve um jantar. No jantar, brindes. O rei brindou, o padre brindou — e informam ainda da mesma localidade — «*a resposta do padre ao rei foi*

de tal ordem, que este mandou pelo visconde d'Asseca pedir-lhe cópia.»

A' partida do rei, depois d'estes successos, houve novas manifestações: vivas á Carta, á Liberdade, etc., e que imagina o leitor que aconteceu? Imagina que o rei se retirou desgostoso? Nada d'isso. O que aconteceu foi precisamente o contrario, e aqui está como o referem de Arganil: «O padre, tanto á chegada como á partida d'el-rei, levantou vivas á Carta e á Liberdade, e el-rei *visivelmente gostou d'aquella energia e desassombro.*»

Depois d'estes factos — repito — é licito suppôr que o Valle passou por Arganil, em *tournée.*

O banquete do Porto.

As attenções publicas estão n'este momento voltadas para o Porto, por motivo do banquete que ali vae realisar-se, em homenagem ao regimen tutelar do arreio, e já se pergunta o que fará o Porto. —

Celebrará o arreio como uma necessidade social, ou declarará o arreio socialmente desnecessario?

No numero dos jornaes que se inquietam com este problema está o *Liberal*, o qual divulga a noticia trazida do Porto por um magistrado franquista e segundo a qual o Porto acolheria triunfalmente o representante do regimen do arreio.

Aqui está, pois, o Porto collocado mais uma vez, n'uma situação difficil, e digo *mais uma vez* porque não é a primeira vez que lhe propõem o dilemma de manter, ou de romper a sua tradição liberal — inconvenientes da tradição!

Evidentemente, o facto de a cidade do Porto ser escolhida para n'ella se realisar um banquete como o do dia 17, não é um facto sem significação. Ao contrario, é muito significativo. Sendo o Porto uma cidade de tradição liberal, invocar a sua solidariedade em favor da acção despotica é legitimal-a, que digo eu?—é glorifical-a. Isso se pretende fazer. O Porto é um argumento. O banquete do dia 17 procura esse argumento, e eis aqui porque o Porto

está collocado n'uma situação difficil — porque não lhe deixam a liberdade de ser indifferente a essa manifestação, mas, ao contrario, o convidam a pronunciar-se.

Quem lhe faz esse convite?

Os partidos? A imprensa? A opinião de fóra?

Não! — O golpe d'Estado.

O golpe d'Estado vai perguntar ao Porto, no dia 17, se é licito no nosso tempo de liberdade, de cooperação, de discussão, substituir pela acção de um homem a acção social, e eu convenho que o Porto não está mettido em bons lençoes, não porque á pergunta seja difficil responder, mas porque ha perguntas a que é preciso responder corajosamente, e se é certo que o golpe d'Estado pergunta, tambem é certo que já declarou não reconhecer como boa senão uma resposta satisfatoria.

Ante-hontem, no banquete offerecido em Santarem aos republicanos de Lisboa, deu-se um episodio, ao qual tive a boa fortuna de assistir.

Viva a Republica!

Ao terminar um brinde, um republicano da região ergueu um viva á Republica, a que todos os assistentes se associaram. Mas, n'este momento, o sr. José Relvas, que assistia ao banquete, levantou-se do seu logar e considerou um momento com serenidade a sala agitada da festa, como parecendo pedir silencio, que, de resto, logo se fez. No meio do silencio, então, o sr. Relvas, com a serenidade que é propria do seu porte e das suas palavras, disse:

—Mais alto! Mais alto para que se ouça em Lisboa!

E, levantando a voz, bradou por sua vez:

—Viva a Republica!

E' preciso saber quem é o sr. José Relvas para compreender a significação d'este gesto. O sr. José Relvas é um dos mais opulentos proprietarios do districto de Santarem e é, além d'isso, um gentilhomem a quem só poderiamos dar a designação de *gentilhomme campagnard* pelo facto de viver no campo, pois poderia, por muitos titulos, viver na côrte. O seu porte é nobre e elegante. As suas maneiras exhalam distinção. Diplomado, instruido, dispondo de uma vasta cultura, é um homem d'arte e de gosto. Acabo de passar pela sua casa de Alpiarça. E' o *manoir* de um rico senhor apaixonado pela belleza. As salas sumptuosas em que habita são as salas de um museu. Nas Janellas Verdes, a arte portugueza contemporanea, a estatuaria, a pintura, a ceramica, a gravura — não está mais documentada do que ali.

Assim, ao ver ante-hontem levantar-se este homem, na sala do banquete, depois do viva á Republica tão ruidosamente correspondido, e ao vel-o levantar-se com

um aprumo tão fidalgo, uma face tão calma, um gesto tão linear, a minha impressão foi a de que elle ia dizer, oppondo á paixão do ambiente a ponderação da sua personalidade: — Mais baixo! Mais baixo para que não se ouça na rua!

Quando o ouvi dizer: — Mais alto! Mais alto para que se ouça em Lisboa! tive a impressão de estar assistindo a um successo admiravel e que esse admiravel successo era o advento de um Portugal novo, não já andrajoso e marcado pelos stigmas da servidão, mas aureolado pela liberdade e vestido de ponto em branco para as luctas d'amanhã.

O dictador. — Um telegrama.

Pequenos pontos fracos de um homem forte:

O dictador quiz o outro dia associar-se ao lucto da Covilhã e pegou na penna. Má idéa!

Pegou na penna e escreveu:

«Recebo com muita desolação a noticia do seu telegrama, fazendo votos por que o numero de victimas, a havel-as, seja o mais reduzido possivel.»

O numero «mais reduzido possivel» de victimas é a ausencia de victimas — zero de victimas. O dictador deveria então dizer: «fazendo votos para que não haja victimas.» Mas, no momento de redigir o seu telegrama constava já ao dictador, como a toda a gente, que havia victimas.

Quantas? — Poucas? Muitas?

Embaraço do dictador, collocado n'esta alternativa cruel para a mentalidade de um homem omnipotente: ou ignorar, contra toda a evidencia, que houvera victimas, ou fazer votos por que o numero de victimas fosse — «o mais reduzido possivel.»

Fez os votos, e não podendo legitimamente reduzir o numero de victimas até zero de victimas, pois já corria a noticia de haver algumas, reduziu-as ao minimo «possivel,» isto é — a uma fracção de victima.

Mas, feitos os votos, reparou que tinha escripto uma tolice e como a corrigiu então?—Com outra. E' o que é proprio da tolice. Formulou votos por que o numero de victimas fosse «o mais reduzido possivel» — «*a havel-as*».

Tudo isto afinal porquê? Porque a tolice é assim: imperiosa. Não havia votos a fazer por que o numero de victimas fosse reduzido. N'este caso não cabiam votos, os quaes são expressões de um sentir optimista, e mesmo poucas victimas, n'um desastre como o da Covilhã, não é situação a que convenha o optimismo das formulas. Mas a tolice é, como disse, imperiosa. Aquelles sobre quem ella exerce os seus despotismos, são seus escravos e hão-de seguil-a como o escravo ao seu senhor.

De todos os modos, fica aberto o precedente dos telegramas cordeaes sobre o modelo do telegrama da Covilhã, sendo de futuro permittido, por exemplo, dizer:

«Recebo com muita desolação a noticia do seu desastre, fazendo votos por

que no caso de ter sido victima d'elle — *se o foi* — o tenha sido na medida do razoavel.»

Ao regressar agora Lisboa, de uma curta viajem, encontro entre a minha correspondencia uma carta de um leitor, o qual, ao mesmo tempo que me diz apreciar muito os meus escriptos, me convida a occupar-me menos de politica, porque — diz elle — aborrece a politica.

O 18 de junho.

Ora, eu bem quizera não me occupar de politica, mas como conseguil-o? A politica bloqueia-me e se verdadeiramente me bloqueia vão vêl-o.

Como acabo de dizer, regressei agora a Lisboa de uma curta viajem. Vinha eu bem tranquillo, n'um compartimento de 1.ª, do comboio da Figueira, que chega á estação do Rocio ás 11,25 da noite, e, tendo passado pelas Caldas da Rainha, trazia comigo, além de uma mala de mão, um kilo das saborosas cavacas d'aquella

localidade, com que costumo mimosear algum dos meus amigos.

Ao chegar á estação do Rocio, onde nada vi de anormal, porque estava deserta, apeei-me, entreguei a minha mala e o meu kilo de cavacas a um moço, o qual por sua vez entregou estes volumes á acção do fisco, depois do que descemos os dois, eu e o moço, caminho do meu domicilio, pelas escadas que conduzem á entrada principal do edificio.

Tinhamos já atravessado o atrio e iamos cortando o largo de Camões em direcção á Avenida, quando, de todos os lados, rompe uma crepitante fuzilaria, no meio de um enorme clamor. Ter a impressão d'estes fenomenos e abandonar a minha mala e o meu kilo de cavacas, foi para o moço que me acompanhava, obra de um momento. Attonito e sobretudo não comprehendendo como me encontrava com essa mala de mão e esse kilo de cavacas no centro d'essa insurreição, tomei eu proprio os meus volumes e regressei ao atrio da estação, onde me foi facil recuperar o moço, munido do qual procurei

outra saida; mas, precisamente quando me encaminhava para ella, uma descarga cerrada interceptou-me a passagem. Procurei então outra saida, acompanhado agora pelo moço, que se tornára mais viril, e na intenção de deixar os meus dois incommodos volumes n'um dos cafés das immediações da *gare*. Quando, porém, me encaminhava para a rua do Principe, uma alluvião de policias surge de terçados desembainhados, acutilando para a direita e para a esquerda, ao mesmo tempo que os cafés fechavam precipitadamente. Retrocedo, subo as escadas da estação, afim de me utilisar da calçada do Carmo, e posso garantir aos leitores que só attingimos o o cimo d'esta calçada, eu, o meu moço, a minha mala de mão e o meu kilo de cavacas, á custa de uma decidida resolução.

Depois d'isto, pergunto ao leitor que diz apreciar tanto os meus escriptos, como quer que eu não me occupe de politica, se a politica me recebe a tiro, á saida das estações do caminho de ferro?

Para que n'estas circunstancias eu não

me occupasse de politica, seria pelo menos preciso que eu fosse surdo, o que não é um facto.

O imperio liberal francez teve um 2 de dezembro. A nossa monarchia liberal estende a mão sobre o calendario e ameaça tomar-lhe todos os dias com dedadas sangrentas. Teve ainda ha pouco o 4 de maio, teve hontem o 18 de junho e quando suppunhamos que *18 de junho* ficava sendo uma data a fixar, eis aqui outra, logo a seguir — o 19 de junho. Com effeito, ainda hoje se fusilou gente nas ruas de Lisboa. No Rocio, um rapaz foi attingido por uma bala que lhe perfurou o pulmão e está agora agonisante. Outro passava em bicicleta pelo mesmo local: foi egualmente attingido por uma bala, que lhe atravessou um braço. Alguns mais, feridos com cutiladas, recolheram aos hospitaes, e se mais desgraças não houve, foi porque á agitação de hontem succedeu o espanto que

paralisa todas as vontades e que Hugo tão bem observou depois do 2 de dezembro. Para o que desse e viesse, a guarda municipal a cavallo permaneceu durante a noite nas immediações do Rocio, a infanteria da mesma simpatica corporação esteve a postos e a policia, mais do que nunca numerosa, aguardou os acontecimentos, com as mãos no punho dos revolvers.

Assim, na vigencia da nossa monarchia liberal, todos os dias são um possivel 2 de dezembro e n'isso — deixem-me repetil-o — ella leva as lampas ao imperio liberal francez.

Assim tambem, grande seria o embaraço de um grande homem como Hugo, se nascesse portuguez e sentisse a necessidade de escrever, como escreveu, a *Historia de um crime,* porque teria de escrever a historia de muitos e isso prejudicaria pelo menos a concisão eloquente do titulo da sua obra.

Da historia do 2 de dezembro fez Hugo um panfleto. Da historia das nossas datas sanguinolentas começa a poder fazer-se

uma taboa de logaritmos, o que lhe compromette todo o interesse litterario.

Em Lisboa, ha dois dias que se morre. Se isto continuar, não é a *Historia de um crime* que nos será licito escrever, mas, mais rigorosamente — a *Historia de um talho*.

Não supponho que seja attentatorio da ordem publica, como diz o decreto de hoje, reproduzir n'este logar o seguinte facto, tal como é narrado nos jornaes pelo individuo com quem se deu:

Pelas 11 horas e meia da noite atravessava eu a praça de D. Pedro, da rua da Betesga para a Avenida, quando, proximo da estatua de D. Pedro IV, dois policias me interceptaram o passo, interrogando qual o meu destino. Emquanto respondia ao que um me perguntava, o outro começou de me apalpar com uma sem-cerimonia propria da corporação que representava. Notou qualquer coisa volumosa na algibeira interior do casaco, e, suspeitando ser um revólver, obrigou-me a mostrar-lhe o que a algibeira continha.

Puxando de uma pequena garrafa, contendo uma porção de chá de alteia e linhaça, que uso para bochechar a boca, por motivo de inflamação, mostrei-lh'a.

— O que leva dentro da garrafa? — perguntou o selvagem.

— Agua de linhaça e alteia.

— E' algum explosivo ?!...

— Não senhor. E' para tratamento da boca.

— Ah! é! Então beba lá uma pinga.

Levei a garrafa aos labios e ingeri um golo para o socegar. Porém, como o selvagem não notasse differença alguma na garrafa, depois de a ter observado á luz de um candieiro, obrigou-me a beber o conteúdo da garrafa, aliás levar-me-hia preso.

O signatario d'esta narrativa conclue fazendo algumas perguntas.

Não ha que perguntar. Ha que verificar. E o que se verifica é isto. — A policia em Portugal não é um corpo de segurança publica. Em toda a parte, a policia garante. Em Portugal, o peor que póde succeder ao cidadão é encontrar — a policia. Pedir o auxilio da policia é correr o risco de ir parar á cadeia. Por occasião do incendio da rua da Magdalena, os primeiros individuos que correram a participar o sinistro,

foram presos pela policia. Em certas circunstancias, como as actuaes, encontrar a policia é encontrar a morte. A policia não garante, disse eu. — A policia portugueza é um perigo social.

Em occasiões de agitação publica, a policia, então, perde mesmo as apparencias de corpo policial. Despe a farda, mette na algibeira um revólver e é então uma horda de sicarios, aos quaes os governos concedem a impunidade para todos os crimes. Foi um d'esses sicarios que ha dois dias, no Rocio, deu um tiro n'um pobre rapaz que passava e está a esta hora agonisante.

A policia tem a compreensão d'este papel e desempenha-o com zelo. Não é a policia da cidade: é a policia dos governos. Para ella não ha cidadãos, que ninguem a obriga a respeitar. Ha inimigos do governo, nos quaes lhe ordenam que dê para baixo. E' ver a sua attitude, mesmo antes de se desencadear, de revólver ou de sabre em punho, na praça publica. A sua arrogancia, a sua insolencia, as suas maneiras, as suas palavras falam-n'os bem

claro da noção que lhe incutiram, das funções policiaes. Para ella, a praça publica é — o inimigo.

Na opposição todos os governos se queixam de uma policia assim, mas no poder, todos a querem.

A imprensa.

A imprensa encontra-se actualmente sob o peso desta dupla pressão — a pressão da lei de 11 de abril e a pressão do decreto de 20 de junho. A lei não a deixa respirar. O decreto ameaça-a de morte. E uma situação insustentavel e não insustentavel para a imprensa, porque ella não succumbe, mas insustentavel para quem a opprime. A imprensa, isto é, as idéas de liberdade e de direito que ella representa hão de prevalecer; os que as combatem com a força e a violencia hão de sucumbir, o que não impede que este seja um momento bem doloroso para todos os que,

como nós, temos um logar no jornalismo e não podemos ou não devemos renunciar a elle.

Eu, por mim o digo, estou passando um máu quarto d'hora. Se me fosse permittido fazel-o, deitaria fóra a penna com que estou escrevendo e caíria n'um inactivo rancor, ou — quem sabe? iria fazer, a bem da liberdade e do direito, alguma coisa mais util do que ennegrecer papel.

Não me é licito deitar fóra a penna de que me sirvo e, nas minhas mãos, ella pesa-me mais do que uma clava.

Ah! aquelles que não fazem uso da liberdade de imprensa não sabem o que é a liberdade e não sabem o que é a servidão! Se ha homens livres somos nós, mas se ha escravos somos nós tambem.

Aquelles que não fazem uso da liberdade de imprensa podem presumir-se livres no meio do ambiente mais despotico. Ha unidades sociaes para as quaes a liberdade é unicamente motora. Ellas não suspendem a função mecanica da sua vida; levantam-se, deitam-se, entram, sáem, circulam, tratam dos seus negocios, conver-

sam com os seus amigos, jogam a sua partida de cartas ou de bilhar e, na realidade, nada lhes falta para serem livres.

A nós, homens de imprensa, desde que nos falta a liberdade, falta-nos o ar. Asfixiamos. Sentimos a oppressão fisica. Quando o despotismo nos priva dos nossos direitos, é como se materialmente nos deitasse as mãos ao pescoço.

Julho — Agosto — Setembro:

A deshonra é, ao que parece, uma religião, como a honra é outra. D'outra fórma não se compreenderia que o franquismo tivesse sectarios, porquanto esta seita funda-se hoje n'um evangelho de juramentos trahidos e se não repugna á razão a existencia de um Cristo mentiroso, surpreende, pelo menos, que haja cristãos reunidos em volta d'elle para observar e respeitar a falta do cumprimento da sua palavra d'honra.

O franquismo.

Pretende-se que o chefe d'esta seita tem um grande poder de suggestão. Esse poder deve ser, com effeito, muito grande,

para que elle tivesse conquistado para a sua causa a solidariedade de individuos, entre os quaes deve haver muitos de uma honorabilidade perfeita.

Eu, por minha parte, conheço alguns que recusariam a mão fosse a quem fosse que trahisse as leis da honra, faltando a compromissos tomados sob a invocação da sua probidade pessoal. Esses individuos — eu conheço-os — são muito exigentes em pontos d'honra e se alguem ousasse duvidar da sua, com elles teria de se haver.

Como se explica que estas pessoas estimaveis deem appoio a um caso publico de exautoração? Porque, não ha duvida: ha exautoração, affixada, e não só affixada mas antecipadamente estigmatisada por aquelle que a si proprio se exautorou e clamorosamente reconheceu que se cobriria de ignominia se faltasse aos compromissos que tomou sob a garantia da sua palavra.

De que sofisma se servem os sectarios honrados do franquismo para explicar a sua solidariedade?

De tudo o que se passou desde que o franquismo subiu ao poder, eis o que mais me tem intrigado. Compreendo que o homem se tenha exautorado. O que não compreendi ainda foi que os seus amigos se exautorassem em massa com elle. D'estes, dois unicos (1) parecem ter dado pela queda moral do chefe, affastando-se d'elle. Os outros não se mexeram. Todos aceitaram com uma coragem digna de melhor causa, a sua parte de desqualificação.

O privilegio da barra do Porto.

É talvez excellente que os vinicultores do Douro tenham conseguido do governo o privilegio da barra do Porto, mas é lamentavel que esse privilegio nos tenha custado — a liberdade.

---

(1) O official da armada Marinha de Campos e o advogado Amaro Conde.

Os vinicultores estão contentes, mas não é triste verificar que, para que elles possam vender o seu vinho, seja mister dissolver o parlamento, suspender as garantias, esmagar a imprensa e matar gente nas ruas de Lisboa?

Os vinicultores do Douro estão talvez surpreendidos de que isto seja assim.

No entanto, é veridicamente assim.

A dictadura e a sua obra de oppressão mantém-se em virtude de algumas apparencias de solidariedade publica, e uma d'essas apparencias é o Douro.

Não vai o Douro dar-lhe um jantar? Ahi está! É solidariedade e não já apparente: autentica. O paiz, que não é solidario com a dictadura e as suas vergastadas, tem certamente o direito de vincular essa demonstração de solidariedade nos interesses especiaes do vinho do Porto, aos quaes a dictadura deu satisfação, mas não importa! — é solidariedade. A dictadura invoca-a, apoia-se n'ella para se manter.

Sem os applausos discordantes do Douro e os de alguns interesses egualmente

satisfeitos pela dictadura, todo o paiz seria um immenso clamor, que de ha muito se teria feito ouvir junto do poder que lhe dá a força.

Assim não. Mostrar a opinião dividida sobre um facto mesmo odioso como este — a oppressão, é dar-lhe condições de vida, e com tantas se julga ella que para viver mata. N'esses attentados — não o duvide — o Douro tem a sua parte de responsabilidade. Já o pensou? Não! Se o tivesse pensado por certo pouparia á liberdade offendida o espectaculo do seu jantar, espectaculo tanto mais lamentavel quanto nada seria mais facil do que evital-o.

Com effeito, se as providencias que beneficiaram os interesses do Douro constituiam uma acção necessaria do Estado, o Douro póde declarar-se satisfeito, mas não é obrigado a declarar-se reconhecido e tanto menos o é quanto a acção do Estado não é pessoal e não obriga os povos á gratidão. Estes sentimentos são proprios de vassallos e o Douro é uma provincia livre de um Estado livre.

A solidariedade dos interesses especiaes

do Douro e a de todos os outros que vierem a manifestar-se, dá força ao poder despotico que nos governa, e essa força volta-se toda contra os interesses geraes da liberdade.

O jantar da Regoa vai, no entanto realisar-se (1) e eu lembro, visto tratar-se de um acto publico de reconhecimento, que n'elle se faça uma saudação aos mortos e feridos de Lisboa, que até certo ponto morreram e foram feridos, para que os optimos vinhos d'aquella região gosassem do privilegio da barra do Porto. E como esses mortos e esses feridos não serão talvez os ultimos, lembro mais que se beba pelos que ainda vierem a cahir na praça publica, em homenagem aos mesmos principios.

---

(1) Não se realisou.

Ou eu não entendo nada de politica, ou a politica é uma coisa bem torta.

Dir-se-hia que tendo-se tornado solidario com o dictador e a dictadura, a tal ponto que dissolveu o parlamento sem ouvir o conselho d'Estado e se recusou a attender ás reclamações d'este, bem como ás dos partidos, — dir-se-hia que o rei cortou por assim dizer as suas relações com os monarchicos seus amigos, ou que estes devem considerar rotas as suas relações com o rei.

O rei.

O rei mostrou não querer entender-se com elles, não sobre um ponto vago de administração, mas sobre a questão concreta da liberdade, divorciando-se dos principios de que elles se dizem agora paladinos e, consequentemente, d'elles.

Elles assim o entendem e assim o proclamam nas suas falas e nos seus escriptos.

Mas o rei prescinde ámanhã dos serviços do dictador e da dictadura e chama-os novamente ao poder. Acodem elles ao seu chamamento? Nenhuma duvida existe a esse respeito.

Em que consiste, portanto, o aggravo que os partidos conservadores dizem ter recebido do rei e em que consiste a sua incompatibilidade com elle?

Consiste em o rei não os manter a elles no poder, mas a outros, não com menoscabo dos interesses da liberdade, mas dos seus — d'elles.

Os partidos conservadores são sempre incompativeis com o rei, quando não estão no poder, e sempre se julgam por esse motivo aggravados. Se o seu aggravo fosse de outra naturesa, a sua conducta seria outra. O rei, com effeito, não parece rejeital-os provisoriamente, mas para todo o sempre. Em que se fia o rei não sei. O certo é que o faz. A sua attitude é a de quem está disposto a prescindir da solidariedade d'esses velhos amigos. Qual é, no entanto, em contraposição, a attitude d'esses velhos amigos? — É a de velhos ami-

gos que não querem deixar de o ser e que, mesmo renegados, repudiados, corridos, escorraçados, não perdem a esperança de voltar a servir.

Logicamente, os partidos conservadores, em Portugal, já deviam ter sido licenciados pelos seus chefes, impotentes segundo parece, para se imporem ao rei. Não foram licenciados e subsistem organisados para retomar o poder. Quando? — Não sei. Essa esperança, que elles ostensivamente abrigam, tira, porém, toda a significação aos seus protestos.

A politica é verdadeiramente obscura e aqui está porque é obscura: — não se serve um amo que não nos quer. Ora, em politica, procura-se servir mesmo esse amo.

«Propaganda de Portugal».

A *Sociedade Propaganda de Portugal* (camas para pernoitar) inspirando-se nos exemplos de bravura do alto, dirige-se aos

jornaes para lhes fazer sentir que, a despeito das apreciações d'estes, continuará a expedir «quantos telegramas julgar necessarios para certificar ao estrangeiro de que ninguem corre perigo vindo a Portugal», isto porque — accrescenta ella, — os seus fins não são politicos, mas patrioticos.

Ora aqui está uma famosa concepção do que seja o patriotismo — a *Sociedade Propaganda de Portugal!*

As sociedades patrioticas, em toda a parte, procuram fazer patriotismo robustecendo a patria, pela educação intellectual, moral, ou fisica, pela celebração dos fastos, pelo culto dos heroes, etc. Em Portugal constitue-se uma sociedade de fins patrioticos e quaes são esses fins? Tornar a patria um chamariz de estrangeiros.

Repare-se. A' *Sociedade Propaganda de Portugal* é indifferente (os seus fins não são politicos) que a patria soffra de todos os males que podem affligir um Estado, desde os da oppressão até aos da miseria. O que a preoccupa é que os colchões das hospedarias não sejam duros. Ella não

manda dizer lá para fóra que Portugal é um paiz livre como a Belgica, a Hollanda, a Dinamarca, a Suissa (n'isto não intervem, porque os seus fins não são politicos), mas que a temperatura em Mont'Estoril continúa d'apetite. Para este effeito, esta sociedade patriotica manda telegramas diarios ao *New-York-Herald* e ao *Daily Telegraph.*

Assim, patria, segundo a concepção patriotica d'esta sociedade, quer dizer—hotel.

Agora, por exemplo, a imprensa estrangeira espalha (com alguma razão, pois na Europa civilisada não se comprehendem os golpes de Estado e as dictaduras sem as revoluções) que Portugal está sublevado e corre o sangue nas ruas das suas cidades; e porque é que açodadamente reune a *Sociedade Propaganda de Portugal* e expede telegramas de desmentido á imprensa estrangeira?—Porque a referida sociedade vê em risco a reputação do paiz?—Não! Porque vê em risco a freguezia dos hoteis.

Que Portugal seja socialmente uma esterqueira fedendo ao sol, não importa á *Sociedade.* O que lhe importa é que as

hospedarias abarrotem de inglezes e alle-
mães, vindos aqui, como a Tanger, de ca-
pacete de cortiça e *kodak* a tiracollo, fazer
a felicidade do *Avenida Palace* e mais do
Francfort-Hotel.

O rei parte para as Pedras Salgadas.
Assim, uma unica normalidade deixou de
existir em Portugal — a da constituição, a
da liberdade, a da lei. No mais, não houve
suspensão de normalidade. Continúa tudo
a funcionar regularmente.

O rei.

O rei parte para as Pedras Salgadas, e
aqui está um direito que ninguem lhe póde
contestar; mas não é verdade que o exer-
cicio d'esse direito implica a existencia de
um estado social normal e tranquillo?

Quem ouvir dizer que o rei parte para
as aguas e ignorar as circunstancias ex-
cepcionaes em que se encontra o paiz, pre-
sumirá e com muitissima razão, que no

paiz tudo corre ás mil maravilhas. No entanto, não é assim. Houve um golpe d'Estado. Foi dissolvido o parlamento. Estão suspensas as garantias. Não vigora a lei, mas a vontade de um homem, tão pouco apoiado pela opinião que não póde apresentar-se em publico sem ver levantar-se as pedras das calçadas. A imprensa está sem voz, ha jornaes suspensos e ha jornalistas no exilio, como nos dias criticos da liberdade em perigo. Os tribunaes funcionam constantemente para julgar o pensamento insubmisso, e a voz dos advogados troveja, emquanto os agentes do ministerio publico se somem nos seus logares. Homens como Guerra Junqueiro são arrastados ao banco dos réus. A mesma magistratura se insurge contra o despotismo e a illegalidade, e é perseguida. Não ha o direito de reunião, não ha o direito de associação. Não ha direito algum. Os centros politicos são fechados, os comicios prohibidos. Espiões de policia inçam as ruas das cidades. Tumultos tem alterado profundamente a ordem. No Porto, a policia e a cavallaria dão cargas contra a mul-

tidão que grita — Abaixo a dictadura! Abaixo o dictador! Em Lisboa faz-se um 2 de dezembro com fusilaria nas ruas, mortos, feridos e prisões em massa. A pressão de cima é enorme. Tudo quanto a audacia póde aconselhar a um dictador, servido por um poder soberano, tem sido posto em pratica. Esta força social sempre reconhecida,—a opinião, foi completamente despresada, e contra a opinião governa unicamente a força armada. Situação anormalissima, cujo desenlace ninguem prevê. Um estado social angustioso. O golpe d'Estado em cima; a revolução em baixo. A Europa, o mundo inteiro com os olhos em nós.

É isto normal? Não!

Comtudo, o rei vai tranquillamente ás aguas, repousar, retemperar-se.

Quer dizer, o paiz não está tranquillo, mas a tranquillidade do rei é absoluta.

Dir-se-hia que ao estado d'alma do povo deveria corresponder o do rei. Não correspondem. São differentes.

Escreve-me do Alto Douro, *um lavrador*, insurgindo-se contra a doutrina que expendi, relativa ao banquete da Regoa. «Permitta-me, diz-me elle, que não deixe passar sem protesto o que escreveu ácerca do jantar da Regoa. As suas affirmações não são exactas. Nem o Douro está contente, nem reconhecido a João Franco, nem é tão louco que lhe offereça similhante jantar. O decreto a que o sr. attribue tão mirificos effeitos interessou muito mais aos fabricantes de Gaia e aos lavradores do Sul do que ao Douro. D'esse decreto, por emquanto, o Douro ainda não retirou senão o manifesto e consideravel prejuizo de não poder distillar os seus vinhos. Beneficios, se os tiver, só d'aqui a 6, ou 10 annos, depois de Gaia ter exportado com o rotulo de vinho do Douro milhares de pipas de vinho do Sul (mais de 30:000),

O banquete da Regoa.

que ali estão depositadas. Os promotores do jantar invocam o nome do Douro, mas não o representam.» E acrescenta: «Se o jantar da Regoa se realisar, como de novo se affirma, terá v. então occasião de fazer justiça ao Douro, porque elle é patriota e não esquece nem esquecerá os mortos e feridos de Lisboa e Porto.»

Folgarei muito de fazer justiça ao Douro, como diz o meu correspondente, mas, por outro lado, não compreendo como é que se anda a annunciar ha tanto tempo um jantar offerecido pelo Douro e como é que o Douro, que não o offerece, não se apressou ainda a repudiar a iniciativa que lhe attribuem.

É possivel, como diz o lavrador que me escreve, que o Douro nada tenha que ver com similhante manifestação, mas não é menos certo que ella se vai fazer em seu nome e que o Douro está calado.

Vai falar, objecta o meu lavrador. Fracas garantias!

O Douro que me faz esta promessa é, no fim de contas, quem?—Um anonimo. Em cambio, o Douro que promette e vai

dar um jantar aos principios da dictadura é já um nucleo conhecido de individuos.

Em todo o caso—repito—folgarei de fazer justiça ao Douro, como quer o meu correspondente, porque, com effeito, seria um triste espectaculo que sobre este mesmo principio—a liberdade, a opinião portugueza se mostrasse dividida.

O Douro tem interesses privados, como têm todas as provincias de Portugal. Ha porém, interesses que são communs a todas e os interesses da liberdade pertencem a esse numero.

O rei.

A camara municipal do Peso da Regoa, por meio de uma mensagem e o povo de Villa Real, em grita, manifestaram ao rei o desejo de que se voltasse (ahi vae a palavra)—á normalidade constitucional.

Gabo-lhes a pachorra!

Não sei já quantas vezes as camaras

municipaes e os povos em grita têm reclamado junto do rei, afim de que se volte á normalidade constitucional, é da attenção que o rei tem prestado a essas reclamações falam bem claro os acontecimentos. Parece mesmo que quanto mais se reclama contra a dictadura, mais força o rei lhe dá, não só porque ella continúa existindo, mas cada vez existindo com mais filaucia.

Assim, reclamar junto do rei contra a dictadura, não sei já que sentido tenha. Os individuos e os povos que o fazem são monarchicos? São muito peor do que monarchicos. Ser monarchico não quer dizer ter perdido o sentimento da logica e esses individuos e povos completamente o perderam, pois se é logico falar a um surdo com a esperança de nos fazermos ouvir á força de lhe gritarmos, é absolutamente illogico falar a um surdo que verificadamente resolveu não nos dar ouvidos. Assim, os que ainda appellam para o rei, na esperança de que este os attenda, não são em rigor partidarios de um sistema politico. São—fanaticos de uma religião.

Os fanaticos crêm sempre na efficacia das suas supplicas, mesmo quando ellas não são attendidas. Pedem, pedem sempre, cada um ao seu santo, todos a Deus, os quaes, é claro, nada lhes promettem, mas nem por isso deixam de lhes dar esperanças. Com o rei e o povo que se lhe dirige pedindo-lhe insistentemente coisas que, segundo toda a evidencia, elle não lhe quer dar, está-se produzindo o mesmo fenomeno. O rei não é o rei: é Jupiter, a quem é necessario propiciar, dirigindo-lhe preces, mesmo quando elle não parece de animo feito para attendel-as.

N'esta ordem de idéas o que eu estranho é que os povos realistas não tenham ainda decidido, contra a dictadura, fazer — preces.

Os rotativos.

O partido regenerador acaba de tomar o compromisso de não fazer mais dictadura, e igual compromisso acaba de tomar

o partido progressista, nos seus respectivos orgãos de imprensa—o *Noticias de Lisboa* e o *Correio da Noite.*

Está muito bem. Sómente esse mesmo compromisso foi tomado solemnemente por João Franco e de como João Franco o respeitou viu-se e está-se vendo.

João Franco é João Franco! clamam os dois partidos.

Perdão! João Franco é melhor do que um partido—é um homem e se um compromisso tomado por um partido se dilue na massa dos partidarios, o compromisso tomado por um homem adquire pelo facto de ser da sua exclusiva responsabilidade, uma intensidade maior. Se João Franco tivesse falado em nome de um partido ninguem lhe daria ouvidos. Se houve quem o attendesse foi justamente porque elle se comprometteu em seu nome e se elle tomou compromissos pessoaes foi justamente porque compreendeu que os compromissos partidarios não tinham já o menor valor.

Quando João Franco appareceu, estava o paiz farto de promessas. João Franco,

por sua vez, prometteu, mas para que alguem o acreditasse não deu como garantia das suas promessas um partido —deu-se a si proprio, e não se deu a si proprio como um homem politico que diz ter um programa a cumprir, mas como um convertido que diz ter erros a reparar. Foi a impostura da sua conversão que lhe facultou o accesso ao poder. Sem ella, nunca o teria attingido.

Depois d'este, não direi tremendo desengano, para não macular palavras puras, mas tremendo logro, vem de novo os partidos tomar compromissos.

Tempo perdido!

Ninguem, de resto, póde d'ora ávante comprometter-se de boa-fé a governar com a liberdade e, ao mesmo tempo, com a monarchia, pois que monarchia e liberdade se tornaram termos incompativeis. A liberdade só póde existir com a ordem e emquanto houver monarchia em Portugal não haverá ordem. As pontas d'este dilemma são realmente aguçadas, mas não fui eu que as agucei.

Ha uma face da lei de imprensa que nunca foi vista e que é esta—os réus de delictos de imprensa não são obrigados a comparecer nos seus julgamentos.

Para quem não conheça as manhas dos legisladores reaccionarios do tipo Teixeira de Abreu, esta disposição da lei póde parecer até certo ponto uma concessão amavel feita aos jornalistas, assim poupados ao *vexame* do banco dos réus.

Os jornalistas.

Quem conheça, porém, as referidas manhas verificará facilmente que similhante disposição foi mui calculadamente introduzida na lei, não para poupar os jornalistas ao *vexame* do banco dos réus, mas para os privar d'essa gloria, pois que ao espirito jesuitico do legislador não escapou que o banco dos réus é uma fórma de glorificação.

Perseguir é glorificar. O pensamento do legislador, banindo do julgamento a per-

sonalidade do réu, foi perseguir sem glorificar. O jornalista era arrastado ao banco dos réus, mas n'esse banco resplandecia. O banco dos réus era uma fórma teatral do martirio. A nova lei baniu das suas perseguições effectivas o apparato exterior, sob o pretexto de poupar os escriptores publicos ao vexame de se sentarem n'um logar que é habitualmente occupado por vulgares criminosos, mas na realidade para se poupar, ella propria, ou as coisas e pessoas que ella é chamada a defender, ao escandalo publico das suas perseguições e esse escandalo só se verifica quando se persegue com a idéa—o homem. O cristianismo é Cristo e Cristo no Pretorio.

Em virtude da nova lei, não ha mais jornalistas: ha jornaes. Assim hoje, 20 de julho, no Porto, não sou eu que estou sendo julgado, mas o jornal em que escrevo e todos os meus cumplices, que, creio, são muitos.

O governo baniu os julgamentos dos jornalistas. Outros, antes d'elle, baniram os proprios julgamentos dos jornaes. Uma

das ultimas situações politicas, creio que regeneradora, decidiu, com effeito, não applicar a lei de imprensa, substituindo-a pela suppressão pura e simples dos jornaes, como agora se está fazendo. É que applicar a lei é combater, e os governos não querem que se ouça o fragor do combate. Por isso as leis, mesmo as que melhor parecem defender homens e coisas, são afinal reputadas insufficientes e substituidas pelo arbitrio.

Os governos allegam sempre, ao fazer essas leis, que o seu objectivo é obter e tornar effectiva a responsabilidade. Não é isso. O seu objectivo é obter o silencio, e a lei é ainda o ruido.

O dictador— Um pamfleto.

Perguntava-me hontem alguem se o opusculo que acaba de se imprimir, sob o titulo *Um caso de loucura epileptica*, é um estudo scientifico.

Não sei se é um estudo scientifico. Para mim é um pamfleto e dos mais terriveis.

O pamfleto não é feito, como tantos imaginam, de generalidades. Assim, a famosa publicação de Rochefort, a *Lanterna*, não é em rigor um pamfleto. O pamfleto é dirigido contra um homem, ou contra um facto. Assim, os tipos litterarios contemporaneos de pamfletos são os de Paulo Luiz Courier e os do visconde de Cormenin, que tambem se assignava *Timon*.

O pamfleto não é um homem a esgrimir: é uma estocada. Paulo Luiz definia-o assim: «De acetato de morfina, um grão n'uma bacia perde-se, n'um copo dá o vomito, n'uma colher mata. Eis o pamfleto.» O pamfleto é uma saturação.

Considerado como um pamfleto, o opusculo em questão é unico na nossa litteratura de combate. Nunca contra um homem publico, em Portugal, foi dirigido um golpe tão directo e profundo.

Como documento scientifico, não sei avalial-o. A tese de que um homem de Estado, dispondo do poder, é um louco, não repugna á razão. Com effeito, ha

numerosas fórmas de loucura que não conduzem ao manicomio e, por outro lado, um louco póde estar no poder e passar por um espirito são, porque o que inculca a integridade do seu espirito não é o seu espirito mesmo, mas — o poder. A posse de certas soberanias sociaes é acompanhada de um prestigio supersticioso. Nero, mesmo no momento de lançar fogo a Roma, passou por doido? Só a historia, mais tarde, o verificou. A historia está cheia de loucos que governaram com a sua insania e foram obedecidos. E' que o governo não é um homem: é o Governo. Os seus actos não são os actos do homem — são os do governo, e a razão publica só muito tarde se capacita de que o governo está doido. Se ámanhã o governo se decidisse a andar nú em pello pelas ruas, esta tropelia, quem sabe? passaria por ser um acto de governo.

Por certo é este tambem o ponto de vista de um dos nossos mais notaveis alienistas, o qual, interrogado por mim sobre se João Franco era, com effeito, um louco, me respondeu com uma magnifica

bonhomia: — «Não sei! Mandem-m'o para lá.»

Com effeito, não é possivel verificar com rigor o estado mental de um louco que governa, sem primeiro o isolar — do governo.

A imprensa estrangeira (agora o *Morning Post*), convenientemente inspirada pelos representantes do governo lá fóra, continúa a affirmar que a dictadura tem por objectivo (objectivo *apparente*, diz aquelle jornal) acabar com os abusos das passadas administrações monarchicas.

O decreto das accumulações.

Esses abusos realmente acabaram?

Para que assim fosse seria mistér que acabassem com elles os partidos monarchicos que os provocaram, o que não é um facto. Esses partidos existem, embora sem prestigio, mas reunindo ainda todas as condições para governar; e podemos duvidar de que ainda voltem a governar?

Nada é, ao contrario, mais facil de succeder. Se a dictadura não acabar com uma revolução que acabe ao mesmo tempo com as instituições, outro, ou outros governos lhe succederão (1), dos quaes muito presumivelmente farão parte os homens politicos accusados de praticar os abusos a que a imprensa estrangeira se refere e que são um facto.

A obra da dictadura, se tivesse realmente por objectivo pôr termo a esses abusos, seria assim efemera. Teve ella, porém, esse objectivo? Se o teve, não o realisou.

Os abusos existem effectivamente. Um d'elles, por exemplo, era o das accumulações. Politicos pobres, mas com um exaggerado apetite, realisavam o rendimento de grossas fortunas, graças ás accumulações de cargos que não exerciam e com os quaes a sua solidariedade, a sua cumplicidade na obra dos partidos eram osten-

---

(1) Foi o que succedeu

sivamente e escandalosamente compradas.

Este abuso devia cessar. Os usufruidores de muitos empregos deviam ser desapossados d'essas sinecuras e reduzidos ao exercicio de um cargo só. Cessou o abuso? Não! Sancionou-se o abuso. O decreto das accumulações, estabelecendo que, *para o futuro*, ficam prohibidas as accumulações, na realidade sancionou-as. Os usufruidores de varios empregos estavam á mercê do primeiro governo que se lembrasse de lh'os tirar. Depois do decreto, ficaram descançados. Ninguem lh'os tira. São seus.

Para o futuro, não ha mais accumulações. Nem é preciso. Quem devia accumular, accumulou. O orçamento é um queijo muito grande, mas não cabe dentro d'elle senão um certo numero de ratos. Os que lá deviam estar, lá estão. Não entram mais? Inutil precaução! — Entraram todos.

Os jornaes publicam os telegramas de condolencias enviados pelo rei e pela rainha á esposa de Hintze Ribeiro.

De telegrama do rei: «... acceite os meus mais sinceros pesames pela *grande perda* que acabamos de soffrer.»

Do telegrama da rainha D. Amelia: «O paiz, El-rei, nós todos soffremos uma *cruel e irreparavel perda.*»

Hintze Ribeiro.

Vejamos, no entanto. Este homem, cuja morte é qualificada pelo rei de *grande perda* e pela rainha de *perda irreparavel,* acaba de ser, na sua qualidade de chefe de partido, afastado senão definitivamente, provisoriamente do poder, onde, na opinião de uma dictadura pretendidamente reparadora, á qual o rei *dá toda a solidariedade,* não exerceu senão uma influencia funesta. A morte de Hintze Ribeiro foi uma *grande perda* para o rei, mas o rei julgou necessario afastal-o do poder.

Entendamo-nos. Se a morte d'esse homem foi uma grande perda e perda irreparavel para o rei, o homem tornou-se pela qualidade dos seus serviços, indispensavel ao rei, e, se assim é, como se explica que o rei o dispensasse de o continuar servindo?

Mas o rei não dispensou apenas os seus serviços. Declarou-os francamente maus. A sua solidariedade com o dictador e a dictadura tem esta rigorosa significação. Dictador e dictadura infamaram — este é o termo — todo o passado politico de Portugal, a que Hintze Ribeiro ligára as suas responsabilidades. A imprensa estrangeira, inspirada e informada pelo governo portuguez, está justamente n'este momento pintando com as mais negras côres o quadro das nossas passadas administrações politicas. Presidindo a ellas lá está, entre outros, Hintze Ribeiro; e como se explica que a morte de um personagem politico, associado a responsabilidades nefastas de que o proprio soberano não o alija, constitua uma *grande perda,* uma *perda irreparavel* para o soberano?

Mas eu sei! E' preciso não pedir logica aos factos e reconhecel-os como elles são. A morte, em Portugal, é um facto essencialmente nobilitador. Em vida, Hintze Ribeiro foi prejudicialissimo, mas depois de morto tornou-se infinitamente preciso.

E' conhecida a anecdota do Granadeiro, contada por João Franco ao redactor do *Heraldo de Madrid*, Luiz Morote.

A anecdota do Granadeiro.

João Franco referiu a este jornalista como foi que pedindo três ministros ao partido progressista, não os podéra obter. «Puz então, disse elle a Morote, a questão de confiança. El-rei D. Carlos respondeu-me contando-me uma anecdota.» E reproduziu n'estes termos a anecdota que lhe contára o rei: «Na guerra dos sete annos, Frederico o Grande viu-se n'uma situação muito critica, e ao sexto anno, no momento mais difficil da campanha, sur-

preendeu um granadeiro que se preparava para fugir.—Que vaes fazer? perguntou Frederico o Grande. — Senhor, vou desertar, replicou-lhe o granadeiro. Mas o grande Frederico, serenamente, convidou-o a ficar.—Espera, lhe disse elle, a batalha d'amanhã. Se nos fôr adversa desertaremos os dois.»

Esta anecdota foi contada por Morote no grande artigo. do *Heraldo de Madrid*. O artigo foi traduzido em portuguez e publicado em todos os jornaes portuguezes. Vai isto ha algumas semanas. Durante este tempo, a imprensa tem largamente discutido a anecdota a que chamou — do *granadeiro* e até hoje nem João Franco contestou a exactidão da narrativa de Morote, nem o rei fez constar por qualquer fórma que o seu ministro mistificára o jornalista hespanhol attribuindo-lhe o sestro de contar anecdotas em que se compára a Frederico o Grande.

De resto, Morote, velho e experimentado jornalista e *reporter*, não apanhou a anecdota no ar. Compreendeu e muito bem que se tratava de um pormenor de

grande importancia e perguntou a João Franco se via algum inconveniente em tornal-o publico nas columnas notorias do *Heraldo*. João Franco foi decisivo. Nenhum inconveniente!

Eis, pois, um facto incontroverso — o de o rei ter segurado o seu ministro no caminho da legalidade e tel-o aconselhado a esperar pelos fructos da dictadura, tudo sob a fórma de anecdota.

Pois bem! a este facto incontroverso, um jornal progressista de Lisboa, o *Correio da Noite*, oppõe o mais formal desmentido, assegurando que o rei era incapaz de ter contado ao seu ministro semilhante anecdota.

D. Luiz dizia que Hintze Ribeiro era mais monarchico do que elle, D. Luiz. Vê-se que Hintze não foi, ao contrario do que se afirma, o ultimo monarchico d'esta especie. Ha mais.

Ora, se eu não havia de receber uma carta de um portuguez do Brazil! Cá está ella!

O portuguez do Brazil está, é claro, em Portugal, de visita talvez ao seu paiz, para voltar, ou recolher de vez á patria, e vive quem sabe? de algum modesto rendimento, n'um quarto de hotel.

E' do Porto que elle me escreve, para oppôr com muita cordura ás minhas razões, as suas, e se a sua carta não me surpreende, tampouco me surpreendem as suas razões, pois com ambas contava.

Os portuguezes do Brazil.

As suas razões são estas: aos portuguezes do Brazil causa desgosto assistir ao espectaculo das nossas luctas politicas.

Foi justamente o que eu verifiquei quando escrevi que o patriotismo do portuguez do Brazil não soffre que a patria se sujeite a qualquer discussão, sendo-lhe

assim antipaticos todos aquelles que dêm motivo para que ella seja discutida, e por discussão entendo — debate contradictorio.

O espectaculo das nossas luctas politicas, a que se refere o nosso compatriota que me escreve, é esse debate contradictorio.

Não disse eu que para os portuguezes do Brazil a patria é um dogma? Eis aqui o dogma, com a sua intangibilidade. O dogma da patria é a monarchia, o rei, o governo, n'uma palavra, a patria tal como ella existe, com os seus poderes constituidos. Uma patria differente, isto é, representada por outros poderes politicos, deixaria de ser a patria para esses portuguezes do ultramar. Assim tambem para elles não são portuguezes, mas traidores á patria, os que na patria promovem a instabilidade das instituições, o desequilibrio dos partidos, a desordem social, pondo em risco o dogma. Os partidos de opposição aos governos são-lhes antipaticos; os de opposição ao trono são-lhes odiosos. O seu ideal seria que na patria houvesse sempre o mesmo governo e não houvesse

opposição. Por isso, os portuguezes do Brazil são na sua maioria monarchicos, porque, para elles, patria e monarchia são termos inseparaveis. E como não seria assim? São republicanos em Portugal os que fizeram a sua educação politica, o que não é o caso dos portuguezes do Brazil, que se expatriaram sem a terem feito; e tambem o são, talvez em maior numero, os que supportaram sufficientemente os flagellos da monarchia, o que tampouco é o caso d'esses portuguezes ultramarinos, debaixo d'este ponto de vista mais felizes de que nós, os metropolitanos.

Os portuguezes do Brazil não têm, portanto, motivos intellectuaes, ou sociaes para serem republicanos. São monarchicos e tão fervorosamente o são que — isto está previsto — a proxima viagem do rei áquelle paiz vai ser um triumfo para a nossa monarchia, assim reduzida a triunfar fóra do seu reino, mas só fóra do seu reino.

O rei vai ser recebido triunfalmente no Brazil, não ha duvida; mas veja o nosso caro compatriota que me escreve, o que são as coisas! — Aqui em Portugal e sim-

plesmente para não passar por Vizeu, na sua volta das Pedras Salgadas, S. M. vai fazer um complicado desvio de mais de sessenta kilometros.

Os portuguezes do Brazil abrem-lhe o Brazil; os portuguezes de Portugal fecham-lhe—Vizeu, e o peor—caro compatriota!—é que S. M. não é rei do Brazil, mas rei de Portugal.

As bombas.

Os jornaes de Lisboa foram intimados pela policia a não se referirem a um facto que acaba de se dar, que tem relação com um outro recente (1) (vejam esta miseria!) e ao qual eu mesmo não posso referir-me sem risco, em virtude das disposições da lei de 13 de fevereiro.

Os jornaes de Lisboa, naturalmente, obedeceram, como eu obedeço. A desobe-

---

(1) As explosões da rua do Carrião e da Estrella.

diencia seria a suppressão do jornal e a vida dos jornaes tem este inconveniente: elles só são jornaes emquanto existem. Desde que desapparecem, deixam de ser jornaes. Para que o jornal viva, precisa muitas vezes comprar bem caro a vida. O preço da vida dos jornaes portuguezes, n'este odioso momento da nossa historia, chama-se — humilhação.

Diz-se que os jornaes representam interesses materiaes que muito soffrem com as perseguições dos poderes despoticos. E' certo. Os prejuizos materiaes resultantes d'essas perseguições são muito grandes. O jornal é, muitas vezes, a origem da fortuna de alguns e é sempre o ganha-pão de muitos; e estancar, embora momentaneamente, esta fonte de riqueza, é quasi uma calamidade. A perda moral resultante da falta do jornal, não é, porém, menor. O jornal (e por jornal entendo os jornaes que defendem interesses generosos, pois os outros não são senão pasquins) é tão preciso á sociedade como o ar. Diz-se muito mal dos jornaes, eu sei! Sem os jornaes não se respira. Nas so-

ciedades livres, o jornal permitte respirar melhor. Nas sociedades escravisadas, previne a asfixia.

Como agora, por exemplo, na nossa sociedade, o jornal não é um instrumento livre de idéas. O publico sabe que elle é forçado a calar não só essas idéas, senão os mesmos factos, mas é ainda o jornal. Publica-se, sahe para a rua, anda de mão em mão, e mesmo quando cala parece falar. O que o jornal cala, quando é forçado a calar, é por vezes muito mais eloquente do que aquillo que diz.

O jornal falta, desapparece, morre, e temos então a sensação do abandono. Os nossos direitos ficam inteiramente á mercê. Calar era ainda combater. Agora não é já o silencio: é a morte.

A situação é esta, em Lisboa.

O arbitrio.

Todos os dias corre que serão presos Fulanos e Beltranos.

Porquê, não se sabe.

E' o que os francezes chamam estar — *sur le qui vive?*

O poder tornou-se uma coisa tenebrosa. Não se sabe nunca o que virá d'elle e espera-se o peor. O ar tornou-se irrespiravel. Asfixia-se.

Ha coisas fundamentaes nas sociedades livres e policiadas e a segurança individual é uma d'ellas. Não ha segurança individual. O cidadão e a sua liberdade estão á mercê.

Esta noite perguntava-se na minha presença em virtude de que lei podia o governo praticar certos actos. Em vão procuramos todos a lei. Não ha lei: ha o arbitrio. O governo põe, dispõe de nós e dos nossos direitos, como de objectos que lhe pertencessem.

O mais inoffensivo dos cidadãos não sabe n'este momento ao sahir de casa, se voltará para jantar, ou se será engulido, subvertido, sumido pelas autoridades á solta, como nos mais ominosos tempos.

Nas ruas, grupos páram a discutir esta situação singular, rara, unica e não dis-

cutem já: interrogam-se — onde irá isto parar? A sociedade está dividida. Ha odios de morte. A sociedade está suspeitosa: por toda a parte suppõe vêr espiões e começa já a calar, receiosa da delação e da perseguição, os mais legitimos protestos da sua consciencia.

Fez-se uma atmosfera de animosidade. Cerram-se os punhos, rangem-se os dentes. Tudo se traduz em exclamações, em interjeições: — Isto não póde continuar! Isto é inadmissivel! Isto é impossivel!

Entretanto, descontam-se as alegrias individuaes e collectivas do fim de tamanha oppressão. Quando virá ella? Ah! quando vier! Será uma festa publica. Queimar-se-hão foguetes, as casas illuminarão, dançar-se-ha nas ruas. Ha quem offereça dinheiro para bodos e ha quem prometta arruinar-se em fogo do ar.

Póde isto durar? Segundo os optimistas ou os tolos — não sei! — que não vêm nos fenomenos da nossa politica senão o monotono jogo de uma nora, isto não póde durar. Segundo outros, isto durará até ser calamidade publica. Eu, sem querer fazer

profecia — sou um pouco da opinião d'estes. A dictadura é um drama, que deve ter o seu quinto acto (1).

O sestro da dictadura é dizer mal de Portugal — aos estrangeiros. Para esse fim, a dictadura mandou vir de Italia um jornalista e de Inglaterra outro, e digo que os mandou vir, porque elles não fizeram outra coisa, n'este paiz, senão ouvir as razões de João Franco; e não é licito acreditar (eu, pelo menos, não o acredito) que tenham vindo de proposito a Portugal, para verificar a situação portugueza e se tenham limitado a ouvir um homem, seja elle o chefe do governo.

A dictadura e os estrangeiros.

Luiz Morote ouviu meio mundo. O proprio Julio Hedeman, do *Matin*, ouviu

(1) Teve-o: 1 de fevereiro de 1908.

Bernardino Machado. Recolhidas as palavras de João Franco, os dois jornalistas a que me referi não quizeram ouvir mais ninguem. Chegaram, partiram, tendo cumprido a sua missão, isto é, tendo dado conta do seu recado. O resultado é Portugal andar em bolandas na penna d'esses cosmopolitas de João Franco. Agora nem as mulheres poupam. Por exemplo, para o jornalista italiano, mandado vir por João Franco, as mulheres portuguezas são horrendas e — detalhe atterrador! — barbudas. Todas? — Todas.

Não sei qual seja a origem d'esse equivoco, pois é evidentemente um equivoco o affirmar que todas as mulheres portuguezas fazem uso da barba. Eu, pelo menos, nunca o verifiquei senão uma vez em toda a minha vida, n'uma senhora de Lisboa, que, de resto, se reconheceu mais tarde ser um homem. O buço mesmo, a sombra de um buço não é vulgar e tão pouco vulgar é que, segundo tenho observado, as portadoras d'esse delicado ornamento capillar são singularmente apreciadas pelos amadores do bello sexo.

Ha, no entanto, em Portugal, como em toda a parte, mulheres fornecidas de barba, pouca ou muita; mas para que um estrangeiro especialmente o note é mister estar munido para comnosco de singular animadversão, ou ter então um *cicerone* pessoalmente empenhado em lhe mostrar o paiz sob os seus mais feios aspectos.

Quem foi que chamou a attenção do grosseiro jornalista italiano para as nossas mulheres barbudas? Foi — como para tantas outras coisas feias — João Franco?

Se foi elle, eu dou-lhe até certo ponto razão. Chamando a attenção do seu agente na imprensa italiana para as nossas *femmes à barbe,* João Franco quiz significar-lhe talvez que, em Portugal, desde que elle é dictador, a barba foi toda para as mulheres, o que explicaria as audacias impunes da dictadura.

A lei do descanço semanal, em que a dictadura depositou tantas esperanças, parece que não vai afinal, senão dividir as classes.

O descanço semanal.

Noticias de toda a parte dizem que a applicação da lei encontra sérias difficuldades. O descanço ao domingo, nas localidades de provincia, por exemplo, é reconhecido como impossivel. Como se sabe, o domingo é o dia destinado ás transacções commerciaes na provincia. E' ao domingo, dia de descanço nos campos, que a gente rural desce ás cidades e ás villas, a fazer as suas compras. Como fechar as portas ao domingo? Assim, em certas localidades, a questão do descanço ao domingo está tomando as proporções de uma questão de ordem publica. De Mafra, por exemplo, dizem: «Está causando grande perturbação n'este concelho a exe-

cução do decreto do descanço semanal, a qual, a calcular pelo estado dos espiritos, não se fará sem que o povo opponha séria resistencia.» De Abrantes dizem: «O descanço semanal vem a ser aqui uma coisa impraticavel. Ninguem se entende. As freguezias ruraes, que ainda não sabem de tal decreto, só acordarão quando as autoridades vierem impor-lhes a obrigação de fecharem ao domingo. Então falarão, porque arrancar o domingo ás freguezias é matal-as.» De Amarante dizem: «Ha aqui desharmonia entre os commerciantes, por causa do decreto do descanço semanal.»

Onde, porém, a lei vai causar sérias perturbações é em Lisboa. Hoje elucidaram-me a este respeito. A lei está cheia de imprevisto. Imagine-se, por exemplo, este pormenor: os restaurantes, ou casas de pasto, que se conservam abertas ao domingo, não podem no entanto, fazer venda de bebidas senão aos consumidores de comidas. Como resolver, porém, este problema se a maioria dos restaurantes senão a sua totalidade, são igualmente ca-

fés, botequins, cervejarias, n'uma palavra logares de venda de bebidas? O individuo que entre n'uma d'estas casas e peça por exemplo, um capilé, não será servido senão com a condição de pedir tambem, por exemplo, uma canja. Pedir uma carapinhada ao domingo, no Martinho, será d'ora avante defezo. Para que nos sirvam uma carapinhada será preciso pedir tambem — um bife.

As tabernas são em Lisboa os logares onde ao domingo mais se bebe. Lisboa é, como se sabe, dada ao decilitro. Prohibição absoluta de vender vinho aos domingos, nas tabernas. Como executar a lei? Fechando as tabernas? O João Franco vai reconhecer — dizia-me esta noite o meu amigo Mayer Garção — que fechar as tabernas não é tão facil como fechar o parlamento.

Entretanto, ha uma resolução cheia de bonhomia, que é a dos pasteleiros. Estes decidiram fechar ao domingo e convidar o publico a fazer os seus fornecimentos ao sabbado.

E' domingo, está calor e apetece-me por

exemplo, a mim, tomar um sorvete no Ferrari, ou no Marques.

O que faço?

E' muito simples. Tomo-o — no sabbado.

A imprensa.

Segundo parece, os jornalistas portuguezes vão revelar no congresso de Bordeus a situação da imprensa portugueza, e já se diz que isto não é patriotico. Anti-patriotico não é. O que é — é inutil e digo inutil para não dizer vexatorio, porque na realidade é vexatorio. E' vexatorio que n'um congresso de jornalistas, a imprensa se vá declarar opprimida, sem direitos, á mercê de todas as perseguições politicas e pessoaes e não declare tambem os meios que tem empregado para se defender e fazer respeitar.

A imprensa é uma força e uma força que se declara impotente não inspira interesse. Solidariedade, simpatia, piedade,

conforto são homenagens que se concedem á invalidez, á debilidade, á fraqueza, á miseria. A força não invoca nunca o soccorro alheio. E' a força. A imprensa é essa força. Uma imprensa que declara não a possuir, que nome tem? E' mesmo a imprensa? Isso, no entanto, irá declarar ao congresso de Bordeus a imprensa portugueza, porque não tem mais nada a declarar.

Eu, no caso da imprensa, não declarava nada. Ia a Bordeus, papava os banquetes da imprensa bordeleza, pavoneava-me nos bailes e espectaculos de gala, visitava com regalo (esta visita está promettida aos congressistas) os celebres vinhedos da região, n'uma palavra — gosava, mas não declarava nada.

A imprensa — a questão é esta — não se queixa, não lamuría, não choraminga: encolerisa-se. Ha poderes que conseguem dominal-a? Muito efemeramente. A sua historia chama-se lucta, a sua lucta — victoria. A imprensa portugueza não tem luctado, mas apesar de tudo, a ultima palavra será sua. Para que prejudicar o

effeito do seu triumfo, tornando publico n'um congresso de jornalistas de todo o mundo, que não fez nada para o alcançar?

Além d'isso, um congresso, mesmo de imprensa, é uma festa. Um grupo de jornalistas, levantando ali a questão da imprensa opprimida, daria necessariamente a penosa impressão que dá n'uma festa o apparecimento de uma viuva cahida no infortunio, ou de um operario sem trabalho, com um saquinho na mão, promovendo uma *quête*.

N'uma festa é preciso não pedir nada, nem mesmo liberdade.

O conselho de Estado.

Grande desapontamento (desculpem o anglicismo) pelos resultados da reunião do conselho d'Estado.

E' boa!

Estimava que os basbaques de todos os

successos politicos me dissessem o que esperavam da reunião do conselho d'Estado.

A queda da dictadura! me responderão elles, porque — não ha duvida! — era isso o que esperavam.

E' boa!

Assim, a dictadura estaria á espera de que se reunisse o conselho d'Estado para cahir. Seria mesmo mais magnanima: convocaria para esse effeito o conselho d'Estado.

Mas eu sei! O que os basbaques esperavam era que o conselho d'Estado desse tamanho safanão na dictadura que a obrigasse a vir a terra, com Martins de Carvalho e tudo.

Pobres basbaques!

O basbaque é assim: espera tudo, de tudo. Inactivo, infecundo, esteril, nada faz e espera tudo — dos outros. O basbaque é aquelle ratão que, em Lisboa e um pouco em todo o paiz, pergunta — *O que fará o conselho d'Estado?* e ainda aquelle que diz saber, que diz ter ouvido e que assegura que o conselho d'Estado

fará alguma coisa. O quê? O basbaque não o sabe, mas não saber inquieta-o. Então imagina, inventa, faz previsões, faz profecia. Assim, numerosos basbaques inventaram que o conselho d'Estado ia dar o golpe final na dictadura. Já mesmo, segundo elles, a dictadura estendia a cabeça, o rei convinha que a dictadura tinha feito o seu tempo, e na reunião do conselho, antes de mais nada, antes que qualquer dos conselheiros erguesse a voz, annunciava as proximas eleições.

Pobres basbaques!

Esperam tudo. A sua espectativa falha sempre. Basbaques, sonhadores, tolos...

Eu não me tenho na conta de basbaque. Eu não espero nada, pelo menos do conselho d'Estado. Poderão talvez objectar-me que espero outras coisas e que por esse motivo sou igualmente um basbaque. No entanto, eu espero coisas que poderão vir. Espero, por exemplo, a republica, não é verdade? e porventura é a minha esperança absolutamente disparatada? E' certo que João Franco declarou oppôr-se a que a republica se fizesse em

Portugal, se os republicanos não se mexessem, n'um praso de tempo que, creio, já passou; mas devo eu tomar ao pé da lettra esta declaração? Não é licito acreditar que a opposição de João Franco a que a republica se faça, se transforme n'um legado e que elle deixe expressamente consignada esta sua vontade em testamento. Pelo menos, depois da morte de João Franco, é licito esperar a republica, dos homens, dos factos, da evolução social, do progresso, do imprevisto, que sei eu!

O que é licito esperar do conselho d'Estado?

Conselhos — nada mais.

E' isso o que elle funcionalmente dá e foi isso o que deu na sua ultima reunião. Deu conselhos ao rei, deu conselhos a João Franco. E' claro, nenhum dos dois lhes prestou mais attenção do que ao zumbido de uma mosca; mas como não seria assim se justamente o que caracterisa os conselhos é nunca serem ouvidos? Os conselhos do conselho d'Estado não fazem excepção á regra!

Basbaques! meus amigos! Voltai os olhos para outra parte. O conselho d'Estado deu o que tinha a dar.

As *Novidades* publicaram esta informação:

«Sua Majestade el-rei, depois da reunião do conselho de Estado, seguiu para bordo do *yacht* real *Amelia,* onde, logo á noite, se realisa o habitual concerto de gramofone.

Haverá novos discos.»

O rei.

Por outro lado, um dos meus amigos que está passando o verão em Cascaes, refere-me que todas as noites se ouve n'aquella villa o gramofone de bordo do *yacht* real, executando até tarde variadissimas arias.

Assim, o rei seria um amador de gramofone.

A mim tem-me succedido algumas

vezes, ouvindo, ao passar n'uma rua, a voz roufenha de um gramofone, perguntar a mim mesmo qual será o estado d'alma dos individuos que se comprazem em ter a sensação da harmonia, por intermedio d'esse instrumento.

Afigura-se-me que o estado d'alma d'esses individuos deve ser de uma perfeita beatitude.

O gramofone — tenho-o observado — é um apparelho que delicia em geral todas as naturezas summarias, pelo facto de produzir sons por uma fórma na apparencia inexplicavel, e não ha nada que mais embeveça, fascine a imaginação de uma creança, por exemplo, ou de um preto do que o misterio, quando se desentranha em sonoridades harmoniosas. E' esta mesmo a razão do exito obtido pelas caixas de musica entre os negros d'Africa, e pelos realejos, na Europa, entre as creanças e as creadas de servir.

O gramofone reproduz, além d'isso, a voz humana e todos os ruidos do ambiente. Reproduz a vida falada, cantada, gritada, sonorosa, ruidosa, e então a sua

influencia, n'essas imaginações, é muito maior. Nós mesmos, não tivemos um momento de espanto, quando ouvimos pela primeira vez um gramofone? Esse espanto de um momento ficou sendo para ellas permanente encanto.

Não só as creanças, porém, não só os pretos adoram o gramofone, e aqui está o proprio monarca que o cultiva com assiduidade. Não importa! Esta predilecção é um elemento de critica da personalidade do monarca.

Todo o homem, seja elle um rei, que se delicía ouvindo um gramofone, é de uma psicologia pouco complicada. Imaginação nenhuma. Os imaginativos só encontram prazer na vida, ou nas suas interpretações humanas. Detestam as simulações. Alma tranquilla como a agua de um poço. Uma alma atormentada não estará um minuto diante de um gramofone. Bonhomia. Definitivo estado d'alma — bemaventurança.

A transacção, pela qual se considerou liquidada a divida da Casa Real ao Estado, é cada vez menos intelligivel.

Aqui está, por exemplo, a historia do *yacht* de recreio *Amelia,* comprado agora pelo Estado, por 306 contos de réis.

Tendo a imprensa dito que este *yacht* foi comprado duas vezes, a dictadura respondeu que não fôra tal comprado duas vezes, pois da primeira vez o comprara o rei. Como? — Pedindo adiantado ao Estado, os 306 contos que elle custou.

O decreto dos adeantamentos.

Simplesmente, pagou o rei esses 306 contos? — Não, pois que entraram na conta chamada dos *adiantamentos.* Mas paga-os agora! replica a dictadura, pois que vende o *yacht* ao Estado por esse custo. Como pôde, porém, o rei vender o *yacht* ao Estado, se não pagou ao Estado a somma que lhe pediu adiantada para o comprar?

Este *yacht* nunca foi do rei e foi sem-

pre do Estado que o pagou. O Estado tornou a pagal-o! — Não ha duvida que o pagou duas vezes — da primeira vez adiantando ao rei, para o comprar, uma somma que o rei não pagou, e da segunda vez comprando-o ao rei.

Pergunta-se: como é que o Estado compra um objecto que lhe pertence? e como é — como? — que o rei paga uma divida de 306 contos ao Estado vendendo-lhe um objecto que não é seu?

Comtudo, esta inexplicavel transação fez-se e tem força de lei. Fez-se, porém, uma outra tão inexplicavel como esta, e é a que se refere, sempre para liquidação dos adiantamentos, á renuncia que a Casa Real faz das rendas de certas propriedades que diz pertencerem-lhe e que estão arrendadas ao Estado.

Quer saber-se por exemplo: qual é uma d'essas propriedades?

E' o quartel de cavallaria 4.

Quer saber-se qual é outra?

E' a Escola do Exercito.

Quer saber-se qual é outra?

São as reaes cavallariças de Belem.

Finalmente, quer saber-se qual é outra?

E' Mafra — o convento de Mafra.

Estes edificios, que toda a gente diria deverem pertencer ao Estado, pertencem no entanto á Casa Real. O Estado faz uso d'elles, mas paga renda á Casa Real. A Escola do Exercito está n'um edificio alugado, cavallaria 4 está n'outro, as reaes cavallariças n'outro, o que é verdadeiramente funambulesco, pois não se concebe como é que a Casa Real alloja os seus cavallos n'um edificio seu e somos nós quem paga a renda. Finalmente Mafra, que todos diriamos ser um edificio nacional, é uma propriedade alugada pela Casa Real de Bragança — á nação, e é prescindindo das rendas d'estas propriedades que a Casa Real de Bragança liquida com a nação uma parte das sommas que lhe pediu adiantadas, isto é — 465:715$700 réis.

Felizmente estas contas ficam liquidadas. Se assim não fosse — quem sabe? — viriamos a descobrir de futuro que os Jeronimos e a Batalha tambem são propriedades da Casa de Bragança!

Eu ainda conheci um tempo, em que Portugal era um paiz paradisiaco e a sua capital o mais tranquillo e tranquillisador logar da terra. Emquanto as grandes capitaes da Europa eram infestadas por todo o genero de malfeitores, em Lisboa era licito dormir nos bancos dos jardins, com as algibeiras cheias d'ouro. Em toda a parte do mundo, mesmo nas mais pacatas capitaes, as lojas, em chegando a hora de fechar, põem taipaes de ferro, ou de madeira nas suas *vitrines*. Em Lisboa, ha pouco tempo ainda, os joalheiros não punham taipaes. Ainda me lembro de passar a deshoras pela rua do Ouro, deserta, e ver lucilar através dos vidros das *vitrines* dos ourives, os brilhantes das joias. E nem um policia! nem um guarda nocturno! Consideraveis fortunas estavam assim unicamente sob a guarda da honesta população.

Falperra.

Em casa, em toda a parte, toda a gente

se fecha hermeticamente por dentro. Uma das modernas industrias francezas que mais reclame faz aos seus productos é a das fechaduras de segredo. Ha domicilios em Paris defendidos como Bastilhas, dos assaltos dos ratoneiros. Em Lisboa, ha pouco tempo ainda, dormir com as portas abertas não offerecia o menor perigo, e eu mesmo o experimentei n'um dos meus domicilios, esquecendo-me algumas vezes de fechar a porta da rua. Lisboa, n'uma palavra, era a capital segura de um Estado probo, onde era grato viver, ao abrigo de todo o mal, de toda a fereza, de toda a cupidez humana.

Sobreveio, porém, o que nós convencionamos chamar — *civilisação* e este admiravel estado de coisas deixou de existir. Depois que Lisboa começou a civilisar-se, começou a tornar-se inhabitavel. Appareceram os larapios, assaltando os quintaes e as hortas, depois vieram os ratoneiros de lojas, em seguida os de domicilios, por fim os salteadores, reclamando em plena rua, em plena civilisação, á luz da electricidade — a bolsa, ou a vida.

Os portuguezes não pareciam ter só o respeito pela propriedade: tinham tambem o respeito pela liberdade. Os nossos simpaticos ratoneiros de outr'óra, quando algumas vezes se entregavam á pilhagem das nossas propriedades, tinham o cuidado de se aproveitarem do nosso somno, o qual póde significar consentimento tacito, pois lá diz o rifão — «a quem dorme, dorme-lhe a fazenda». N'uma palavra, não coagiam, e este honesto escrupulo significava n'elles a consciencia do nosso direito á propriedade e a do nenhum direito que lhes assistia de nos privar d'ella pela força. No fundo, estes ratoneiros eram uns filosofos.

Hoje, nenhum respeito pela propriedade e nenhum respeito pela liberdade. Os ladrões que n'este momento lançam o panico na nossa sociedade opprimem-n'os para roubar.

Os factos que são do dominio publico decidiram-me a, d'ora avante, datar os meus escriptos, bem como as minhas cartas da Falperra e da Falperra serão datadas, emquanto este estado de coisas con-

tinuar, isto é, emquanto os nossos haveres e a nossa liberdade estiverem á mercê de tão audaciosos salteadores.

Recebo de Braga a seguinte communicação, em bilhete postal:

«... Sr.

Sou um seu leitor assiduo, mas não posso relevar sem protesto que v. date os seus escriptos da Falperra, attribuindo a este nome uma significação que elle realmente não têm. A Falperra é hoje um logar de recreio, possuindo um magnifico hotel, onde vão recuperar a saude aquelles que precisam de ares purissimos. Póde-se lá andar, quer de dia, quer de noite, á vontade, sem receio de assaltos. Ha mais de quarenta annos não consta que n'esse *famoso logar*, alguem tenha sido posto na alternativa de deixar a bolsa, ou a vida. Espero que v. achará mais adequado da-

tar os seus escriptos do pinhal de Azambuja, ou melhor, de Lisboa, onde, etc.»

O *leitor assiduo* desconhece por certo o rifão — «Cria fama...» D'outro modo, acharia bem legitimo que eu datasse os meus escriptos da Falperra, no intuito de definir o estado anormal em que se encontra a capital d'este reino e até certo ponto o reino, infestado por tão consideravel numero de ladrões.

A Falperra é a tradição e que importa que a Falperra seja hoje, como affirma o meu *leitor assiduo*, um logar de recreio, enriquecido por um hotel e recommendado pelos seus ares purissimos? A Falperra não é o que é, mas o que foi, e a isto se chama — tradição. Suppõe por acaso o meu *leitor assiduo* que se José do Telhado se regenerasse e se fizesse frade, deixaria de ser o José do Telhado que foi? Tambem o pinhal da Azambuja se regenerou e é hoje um honesto pinhal, o que não impede que a sua tradição nol-o faça vêr sempre inçado de salteadores. Em toda a Hespanha se rouba, mas quando

os hespanhoes querem verificar que em alguma parte se rouba desabaladamente, nunca deixam de invocar a Serra Morena, a qual perdeu de ha muito, no entanto, o direito de manter intacta a sua velha reputação. O mesmo fazem os italianos com a sua famosa Calabria e os francezes com a sua floresta de Bondy, onde, comtudo, hoje em dia, os namorados se encontram e as creanças brincam.

Na Falperra não se rouba, mas já se roubou e é o que basta.

O meu *leitor assiduo* alvitra que eu date os meus escriptos de Lisboa. Não póde ser. Lisboa não tem ainda tradição. Está fundando-a. Não tenha pressa! Espere! Dentro em pouco, Lisboa poderá competir com a Falperra. Tem já o facto, mas não tem ainda a fama, e a fama é uma obra laboriosa.

Novos protestos da Falperra. Agora é da Falperra mesmo que me escrevem:

«Perdão! A Falperra protesta. Date os seus escriptos de... (segue uma enume-

ração fastidiosa de logares), mas deixe a Falperra em paz. A não ser que deseje retemperar o estomago, a figadeira e o baço com o ar puro da montanha, n'uma demora de alguns dias na casa da mesa — onde póde dormir tranquillamente de janella e porta abertas e onde póde saborear uma gostosissima arrosada, temperada pelo dedo miraculoso do *Zé das Lages* e regada pelo picante verdasco do *Gato da Falperra* e pela purissima, fresca e saborosa agua de Santa Marta dos Leões.»

Excellente Falperra!

Eu desconhecia a Falperra, ou antes, conhecia-a apenas de ouvido. A tradição é assim — uma noção do ouvido. Resulta afinal que a Falperra é um paraiso.

Tanto melhor!

No fim de contas, nada se perdeu e alguma coisa se ganhou. Ganhou-se — duas Falperras. Até aqui havia uma Falperra só, coio de bandidos e logar especialmente temido da terra portugueza. Agora ha uma outra Falperra, de costumes hospitaleiros

e benignos, ares purissimos, aguas saborosas e convidativas arrosadas.

No fim de contas, eis aqui uma localidade que póde ufanar-se de ser singularmente util. A mim, por exemplo, offerece-me a sua tradição, a outros agua fresca, e se em toda a parte ha agua fresca, nem em toda a parte ha tradição.

Sendo-me licito pedir á Falperra uma d'estas duas coisas, peço-lhe a tradição. A agua fresca não me seria tão util.

Espalharei, comtudo, que a Falperra se rehabilitou e embora verificando os seus ladrões, celebrarei de vez em quando — o seu arroz.

Os paços reaes.

O jornal republicano de Lisboa, *A Lucta,* está publicando uma série de documentos interessantissimos. São as contas das despezas feitas nos ultimos annos, com os paços reaes, despezas que, está

claro, têm corrido por conta do Estado, e quando digo do Estado, sirvo-me de um eufemismo, porque na realidade têm corrido por nossa conta. A' força de ouvir falar no Estado, chegamos a persuadir-nos de que o Estado existe e é elle quem paga as favas. Não! O Estado não existe. O Estado é uma abstração, uma palavra, e quem paga as favas somos nós.

Como ia, porém, dizendo, as contas publicadas pela *Lucta* são interessantissimas, debaixo do ponto de vista em que me colloco e em que por certo se colloca o leitor, de contribuinte, porque nada ha mais interessante do que saber o destino que levou o nosso dinheiro, quando deixou de estar em nosso poder. Assim nada, por exemplo, mais interessante do que as contas publicadas por aquelle jornal, das despezas feitas com a illuminação a luz electrica, dos paços reaes. Essas despezas subiram a um total de 410:795$539 réis, e que ao seu apuramento presidiu o maximo escrupulo prova-o o facto de não se ter omitido n'esta somma uma fracção de 9 réis.

Uma installação electrica de 410 contos deve ser sumptuosa, e eu não tenho nada que lhe objectar, pois muito bem sei que o fausto é o apanagio de todos os palacios. Além d'isso, tranquillisa-me a idéa de que uma parte dos impostos directos e indirectos com que tenho contribuido para os gastos geraes do paiz, se desfizeram em luz, como o castanheiro de que fala o poeta dos *Simples*, embora essa luz não illumine o mais escasso recanto da minha existencia. Ha, porém, n'essa somma uma verba que me choca e contra a qual protesto, em nome dos meus *conquibus*, tão penosamente adquiridos. E' a que se refere a um barracão construido na Tapada da Ajuda, para installação das machinas electricas. A' idéa *barracão* não se associa a idéa sumptuaria, e como se explica que sendo assim, esse barracão tenha custado 154:829$535 réis? 154 contos por um barracão é paradoxal. Similhante barracão não existe; similhante barracão é um sonho. Um barracão que custa 154 contos não é um barracão, é um palacio e recuso-me a crêr que o fausto da côrte por-

tugueza chegue ao ponto de fazer construir barracões como palacios. Estas coisas desconformes só succediam na antiga Roma e nos seus tempos de aurea prodigalidade.

No entanto, a verba lá está e justamente o que me indigna é que lá esteja, porque o facto de lá estar não me esclarece sufficientemente sobre o destino dos 154 contos a que ella allude, e repito: que me levem o meu dinheiro não me incommoda em absoluto; o que me incommoda é não saber onde elle foi parar.

A municipal.

Talvez o leitor ignore que, em Portugal, se gasta mais com a Guarda Municipal do que com a instrucção primaria?

Pois é absolutanente veridico.

No fim de contas, não é muito extraordinario que seja assim. A Guarda Municipal é necessaria ao Estado e, por outro

lado, está porventura provado que a instrucção primaria o seja egualmente?

O que faz o Estado quando precisa defender-se?

Chama alumnos de instrucção primaria?—Não! Chama soldados da municipal.

Por outro lado, qual é a acção permanente do Estado?—A de defender-se. No exercicio permanente d'esta acção, elle invoca um milhão de interesses respeitaveis. Invoca as instituições, seculares, porque está verificado que as instituições politicas, quando têm seculos, se tornam respeitaveis. Nem sempre lhes succede o que succede ao vinho, que quanto mais envelhece melhor se torna, mas nem por isso ficam valendo menos. Invoca os interesses sociaes, e entre estes naturamente, os da propriedade, porque não ha Estado, o mais delapidador e ladrão, que não se arvore em guarda da propriedade. Invoca a segurança individual, embora seja elle proprio quem muitas vezes a põe em risco; mas, para o Estado, *segurança individual* quer dizer *livre transito* e mais nada

Finalmente, invoca — a Ordem, e embora os interesses da ordem sejam, muitas vezes, unicamente os d'elle, os povos papalvos acreditam invariavelmente que são igualmente os seus.

Eis aqui já um bom numero de interesses urgentes a defender.

São os interesses da educação publica do mesmo modo urgentes? Evidentemente não são. A defeza do Estado é imperiosa. De um momento para o outro o Estado póde ser atacado nas suas mais melindrosas structuras, e o que seria d'elle, o que seria d'ellas se a municipal não estivesse a postos, apetrechada, municiada, armada para as defender?

Os interesses da educação publica, esses, pódem esperar, e que isto é assim prova-o o facto de que o Estado vive perfeitamente cercado de analfabetos e não póde viver sem a Guarda Municipal.

Ah! não! — Tudo menos isso! Parecido com Eça de Queiroz, que horror!

Um jornalista brazileiro, de passagem em Lisboa, e a quem o presidente do conselho pediu para subir um bocadinho, obedecendo ao seu sestro de chamar todos os estrangeiros que lhe passam á porta, encontrou, no entanto, aquelles dois homens parecidos!

João Franco.

Se ha approximações revoltantes, essa é uma d'ellas.

Seria absurdo em primeiro logar que João Franco se parecesse com Eça de Queiroz. A natureza não tem d'esses equivocos. Similhante parecença seria *contra-natura*. Só poderá parecer-se com Queiroz um filho de Queiroz, ou um seu amigo, ou um seu admirador, ou simplesmente um seu leitor. Para ter similhanças com um homem como este, é preciso ter com o

seu espirito qualquer analogia, embora remota. Que analogia espiritual, embora remota, podem recordar estes dois nomes inassociaveis — Eça de Queiroz, João Franco? Eça de Queiroz deve ignorar João Franco. João Franco deve ignorar Queiroz. Não é possivel admittir que estejam um minuto juntos, na mesma sala sequer; e como se explicaria que duas individualidades tão dessimilhantes tivessem qualquer similhança mesmo fisica?

Não! João Franco não poderia nunca parecer-se com Eça de Queiroz. Se tivesse qualquer parecença com Queiroz, não seria João Franco.

Muita coisa se tem escripto sobre João Franco que me tem revoltado. Nenhuma, porém, como esta. João Franco parecido com Eça de Queiroz, indignou-me.

Encontrar qualquer similhança entre o tipo espiritual, prescrutador e activo de Queiroz e essa cabeça de polinesio a quem déram uma penteadella e que é a cabeça de João Franco, é uma affronta aos que têm, com o culto de Queiroz artista, o culto da sua imagem artistica.

Essa affronta, repillo-a em nome d'elles. Entre Eça de Queiroz e João Franco não ha apenas differença de tipo, mas de structura etnica. Eça de Queiroz é um europeu. João Franco é da Oceania. Eça de Queiroz é um hipercivilisado. João Franco é pouco menos que um antropofago. Grassa no seio da nossa civilisação, mas na realidade é oriundo das ilhas do Almirantado. Usa um collarinho, mas deveria trazer ao pescoço um collar de dentes.

Os paços reaes.

A *Lucta* continúa a publicar as contas das obras nos paços reaes. As ultimas versam sobre — obras no paço de Cintra — e formulam-se assim:

Reparações	38:202$170
Arranjos	5:947$490
Canalisações	1:300$000
Total	45:449$660

As primeiras reparações a que esta conta se refere e que importaram, como se vê, em 38:202$170 réis, foram feitas em 1901 e dir-se-hia que, por tal preço, deveriam ser definitivas. Mas não! Essas reparações foram tão pouco definitivas que, dois annos depois, isto é, em 1903, já se faziam arranjos, e esses arranjos importaram em 5:947$490 réis; e no mesmo anno, quando tudo levava a suppôr que nada mais havia a fazer ou refazer no paço de Cintra, ainda se descobria meio de gastar mais 1:300$000 réis, em — «canalisação e montagem de apparelhos para fornecimento d'agua quente, para oito tinas, na Ala das Damas».

O effeito que estas novas contas produzem, não digo já na minha alma de contribuinte (essa está empedernida), mas tão sómente na minha razão, é este. Eu não associo a esta verba — *reparações*, esta somma *38:202$170 réis*. Reparações são concertos, e um concerto que custa 33 contos de réis toma a meus olhos proporções taes que não creio n'elle, talqualmente não creio nos barracões de 100 con-

tos. O barracão parece-me um palacio, o concerto um predio, ambos uma fabula.

Depois, não é licito dispôr de 38 contos de réis, sob uma rubrica tão summaria como esta: *concertos*. Quando se diz só *concertos* diz-se d'este modo: — *concertos — quinze tostões*, ou *concertos — quinze mil réis*. Então sim, então é permittido dizer summariamente *concertos*, sem especificar. Quando se diz — *concertos, 38 contos*, é indispensavel especificar, pois d'outra fórma não se fica compreendendo, como eu não compreendo.

Parece que no vocabulario das despezas palacianas, *arranjos* é palavra que tem uma significação hierarchicamente inferior á palavra *concertos*, pois sahe mais em conta ao paiz. Ainda assim, em quanto importaram os arranjos feitos em 1903, no paço de Cintra! — Em 5:947$490 réis. Chamar a isto *arranjos* é o cumulo da modestia, e o que eu pergunto, á vista d'estes orçamentos ineditos na historia da prodigalidade, é o que custaria um novo palacio á Casa de Bragança, se esta se lembrasse de nol-o reclamar?

Felizmente, não se lembrou ainda de nol-o reclamar, e mediante uma suspensão de garantias, o que seria a melhor fórma de o obter — o que não impede que d'ora avante nós devamos tremer todos collectivamente de puro susto, sempre que ouvirmos dizer, por exemplo, que rebentou um cano nos paços reaes, pois é sabido que no primeiro orçamento do ministerio das obras publicas lá virá o cano, assim inscripto: *Reparação n'um cano do Real Paço de... 500:000$000 réis.*

D'entre as cartas, anonimas, já se vê, que me tem rendido a minha entranhada antipatia pela dictadura e pelo dictador, figura uma — escripta á machina.

Uma carta anonyma.

A descoberta das machinas de escrever foi de muita utilidade para os cultores da epistolografia anonima. A preoccupação principal d'estes epistolografos é,

com effeito, a de não desvendar o segredo do seu anonimato, segredo que a lettra de mão muitas vezes atraiçoava. A machina de escrever tornou este segredo inviolavel, e que esta face eminentemente util d'esses modernos machinismos foi immediatamente vista pelos cultores da epistolografia em questão, prova-o um facto ha tempos succedido em Lisboa e que passo a narrar.

Algumas senhoras da nossa primeira sociedade recebiam havia tempos, cartas anonimas escriptas á machina e nas quaes, segundo parece, essas damas não eram apreciadas lisonjeiramente, o que levou uma d'ellas, de animo mais sensivel á impertinencia, a reclamar a intervenção da policia, para o fim de ser descoberto o autor ou autores da desagradavel correspondencia.

Posta a policia em campo, como se costuma dizer em giria de noticiario de jornaes, as cartas anonimas em questão foram mostradas a differentes representantes de casas importadoras de machinas de escrever, os quaes, após rapido exame,

verificaram que taes cartas não tinham sido impressas em qualquer das machinas de que elles promovem a venda, mas em uma outra, de um tipo desconhecido entre nós e que entre nós não tinha ao tempo representação. A policia estava, como tambem se diz em calão de noticiario, n'uma boa pista. Seguiu-a.

Conhecida a marca da machina de escrever, de que tinham saido as misteriosas cartas anonimas, investigou na alfandega de Lisboa do numero de machinas de escrever, importadas n'esses ultimos tempos, e dos seus autores. A alfandega promptamente respondeu ao inquerito e do inquerito resultou averiguar-se que, com effeito, uma unica machina do tipo designado tinha sido importada. Tratou-se de saber quem a importára, o que foi facil, e assim veio a descobrir-se o autor das cartas anonimas que tanto tinham intrigado um certo numero de damas da sociedade de Lisboa.

Não sei se o ratão de quem se trata renunciou ao sestro de escrever cartas anonimas. Como é muito conhecido, sabe-se

que elle tem pessimos habitos e esses inveterados. É de suppôr, porem, que, se continuar a escrever cartas anonimas á machina, o faça em machinas que não sejam exclusivo seu, como por certo o faz o anonimo que se me dirige, pois presumo que não será tão rico que, como elle, se permitta o luxo, aliás imprudente, de importar machinas de escrever para seu uso especial.

Não sei se ha ainda quem se lembre do chamado *conflicto academico*. Não ha muito tempo que isso foi, comtudo. Foi ha poucos mezes.

Capitulação de Coimbra.

O conflicto academico foi um verdadeiro movimento insurreccional de idéas. Poucas vezes a mocidade portugueza se collocou á frente de reivindicações tão nobres. Tratava-se da reforma do ensino, e estudantes que pedem uma reforma de ensino não é isto um espectaculo bello?

Os estudantes de Coimbra e os seus camaradas de todo o paiz, deram esse espectaculo.

O governo, autoritario e bronco, como um bom velho governo lusitano que é, suffocou essa insurreição admiravel, reduziu-a á obediencia, transformou-a n'uma capitulação geral, e de todas as suas obras essa foi certamente a mais odiosa e a mais antipatica.

A mocidade academica foi vencida. Devia triunfar; e outros homens, que não estes, com outro espirito e outra educação, que estivessem á frente do poder, não deixariam de auxiliar o seu triunfo. Tudo era possivel e facil, sem quebra do que esses brutamontes chamam — *o prestigio do poder, o prestigio da autoridade.* O prestigio do poder, o da autoridade não são feitos de força, mas de justiça e de razão. Não se applicou ao caso dos estudantes nem justiça, nem razão: applicou-se-lhe a força, a força bruta, e foi ella que venceu. Os estudantes, esses, ficaram anniquilados. Foi a derrota das suas reivindicações e foi a sua. Ao entrar na vida,

cheia de orgulho e de altivez, essa juventude teve de dobrar a cerviz. Destruiram no seu coração um mundo moral e se a despojaram de esperanças não sei! — Da confiança em si mesma sem duvida a despojaram, porque o que nos torna ousados e aventurosos é a certeza da nossa força moral, mais do que a da nossa força fisica, como pretendem alguns educadores, e essa certeza perderam-n'a os estudantes de Coimbra, a quem um poder barbaro submetteu como rebeldes.

Ficaram de pé as suas reivindicações? Nem essas!

Que é feito da famosa reforma do ensino? Nunca mais se ouvio falar em tal! Em compensação, annuncia-se que este anno, na Universidade, os estudantes serão obrigados a apresentar-se rigorosamente com os trajos academicos. Nada de gravatas de côr, nada de colletes flammantes, nada de bonnets fantasistas! — A capa negra, a batina negra, o gorro negro — a treva!

Outubro — Novembro — Dezembro:

A situação financeira da Casa Real era precaria, como o verificou o decreto dos adiantamentos. Felizmente, porém, a do paiz não o tem sido, porque se o fôsse, a familia real estava positivamente n'umas palhas. Graças á notoria prosperidade do paiz, foi-lhe poupada essa provação. Se não tem tido uma dotação condigna, a familia real tem tido ao menos onde dormir ao abrigo da chuva. A *Lucta* dá-nos esta segurança, publicando as contas das despezas feitas com obras, só nos aposentos do rei, n'estes ultimos tempos, isto é, de 1901 a 1905. Essas despezas importaram

Os paços reaes.

em — 94:083$280 réis e foram, está claro, pagas pelo ministerio das obras publicas.

Eis aqui como ellas se ennunciam:

Melhoramentos nos aposentos de S. M. El-rei, no Real Paço das Necessidades. (Autorisações de 21-6-1901, 24-7-1901 e 29-11-1901).

Até 30-6-1901	33:874$590
Até 30-6-1902	33:661$285
Até 30-6-1903	1:789$505
Total	69:325$380

Arranjos nos compartimentos contiguos aos aposentos de S. M. El-rei. (Autorisação de 16-8-1902).

Até 30-6-1903	12:058$055
Até 30-6-1904	6:999$925
Até 30-6-1905	3:999$940
Total	23:057$920

Arranjos no atelier e sala d'armas de S. M. El-rei. A. de 3-11-1902 .... 1:699$980

Recapitulando:

Aposentos..................	69:325$380
Compartimentos contiguos..	23:057$920
Atelier e sala d'armas.....	1:699$980
Total	94:083$280

A estas despezas, como ás outras de igual natureza a que n'este logar me tenho referido, não levanto nenhum genero de objecção nova. As minhas objecções são sempre as mesmas. Os 94 contos não me affectam: o que me affecta é que esta somma consideravel seja justificada por estas rubricas — *melhoramentos, arranjos; arranjos, melhoramentos.* 69 contos de *melhoramentos,* 23 contos de *arranjos* não excedem a minha paciencia — essa, como a dos meus concidadãos, não tem limites — excedem o alcance da minha razão, pois continúo a não compreender que, em simples *arranjos* e em simples *melhoramentos,* se dispendam sommas que, assim justificadas, tomam, sem exagero, proporções fabulosas.

Não é possivel que simples melhora-

mentos e simples arranjos nos aposentos do rei, tenham custado 94 contos. Para que assim succedesse, seria necessario que esses aposentos não fôssem os do rei, personagem veridico, mas os do principe Aladino, personagem de chimera e que, por ser de chimera, habitava um palacio d'ouro, cravejado de brilhantes.

A' medida que a *Lucta* vae publicando as contas das despezas feitas nos paços reaes, a titulo de obras, vamos entrando pelos dominios não já do sumptuoso, do ostentoso, do luxuoso, mas do maravilhoso. Deixei o leitor no palacio de Aladino, todo feito d'ouro e todo cravejado de brilhantes. Vamos entrar nas cocheiras e cavallariças de Aladino.

Aladino era, como se sabe, um principe a quem a fortuna nada recusava, graças a uma lampada de que elle era possuidor e que tinha o poder das varas magicas, isto é, o poder de satisfazer todos os seus

desejos e caprichos. A lampada de Aladino é, no caso de que se trata, o tesouro publico, mas, como vamos vêr, não faz menores prodigios. O tesouro publico não é dos contos das *Mil e uma noites:* somos nós. Pois bem, leitor, nós possuimos a riqueza e a fecundidade das forças fabulosas engendradas na imaginação oriental da sultana Schéhérezade. Nas mãos dos senhores da Casa de Bragança não somos um povo: somos um talisman. Basta invocar-nos batendo com o pé, e se nos pedirem uma chuva d'oiro, damos essa chuva d'oiro.

Entremos, porém, nas cocheiras e cavallariças de Aladino.

De que material são ellas feitas? — Não sei. Qual o seu valor? — Ignoro-o. Essas dependencias dos palacios reaes devem ser, no entanto, de uma extraordinaria riqueza, se reflectirmos que só alguns reparos n'uma d'ellas, a do palacio das Necessidades, custaram ao tesouro — 75:073$250 réis.

Quando alguns simples reparos custaram esta somma enorme, em relação ao

significado da palavra *reparos*, o que terá custado o edificio? e digo *edificio*, porque cocheiras e cavallariças de tão dispendioso trato não podem deixar de ter uma structura grandiosa.

Eis aqui, porém, que as contas da *Lucta* nos revelam o custo de uma d'essas cocheiras e cavallariças — as do real paço da Pena, e essas importaram em 140:780$525 réis. Os curraes de Augias, que, todavia, abrigavam trinta mil bois, não terão custado tanto.

Quanto custaram as cavallariças do sr. infante D. Affonso? Pouco. O sr. infante não tem proporções regias. É um filho segundo. No entanto, custaram 27:257$500, devendo, porém, o leitor reflectir que estas cavallariças se destinam apenas — aos muares.

A totalidade das contas da *Lucta* é de 258:922$364 réis, e eu não detalho mais. É inutil.

A Casa de Bragança é um conto arabe e póde indistintamente ser — A *Lampada maravilhosa*, *Harum-al-Raschid*, ou *Ali-Baba, ou os quarenta ladrões*.

A *Gazeta de Colonia* diz as ultimas coisas do Portugal rotativo. Uma Falperra! Segundo essa folha allemã, os partidos rotativos nunca representaram principios, mas «só e simplesmente interesses particulares, de grupos de negociantes e outros, que andavam á cata de concessões e monopolios e que achavam sempre politicos com quem se entendiam». «Era uma pandega eterna de pilhagem, emprestimos e dividas, acrescenta a referida folha. Entre os dois partidos monarchicos havia accordo completo e o dinheiro do Estado era para aquelles que estavam no poder, que deviam comer o que podessem.»

A dictadura e os estrangeiros.

Eu, por mim, não tenho uma palavra a objectar a estas informações, que só são da *Gazeta de Colonia* pelo facto de serem publicadas no referido jornal. A *Gazeta de Colonia* sabe tanto o que se tem

passado em Portugal como eu sei o que se passa na China. Estas informações vão de Lisboa, está claro, e são dictadas por partidarios do franquismo aos amigos que este diz ter na colonia estrangeira. Repare-se que estes artigos são sensivelmente os mesmos em todos os jornaes estrangeiros, expondo os mesmos factos, quasi pelas mesmas palavras e até, em favor da dictadura, as mesmas allegações, uma das quaes é a de que Portugal é um paiz de analfabetos, incapaz de compreender as vantagens do sistema parlamentar; mas, repito, não tenho nada a objectar a esses factos, posto se me afigure revoltante que haja um governo portuguez que se proponha, na falta de solidariedade dos nacionaes, governar com a solidariedade dos estrangeiros.

O que cada vez mais me surpreende é a attitude dos partidos monarchicos, visados n'estas referencias escandalosas e expostos assim a uma desqualificação que já não é nacional, mas universal. Esses partidos e os seus homens enchem-me de espanto. De que são elles feitos? de que

massa? Ou tem elles a consciencia da justiça das accusações que lhes fazem e curvam a cabeça? N'este caso, o que seria logico seria que renunciassem não só á vida politica, como á vida social, e entrassem n'um convento de carmelitas descalços. Não renunciam nem a uma nem a outra e renunciam tão pouco que estão dispostos a, outra vez, — governar, e aqui está, então, outro facto que tambem me surpreende, ou antes me intriga, pois não comprehendo como é que poderão voltar a governar o paiz, partidos proclamados *urbi et orbi* como quadrilhas de ladrões.

Os paços reaes.

Os partidos monarchicos são ferozmente accusados de terem posto o tesouro a saque. Ha, porém alguma coisa de que não os podem accusar — é de não serem monarchicos, pois se realmente puzeram o tésouro a saque, em grande parte o fize-

ram em favor da monarchia. A monarchia não se lhes mostra por esse motivo grata, mas não importa! — Foi assim.

E' vêr as contas da *Lucta*. Essas contas vão n'um tal *crescendo* que não sei onde irão parar. E' verdadeiramente o saque. Não se esbanja assim o bem alheio em nome de nenhum principio e de nenhuma necessidade. Pois bem! O que é que as contas da *Lucta* até aqui verificam? Verificam que uma grande parte, uma parte considerabillissima das sommas do tesouro, dissipadas pelos partidos monarchicos, foram servir ao culto da realeza. Centenares de contos se afundaram em obras nos paços reaes.

Agora mesmo a *Lucta* publíca uma das suas ultimas contas, que são as das despezas feitas com obras no palacio da Pena, e sabe o leitor em quanto importaram essas obras? Já o deve saber — importaram em 220:569$580 réis. E sabe quanto custou á nação que o comprou, o palacio de que se trata? O leitor imagina talvez, dado o custo das obras, que o palacio custou tres, ou quatro mil contos.

Pois não custou tal somma. Este palacio, onde se fazem obras na importancia de duzentos contos, custou — cem contos.

E' o absurdo, não ha duvida, e este absurdo póde ser imputado ás administrações monarchicas que o tornaram possivel, mas quem menos autoridade tem, creio eu, para as chamar á responsabilidade é a monarchia.

E', no emtanto, isto o que succede. A monarchia faz o processo dos monarchicos, que por muito a amarem, que por a amarem até ao desvario, praticaram todas as loucuras do amor e da paixão.

Ha homens que se arruinam por mulheres. Por amor á monarchia, os monarchicos arruinaram — o paiz. A monarchia não lhes é grata e corre com elles. Sempre assim foi na historia das paixões dispendiosas.

Uma das razões que as instituições liberaes allegam, pela bocca do chefe franquista (ainda ha dias o allegavam nas columnas da *Gazeta de Colonia*) para explicar á Europa o facto de nos governar com um chicote na mão, é que nós somos — um povo de analfabetos.

A dictadura e os estrangeiros.

Parece que ser analfabeto é, como ser preto, uma condição natural e que essa condição é a dos portuguezes. D'outra fórma não se explica que as instituições liberaes tenham o desplante de dizer que nos tratam a chicote, porque nós somos analfabetos, porquanto se o somos só a ellas o devemos, visto ser a cargo d'ellas que ha setenta annos está o cuidado de nos instruir. Não nos instruiu, ou instruiu tão poucos de nós que aquelles que não pertencem ao numero dos analfabetos estão para estes na proporção de 20 a 30

para 100, e vem agora allegar para nos opprimir que nós somos um bando de alarves sem cultura!

E' um cumulo!

Estas informações para a imprensa estrangeira, tão reconhecidas como legitimas que o governo as faz reproduzir nos seus orgãos officiosos, provam, no entanto, mais do que nenhuma outra allegação, que somos um povo cahido na ignominia social da ignorancia.

Sem essa ignorancia ou, pelo menos, sem uma ignorancia tão vasta que quasi annulla no seio da sociedade o sentido da palavra *cidadão*, o governo que tivesse a ousadia de se servir da sua autoridade para infamar o seu paiz perante o estrangeiro, expiaria cruelmente este verdadeiro crime de lesa-patria.

Sim! Isto prova que somos um povo de analfabetos. O peor é que quem paga as favas do analfabetismo somos nós, os que não somos analfabetos. Ha em Portugal um milhão de homens que querem ser livres. Sob o pretexto de que ha quatro milhões que ainda não formularam esse de-

sejo, o milhão livre está condemnado á servidão. Tremendo infortunio é ser um homem livre n'um paiz de escravos. Esse, hade ser escravo tambem!

A's vezes persuado-me de que os portuguezes nasceram para escravos e que esta é a sua patria, como asseverava Byron. E' quando recebo uma d'essas cartas anonimas, em que um pobre diabo qualquer me procura convencer de que o franquismo veio salvar o paiz das garras dos rotativos.

O franquismo.

Assim, eis aqui cidadãos de um Estado considerado perdido, por se encontrar não nas mãos, mas nas garras dos partidos. Esses partidos são a unica razão de ser do regimen politico em vigor. Não são, porém, no pensar de muitos, de numerosos cidadãos, partidos politicos: são bandos de abutres, por isso que tem garras.

O que é preciso fazer? Eliminal-os. Pois bem! Esses cidadãos são tão intrinsecamente escravos que não tem nem iniciativa, nem coragem para os eliminar e como lhes apparecesse um homem que lhes prometteu fazel-o, embora não o faça, entregam-se-lhe de pés e mãos, esquecidos, os pobres! de que seria preciso, para que esses partidos desapparecessem, que desapparecesse o proprio regimen que os tem alimentado e se alimenta d'elles.

Ah! no fundo, eu rio-me bem d'estes servos de nascença, que não podem passar sem um senhor. Grande vai ser a sua decepção e essa virá breve! Elles imaginam-se livres das garras dos rotativos. Esperem por isso! Os rotativos ahi estão aguçando novamente as suas famosas garras, e quando elles se reapossarem do poder, de que só momentaneamente foram privados, eu sempre quero vêr a cara que fazem os patetas que acreditaram a serio que o franquismo vinha salvar o paiz da anarchia e da corrupção conservadoras! Para fugir á immoralidade rotativa cairam no despotismo franquista e não tiveram

pejo de o reconhecer como necessario, como se um povo livre precisasse ser opprimido para ser bem governado. Hão de recair na immoralidade rotativa. Já o Paço a sollicita e deplora que ella não tivesse comparecido á sua ultima recepção. Já ella, por baixo de mão, lhe manda os seus cartões de visita. Não tardará que, após a Virtude triumphante, campeie de novo a Immoralidade triumphante, e eu terei ensejo de perguntar a esses patriotas, alguns dos quaes me seringam com cartas inçadas de erros de ortografia, como entenderão ainda salvar a patria.

Não a salvarão, está claro, nem o tentarão fazer, porque d'essa categoria de portuguezes não ha nada a esperar. Quando a derrocada do franquismo, com as suas tremendas decepções, tiver provado que o mal não é dos partidos, mas do regimen, porque, partidos e regimen são uma e a mesma coisa, recolherão a casa de orelha murcha e esse será o seu derradeiro gesto civico.

Outro que jura pela sua honra — o sr. Julio de Vilhena!

O sr. Julio de Vilhena é, dizem, um homem de espirito, ao contrario da generalidade dos nossos homens politicos, que são uns semsaborões.

Pois não o parece!

O que é proprio dos homens de espirito é fugir pela originalidade do pensamento e da dicção, ás idéas e as formulas vulgarisadas. Ora, os juramentos pela honra estão de rastos. Toda a gente jura pela sua honra, mesmo os peores trocatintas, e como se explica que, sabendo-o, o sr. Julio de Vilhena cahisse n'essa vulgaridade torpe e não encontrasse no seu apregoado espirito, senão uma idéa nova, uma formula nova para se exprimir?!

Julio de Vilhena.

E' verdadeiramente lamentavel que o sr. Julio de Vilhena tivesse começado a

nova fase da sua carreira politica por uma banalidade compromettedora para a reputação do seu espirito e d'ahi para a reputação do seu caracter, pois não ha nada, hoje em dia, que mais nos faça desconfiar de um homem d'honra do que o facto d'elle invocar — a sua honra. Emquanto não o faz, a sua honra está ao abrigo de suspeitas. Desde que o fez, começa a tornar-se suspeitosa.

Eu sei! eu sei! — o sr. Julio de Vilhena é um homem d'honra; mas porventura não tem sido homens d'honra os que antes d'elle e como elle deram a sua palavra d'honra e faltaram a ella? Esses tambem, como o sr. Julio de Vilhena, eram homens d'honra e honra incontroversa. Fossem lá discutir a sua honra! fossem lá pôl-a em duvida! Tal como succede com o sr. Vilhena, a honra d'esses era um dogma — para os outros. Comtudo, taes compromissos d'honra levou-os o vento. Assim hoje, elles não têm valor, ou têm um valor negativo, isto é, não abonam e são suspeitos. A opinião escabriada, quando ouve fazer um juramento d'honra, des-

confia logo que o individuo que o faz está para lh'a pregar.

O que ainda assim attenúa a significação do juramento feito pelo sr. Vilhena é o facto d'elle ter jurado «corresponder á grandeza da missão» que lhe confiaram. A formula do seu juramento foi esta: «Juro pela minha honra corresponder, pelos meus actos, á grandeza da missão que me confiam.»

Quem jura fazer coisas grandes e o faz pela sua honra, tem algum direito a ser acreditado, porquanto não se tomam compromissos d'esta natureza todos os dias. O sr. Julio de Vilhena que jura fazer coisas grandes, lá tem as suas razões.

Os paços reaes.

Os jornaleiros, a quem o franquismo cortou as ferias, tiveram realmente muito pouca sorte, porque entre tantos individuas vivendo do Estado, foram os unicos

— os unicos! — que soffreram com o apregoado programa de economias de João Franco. Os restantes funcionarios lucraram, porque é curioso que não houve programa de economias mais mãos-rotas.

Dentro do plano d'esse programa de parcimonia até á crueldade, estava a affirmação declamada pelo chefe do governo, na camara dos pares, de que se é certo que se tinham feito adiantamentos illegaes á Casa Real, bem certo era tambem que não voltariam a fazer-se, affirmação que causou funda sensação em todo o paiz e ultramar, pois tinha todo o ar de um desafio á corôa, e João Franco manteve durante algum tempo em Portugal o equivoco simpatico de que estava governando contra a corôa.

Afinal — pobres jornaleiros! nem mesmo este ponto do seu programa João Franco veio a cumprir, pois se verifica que na occasião em que elle affiançava na camara dos pares que não mais se fariam adiantamentos á Casa Real, já os tinha feito. É o que nos revelam os contos das *Mil e uma noites*, da *Lucta*, ao referir-nos as

opulencias asiaticas de duas simples salas de jantar dos palacios da Ajuda e das Necessidades, onde, só em obras, se gastou até hoje a inverosimil somma de — réis 223:399$580. Para as obras de uma d'essas salas, a do palacio das Necessidades, João Franco e o seu programa de economias contribuiram logo de entrada com 40 contos de réis.

Assim, meus pobres jornaleiros, vós fostes as unicas victimas do programa de economias do franquismo. Mas tambem, para que vos haveis limitado a ser, dentro do orçamento, — jornaleiros? Porque não fostes um principio ao qual nada se recusa? Porque não fostes uma sala de jantar das Necessidades, ou da Ajuda?

Os rotativos.

A dictadura alcançou hontem, depois de tantas, mais uma prova de confiança da corôa.

Entretanto, verifica-se este facto singu-

larissimo: emquanto as disposições dos partidos monarchicos para com a dictadura chegam ao auge da animosidade (alguns jornaes monarchicos appellam em grita para o paiz), as suas disposições com a corôa são excellentes. Repellem a dictadura, mas continuam a acceitar o rei, de braços abertos, e não sei, não digo já de maior indignidade, porque não quero empregar inuteis palavrões, mas de maior desconchavo do que este.

Com effeito, a solidariedade do rei com a dictadura augmenta na medida em que esta se vai tornando impopular, de fórma que se houve um tempo em que ainda foi possivel para alguns distinguir entre rei e dictadura, hoje já não é licito estabelecer similhante distinção. Rei e dictadura são uma e a mesma coisa, e se assim é, como se entende que os partidos monarchicos estejam em guerra contra a dictadura e não estejam em guerra contra a corôa? Para a dictadura pedem as penas do inferno; ao rei mandam cartões de visita.

O leitor, que presta culto á razão, entende? Eu não entendo.

Todavia nem tudo o que não entendemos é inintelligivel. Factos ha que não entendemos, se lhe applicamos um criterio rectilineo, e que se tornam immediatamente intelligiveis, se deixamos de lhe applicar a razão abstracta, para os apreciar segundo razões concretas, porque ha *razão* e — *razões*.

Ora, os partidos monarchicos portuguezes têm razões para estabelecer entre o rei e a dictadura a disparatada distinção que verifiquei, e essas razões — são obvias. Se não estabelecessem tal distinção, isto é, se compreendessem no mesmo odio a corôa e a dictadura, esses partidos incapacitar-se-hiam para servir o rei, e como a sua função não é outra, incapacitar-se-hiam como partidos.

Como partidos ao serviço do rei precisam do rei e por muito que o rei mostre dispensal-os, elles é que não o dispensam.

Aos olhos do vulgo, que se rege por uma moral que não é a dos partidos monarchicos, este facto parece pelo menos disparatado. Para a moral d'esses partidos não o é e justificadamente. Imagine-se

simplesmente que os partidos regenerador e progressista se declaravam incompativeis com a corôa. Era o diabo para a corôa? — Não! Era o diabo para elles. Ficavam incompativeis com elles mesmos.

A dictadura.

Verifiquei ainda ante-hontem que um dos primeiros actos do governo, que assegurou não fazer adiantamentos á Casa Real, foi adiantar-lhe quarenta contos de réis para essas fantasticas obras nos pharaonicos palacios que abrigam os representantes da familia de Bragança. O que, porém, mitiga a significação d'este acto de prodigalidade do governo activo e moralisador que o destino collocou junto da corôa, é o facto de elle não ter prejudicado o seu programa de economias, pois do mesmo passo que o vemos dar de presente á Casa Real quarenta contos de réis, vemol-o avaramente e duramente retirar

a uma escola, como é o liceu secundario da Povoa do Varzim, um magro subsidio de um conto de réis, que lhe permittia ministrar ensino a mais de cem alumnos.

Alguns cidadãos da Povoa, encontrando-se de passagem em Lisboa, aproveitaram o ensejo para tornar publico aquelle facto nas columnas do *Seculo,* acompanhando-o de algumas justas recriminações. Se elles, no entanto, tivessem lido o *Seculo* de poucos dias antes, consolar-se-hiam talvez dos males que a causa da instrucção está padecendo na Povoa, mercê d'este novo sistema de administrar que consiste em abrir palacios para reis e fechar escolas para meninos, pois localidades ha em que a causa da instrucção soffre vicissitudes peores, e de uma d'ellas justamente falava o *Seculo.*

A localidade em questão é o logar da Feliteira, freguezia de Dois Portos, e não se imagine que é no deserto: é a seis leguas de Lisboa. No logar da Feliteira ha uma escola official mixta, frequentada por cerca de cem creanças e tendo á sua frente, uma professora, a sr.ª D. Firmina

Dias, «incansavel no desempenho dos seus deveres» — escreve o *Seculo*.

Pois bem! Esta escola, que já apresenta a exame alumnos que n'elles obteem distinções, está votada a um tão completo abandono que vive positivamente de esmolas. Os alumnos não têm onde se sentarem e escrevem por turnos de 6 e 8, em quatro toscos taboões de pinho. Cadeirinhas de todos os feitios e dimensões, trazidas das suas pobres casas pelos proprios alumnos, completam o estranho mobiliario escolar, e — dizem da localidade onde se passam estes sucessos commoventes — «se a propria professora tem uma cadeira, uma meza e um quadro para exercicios escolares, isso se deve a uma subscripção particular que fez face a essa despeza.»

E' calamitoso? Sem duvida.

Consolem-se, porém, os povos da Feliteira e Povoa do Varzim, pensando que n'essa calamidade que é a instrucção publica em Portugal, se funda a dictadura, que a invoca dentro e fóra do paiz como sua razão de existencia, e que a dictadura é um bem tão grande que vale a pena dis-

pensar-nos de ser um povo culto, para que a nossa incultura justifique a permanencia do seu joelho tutellar sobre o nosso cachaço.

Ao receber os jornaes da noite que um vendedor lepido me traz pontualmente a casa, galgando a quatro e quatro as escadas do meu alcandorado 3.º andar, lancei os olhos para um d'elles e li isto:

«Partiu para Coimbra, onde vae frequentar o terceiro anno da Faculdade de Direito, o sr. Frederico Schindler Castello Branco, filho estremecido do sr. presidente do conselho, e um dos estudantes mais laureados da Universidade, pelo seu talento e pela sua applicação ao estudo.»

A imprensa.

O leitor presume talvez que esta informação affectuosa vem publicada n'um jornal do governo e que eu vou contestar aos jornaes do governo o direito de inserir informações affectuosas ácerca das pessoas da familia do seu chefe.

Nada d'isso.

A informação affectuosa a que me refiro não a li n'um jornal do governo, mas n'um jornal de opposição, e não n'um d'esses jornaes de opposição aos governos, que parecem inventados pelos governos, mas n'um jornal de opposição intransigente, n'um jornal de opposição feroz, n'uma palavra, nas *Novidades,* e por isso mesmo não pude, ao lel-a com um sorriso, furtar-me á tentação de registar as impressões que ella me causou e que são as seguintes.

O deputado da maioria (creio que foi um deputado da maioria) que em tempo disse que a opposição a João Franco fôra uma *opposição de bandidos,* exaggerou consideravelmente os factos.

Se em Portugal ha bandidos, esses não se entreteem a fazer opposição aos governos. Ao contrario, segundo o conceito profusamente espalhado, do franquismo cosmopolita, os bandidos tem estado no governo, o que os incapacita para estar na opposição.

A opposição é verificadamente feita por

gente de toda a cordura, e se ha quem o tenha verificado é João Franco e é o franquismo.

N'outra sociedade que não fosse a nossa, constituida de tão prudentes cidadãos, João Franco e o franquismo só seriam verosimeis no meio de uma borrasca social sem exemplo, e eu ouço com effeito dizer que esse homem e a sua facção têm provocado odios, mas o que esses odios são dizem-n'o as *Novidades* e a quasi totalidade da imprensa portugueza, que pretende estar em guerra aberta com a situação politica.

Justamente, se deveria haver uma corporação indisposta com Franco e o franquismo, deveria ser a da imprensa, a qual elle humilhou até aos maximos limites. A imprensa que existe em Portugal, existe tão sómente por favor de Franco. A um aceno seu tem desapparecido jornaes. A um outro aceno seu e se isso lhe passar pela cabeça, desapparecerá a imprensa toda. O jornal *O Mundo* todos os dias adverte o seu publico de que está coacto, e aquelles que não lhe fazem esta adver-

tencia egualmente o estão. Ao direito de critica e ao proprio direito de publicidade, só Franco põe limites. Em homenagem a este adventicio omittem-se razões e omittem-se — factos. Ha, com effeito, factos que são do dominio publico e dos quaes a imprensa portugueza não se póde occupar. Os jornaes estão sob o peso da lei — prohibitiva, e do arbitrio — insolente.

Era, pois, este, creio eu, o momento de a imprensa mostrar pelo menos um justo resentimento, retirando ao seu perseguidor toda a simpatia e toda a deferencia; mas a imprensa, como a sociedade, é tão pouco susceptivel de offensa, ou tão pouco rancorosa, que ainda encontra meio de distinguir em Franco o homem politico e o homem particular, não perdendo ensejo de prestar a este homenagens affectuosas que, como a das *Novidades,* só se prestam a collaboradores, ou a amigos. Quando pensamos, porém, que esse jornal acaba de ser objecto de um acto de perseguição de Franco, a nossa surpreza sóbe de ponto; mas quando reflectimos que esse jornal, de uma tão perfeita cordealidade para

com Franco e familía, foi o mesmo que ha pouco ainda amargamente se queixava da imprensa por esta não haver dado solidariedade completa ao bloqueio da personalidade franquista, na execução da chamada «pena do silencio» — obra de sua iniciativa, a nossa surpreza não conhece limites, e nós acabamos por compreender que Franco e as suas audacias sejam possiveis, quando os seus adversarios são d'esta força.

O *Portugal,* folha catolica, registando a noticia de que o governo vai decretar a dotação do clero, applaude essa medida, mas vai advertindo os seus autores de que não pensem em realisar d'esse modo uma obra de suborno.

O franquismo.

«A classe sacerdotal, escreve a referida folha, é nobre de mais para se vender. Se fosse o empenho do governo esse, o clero,

como um homem só, repelliria essa affronta. Pediu justiça: não pediu favor. Agradecem-se as finezas e os favores: — não se agradece o que é devido, o que é justo. Assim se pensa e assim se fará.»

Tambem eu préguei esta doutrina aos caixeiros que mandavam — gratos ao descanço semanal — telegramas á dictadura e, no entanto, os telegramas choveram. Não quero affirmar que outrotanto succeda ao clero, o que não nos impede de verificar que o processo franquista de captar solidariedades não differe essencialmente do processo rotativo, sendo talvez este mais barato.

O rotativismo adquiria, mediante favores, a solidariedade individual; o franquismo procura adquirir, mediante favores, a solidariedade collectiva. O rotativismo comprou talvez algumas sédes de districto, ou sédes de concelho; o franquismo quer comprar — o paiz. Plano evidentemente largo, porém mais caro.

O processo é o mesmo, disse eu. Em tudo é o mesmo. Assim, por exemplo, o

rotativismo corrompia com o dinheiro da nação; e com que imagina o leitor insufficientemente informado, que o franquismo pretende corromper? Com o dinheiro de João Franco? Isso sim! Esse está fechado a sete chaves. — Com o dinheiro da nação!

Esses senhores todos, rotativos e não rotativos, têm d'este modo procurado fortalecer-se e engrandecer-se á nossa custa. Quando elles invocam a opinião, não é na realidade na opinião que se fundam, mas nos interesses que satisfizeram á nossa custa. Assim, o nosso rico dinheiro serve para tudo, até para forjar argumentos contra nós, pois quando João Franco diz, por exemplo, que a opinião está com elle e contra nós, não se refere senão a essa opinião que suppôz adquirir a expensas nossas.

O clero faz bem em declarar que não se deixa subornar. Assim ficamos sabendo ao menos que os beneficios legitimos que auferir da dictadura não se traduzirão em excommunhões contra nós — os desassociados, os desirmanados, os *de-*

classés, que, por não constituirmos classe, não gosamos as honras e as vantagens do suborno.

Uma festa escolar.

Na festa escolar que acaba de realisar-se em Lisboa, João Franco apresentou ás creanças o principe real como estudante laureado, já se vê nos exames do paço das Necessidades, pois não consta que o principe tenha recebido louros n'outra parte.

Seja, porém, como fôr, apresentou-o como estudante á assembléa infantil. Ao entrar-se, porém, na distribuição dos premios, não foi como estudante que o principe se conduziu: foi como um sultão, pois deu beija-mão a todas as creanças, que ajoelharam para receber os premios. «As creanças, escrevem os jornaes, ajoelhavam aos pés do principe, que estava de pé e beijavam-lhe a luva, recebendo em seguida o diploma.»

Era o que faltava a este senhor de roça

que é João Franco — avassalar as creanças! Tudo de bruços perante a realeza: clero, nobreza e povo, adultos e menores! Assim o entendeu e assim o teve.

O que é curioso é que, entre outros logares-communs, João Franco disse n'essa festa que só a instrucção faz o homem. A instrucção iniciada por meio de ceremonias de beija-mão e joelho em terra, não faz no emtanto homens, mas prepara escravos, e se João Franco devesse tornar-se vitalicio, esta seria a sociedade que elle organisaria para goso seu e da realeza — uma sociedade que andasse de gatas em volta d'estas duas structuras: o trono e o governo.

Quanto ao principe, embora estudante laureado nos exames do paço das Necessidades, não nos dá elle boa idéa de si, tendo-se prestado como notoriamente se prestou, a representar esse papel de senhor feudal, n'uma sociedade livre.

Os jornaes conservadores exaltam frequentemente as qualidades d'esta vergontea regia mostrando-a sob o aspecto lisongeiro de um espirito que alvoresce

para todas as idéas modernas. Assim será, mas não o parece. Ao contrario, parece que o joven principe é um organismo assaz archeologico para ser moderno. Um principe moderno não dá beija-mão, nem consente que alguem ajoelhe aos seus pés. Essas demonstrações de vassalagem deveriam, se elle fosse moderno, apparecer á sua razão como coisas indignas do homem d'hoje. Acceital-as, reconhecel-as não é de um contemporaneo: é de um antepassado, e os antepassados só se supportam com o flagello das suas idéas e superstições, pelo facto de estarem ha muito tempo reduzidos a pó — elles e ellas.

O rei.

Devem estar todos lembrados do que se passou na ultima reunião do conselho de Estado, presidida pelo rei. Assistiu a essa reunião, entre outros conselheiros d'Estado, o sr. Antonio d'Azevedo Castello

Branco. Assistiu e, está claro, expoz a sua opinião sobre a situação politica. A opinião do sr. Antonio de Azevedo é, como se sabe, hostil á dictadura, e um momento houve da sua exposição em que sua ex.ª, voltando-se para o rei, disse n'um tom de energia: «Isto não póde e não deve continuar!» Ora, n'este momento, o rei, que parecia ouvil-o com uma attenção que nem sempre dá ás falas dos seus conselheiros, fez com a cabeça não sei se dois se tres (a historia fixará mais tarde este pormenor) acenos de cabeça e não no sentido negativo que é assignalado por um movimento lateral da cabeça, mas no sentido confirmativo que se traduz pelo movimento vertical — de cima para baixo.

Estão todos certamente lembrados ainda da significação que se pretendeu attribuir a este gesto, tornado publico. Elle pareceu a muitos o signal da queda da dictadura, á qual os mesmos orgãos conservadores marcaram por esse motivo um fim proximo.

Vã esperança! — Poucos dias depois publicava-se o decreto dos adiantamentos.

Dir-se-hia, depois d'este verdadeiro insuccesso, que a attitude que o rei toma diante dos seus ministros, passaria a ser de futuro absolutamente vazia de sentido. Pois não! Não é. O rei continua a ser para os espiritos supersticiosos um personagem tão cheio de significação que, mesmo quando não diz nada, diz alguma coisa.

Assim, por exemplo, o sr. Julio de Vilhena teve uma conferencia com o rei, depois da sua investidura na chefia do partido regenerador. Disse o rei alguma coisa? Parece que não. Fez alguma coisa? Parece que não. No conselho de Estado fez acenos de cabeça. Na conferencia com o sr. Vilhena nem isso fez.

Pois bem! D'isso mesmo, d'esse mutismo e d'essa immobilidade o sr. Vilhena concluiu alguma coisa — a seu favor. «Com a franqueza propria do seu caracter, refere o sr. Vilhena no seu ultimo artigo do *Popular*, expoz singelamente a situação e embora a sós, *el-rei não se moveu na sua cadeira em manifestações de desgosto.*»

Aqui está. El-rei não se moveu. Logo, el-rei pronunciou-se.

N'estes termos, porque razão em vez do rei não está no trono um Bhuda? Se o rei, mesmo sem se mover na sua cadeira, como diz o sr. Vilhena, exprime grandes, profundas, misteriosas coisas, porque razão, ou antes para que é elle de carne e osso e porque não é de granito, ou de bronze?

Se algum dos leitores nunca viu um documento historico e tem curiosidade de o ver, procure nos jornaes as declarações do rei de Portugal a um redactor do *Temps*.

O rei. — A entrevista do «Temps».

Eis ahi um documento historico. Não o parece, não é verdade? Parece apenas a tagarelice de um rei com um jornalista. Não o é. E' um documento historico. D'aqui a cem annos, ainda se falará n'elle.

O leitor incredulo, o leitor sceptico, o leitor que anda na lua, sorri. O leitor, no

fim de contas, não é menos perspicaz do que muita gente que só reconhece a historia, quando ella já passou. No entanto, o que é interessante e para muitos constitue um verdadeiro goso na vida, é presenciar a historia, como se está presenciando um espectaculo, e vivel-a, ser na historia embora um comparsa, não importa! mas ser um comparsa consciente.

O leitor não é esse comparsa? Tanto peior para o leitor, que não saboreia o prazer de viver, n'uma das suas mais agudas manifestações sociaes.

Eu — não tenho duvida em o revelar — saboreio esse prazer. Vivo todos os dias a historia. Quando sáhio para a rua e me misturo com a sociedade e com o seu marulho, tenho a impressão de que me estou a ver a mim mesmo e a ella, a um seculo de distancia.

Muitas vezes nos succede, lendo a historia, dizer comnosco: Como desejaria ter vivido n'essa época! Eu goso o prazer de viver n'uma época historica. Por isso, que attenção lhe presto! e como ella me diverte e commove!

Quando li nos jornaes as declarações politicas do rei, senti-me transportado a um lance de teatro e, até certo ponto, ao teatro. Do logar em que estava vi o rei, ouvi-o, senti o rumor que as suas palavras provocavam, presenciei n'uns o espanto, n'outros a colera, em outros o vexame. 4.º acto? 5.º acto? Que sei eu! Quasi applaudi!

N'este momento, todo eu sou olhos, todo eu sou ouvidos. As declarações do rei são um documento historico. Elle mesmo é um personagem historico por excellencia. Não é um rei para ser soletrado nas aulas de instrucção primaria, como Sancho II, o *Povoador*, ou D. Fernando, o *Formoso*. E' um rei que dará, mesmo nos compendios para uso das escolas, alguma coisa mais do que uma apagada antonomasia. Com elle, quantos personagens historicos, apezar de serem tão contemporaneos que são nossos visinhos! e é isto porventura banal viver no meio de personagens historicos e respirar o seu ar, dar-lhes encontrões, dar-lhes piparotes, dar-lhes um dedo de cavaco?

tas! Duvidam da realidade, esfregam os olhos, dão beliscões nas pernas. Estarão realmente acordados?

Afim de se convencerem da sua desdita esperam o *Temps*, que chega á tarde pelo *Sud-Express*. Quem sabe? Talvez tudo tenha sido um sonho! Talvez as declarações do rei ao *Temps* sejam uma *blague!* Talvez o *Temps* seja outra!

Entretanto, alguns amigos dos dois velhos e tropegos partidos pensam, afim de os poupar a uma ultima e talvez fatal commoção, sequestrar o *Temps* quando elle chegar, ou — dar-lh'o em pilulas.

Os partidos monarchicos têm dado estes dias um gasto terrivel aos diccionarios francezes. No partido progressista ha, segundo creio, um unico Littré, que pertence á biblioteca do sr. visconde de Seabra e que não tem chegado para as encommendas. O exemplar da Bibliotheca Nacional tambem tem sido muito consul-

tado, afóra, já se vê, os pequenos Roquettes, considerados omissos. No partido regenerador tem servido um Bescherelle do sr. Campos Henriques, a que faltam folhas, além de um Domingos d'Azevedo, emprestado pela Livraria Rodrigues, e que anda de mão em mão por casa dos marechaes.

Trata-se, como se sabe, da palavra *caractère,* empregada pelo rei na sua entrevista com o redactor do *Temps.*

Os partidos monarchicos não sabem se devem ou não considerar-se offendidos pelo facto de o rei ter dito que ao procurar um homem de caracter *(caractère),* só encontrára o valído Franco, e por tal motivo levantou-se entre elles um debate de grammaticos, sustentando uns que *caractère* quer dizer *caracter* e asseverando outros que essa palavra quer dizer—*animo.*

Os monarchicos liberaes, aos quaes intimidam as soluções intransigentes, insistem em que o rei quiz dizer—*animo* e, perante esta insistencia, o grupo dos que traduziam *caractère* por *caracter* começa a mostrar-se tanto mais vacillante quanto

a versão dos primeiros, se não se funda em fortes razões filologicas, concilia um grande numero de conveniencias. N'este ponto de vista o diccionario que conciliaria todas seria aquelle em que a palavra *caractère* tivesse o sentido que os partidos monarchicos desejam attribuir-lhe e não outro. Não tendo sido ainda encontrado esse diccionario é, como disse, grande a azafama no seio dos referidos agrupamentos politicos, n'este momento absolutamente absorvidos pela tarefa de — *tirar significados.*

Um grammatico extranho á ortodoxia partidaria appareceu a dizer que se o rei tivesse pretendido significar que procurara um homem animoso ou energico, ou forte, não diria *un homme de caractère,* mas, mais precisamente, *un homme à poigne.* Esta versão, porém, não encontrou écco.

Assim, o problema moral dos partidos monarchicos é um problema grammatico. Quem deve em ultima instancia pronunciar-se sobre a dignidade d'esses partidos é — o sr. Candido de Figueiredo.

Noticias do Brazil dizem que a colonia portugueza está, por motivo da dictadura, muito dividida. Ora ainda bem! e digo *ainda bem,* porque muito mau era que não o estivesse. O erro só é o erro emquanto congrega a unanimidade das opiniões. Desde que ha um que discorda, já não é o erro: é apenas a verdade que está fazendo o seu caminho. No Brazil, muitos, numerosos portuguezes discordam da dictadura. Ainda bem! O que isso significa é que no Brazil, como em Portugal, a verdade está em marcha. Emeritos Tartufos deploram essa divisão. O que seria deploravel é que houvesse o accordo. Se todos em Portugal e no Brazil concordassem em que a dictadura é legitima, Portugal estava perdido. Desde que a respeito d'esse facto se estabeleceu o desaccordo, ha de salvar-se, porque a dictadura não é um fenomeno politico, ácerca do qual possam manter-se pendentes opi-

Os portuguezes do Brazil.

niões contradictorias, mas um fenomeno de natureza social, sobre o qual a sociedade deve pronunciar-se a favor ou contra e acto continuo.

De fenomeno politico a dictadura só tem o nome. Pela questão fundamental que propôz da liberdade, deixou de ser um caso politico e passou a ser um caso social. Ser, ou não ser livre não é um problema politico. O aspecto mentiroso e o aspecto verdadeiro d'este problema foi o que até aqui dividiu a opinião. Por isso os effeitos sociaes do franquismo foram comparados por alguns aos effeitos sociaes da questão Dreyfus, não porque haja qualquer analogia de facto entre um successo e outro, mas porque em um, como em outro se trata de uma verdade que começou por dividir os homens, antes de ser vista igualmente por todos.

Essa verdade, espero-o, ha de ser vista igualmente em Portugal e n'um praso de tempo que a sua marcha promette ser breve, e então virá o accordo. Cessará toda a divisão entre os portuguezes de áquem e d'álem-mar e aquelles que urdi-

ram a trama infernal da mentira serão para todo o sempre subvertidos. Quem se lembra já hoje dos machinadores do processo Dreyfus? Que é feito d'elles? Onde param? Morreram de vergonha? Esconderam-se n'alguma parte, onde mudaram de nome, afim de acabar tranquillamente os seus dias? Os machinadores da aventura franquista hão de ter o mesmo fim. Que passem dois ou tres annos, esta é a minha crença, e ninguem saberá do paradeiro de João Franco; e dos seus Carvalhos, dos seus Abreus, dos seus Portos não haverá nem vestigios, nem memoria.

Elles riem, está claro, d'estas previsões, mas se dissessem a Gonse, ou a Mercier, ou a Du Paty que Picquart seria um dia, ministro da guerra, tambem elles ririam E Picquart foi ministro...

Os jornaes — os poucos que nos restam — zombam de um documento vindo do Rio de Janeiro, ao qual se deu o nome de

mensagem, é subscripto por portuguezes residentes n'aquella cidade e se dirige a poderes e individuos que eu me abstenho de nomear.

Os portuguezes do Brazil estão muito longe. Não sabem o que estão fazendo. Quando o souberem, hão-de reconhecer, espero-o, que desempenharam junto da sua patria, que tanto dizem amar e que tão pouco conhecem, um desastrado papel. Ah! o abrir dos olhos da sua cegueira ha-de reservar-lhes grandes surprezas e ha-de ao mesmo tempo causar-lhes dôres profundas. Terão a consciencia do seu erro — tarde! Terão a consciencia da sua culpa — tarde! Entre todos os filhos d'este paiz serão talvez os unicos a quem magoarão as deslumbrantes verdades do dia de ámanhã, e a sua humilhação será irreparavel.

As reflexões que o seu procedimento me inspirou já os excitaram contra mim. Estas irão excital-os mais. Tranquillisem-se, porém. São as ultimas. Os escriptores calaram-se. Agora tem a palavra a historia. A historia lhes responderá e estou

persuadido de que a sua resposta me dará sufficientemente razão para que não me queiram de futuro tanto mal quanto parecem querer-me agora.

1907 é para Portugal e para os portuguezes um anno tão nefando como foi o de 1808. Estas duas distantes épocas da nossa historia approximam-se pela angustia da hora presente, pelo receio do futuro, pela incerteza que paira sobre o destino de cada um e sobre o de todos, pela anciedade dos corações, pelo terror, pelo panico.

A mensagem dos portuguezes do Rio de Janeiro cahíndo n'este momento no meio dos portuguezes de Portugal, é talvez o resultado de um equivoco urdido pela mão do Diabo, mas esse equivoco, talvez por isso mesmo, toma as proporções abominaveis de um caso de fratricidio.

Não sei se no norte de Portugal ha ainda muitos regeneradores e progressistas. Se ha dou-lhes os meus sentidos pezames pelo passamento d'estes dois partidos, verificado na tarde e durante a noite d'hontem, domingo, nas conversações de toda a população de Lisboa. Não reproduzo nenhuma das palavras que a tal respeito ouvi, para não tornar mais doloroso o presente momento.

Os rotativos.

Eu nunca pertenci ao numero d'aquelles a quem o espectaculo da morte faz esquecer os deveres inflexiveis da justiça. Como Voltaire, penso que se se devem attenções aos vivos, deve-se a verdade aos mortos. Não pranteio, por isso, o fim d'esses dois partidos. Elles não foram uteis e só as existencias uteis se tornam meritorias. Não formaram a sociedade, nem pela educação, nem pelo exemplo. Ao povo

sepultaram-n'o na treva de uma ignorancia de que difficilmente está sahindo, e, sofismando a sua soberania até ao ponto de a tornar ridicula (foram elles que fizeram do povo esse personagem grotesco que foi o *Zé-Povinho)* coagiram-n'o a representar em toda a segunda metade do seculo XIX, um tristissimo papel social. Cretinisaram gerações de jovens portuguezes e corromperam-n'as. Durante longos annos, esses dois partidos fizeram em Coimbra a sua remonta de prostituição. Duas proxonetas astuciosas grassando entre as donzellas de uma provincia, não fariam mais estragos. Esses estragos fizeram. Pela mentira destruiram no espirito da mocidade o culto da razão, pela hipocrisia despojaram os seus juvenis corações da fé, do valor civico, da bravura moral. Foi a moral d'esses partidos que ensinou á juventude do seu tempo que as idéas generosas são como que uma erupção de pelle, propria da meninice, zombando assim do seu melhor apanagio. Foi essa moral que lhes inoculou o virus do scepticismo, mostrando-lhes a vida como uma

seus parentes e amigos accumulavam viveres e subsistencias e o que fosse necessario ao seu conforto, sem excepção dos creados. Ao vivo podia ter faltado alguma coisa. Ao morto nada faltava. Verdadeiramente, no velho Egipto, morrer era uma *chance*.

E' justamente o que succede aos dois partidos mortos. Morreram e tem tudo o que tiveram em vida, se não obtiverem mais alguma coisa. Já não são partidos, já não são coisa alguma: são o esfacelo, com o seu horrido aspecto e o seu nauseabundo cheiro e, no entanto, são ainda — o marechalato, o conselho d'Estado, a Torre e Espada e a Conceição de Villa Viçosa, o Credito Predial e a Junta do Credito Publico, as direcções geraes, chefias e sub-chefias, as direcções dos Bancos, as administrações de Companhias, as sinecuras, as prebendas, n'uma palavra — a meza posta.

Estes cadaveres comem. Já cheiram pessimamente e ainda fazem optimas digestões. Um d'elles, afiançaram-m'o, tem doze logares, outros seis, outros quatro.

E' raro o que tem um só. Não os largaram, resolvendo apodrecer commodamente no meio d'elles.

Ah! a morte assim, compreende-se. Não é a morte. E' uma esplendida sobrevivencia. Um bom logar do Estado, enriquecido por algumas sinecuras, que ideal de jazigo! Póde o contemporaneo, póde a historia inscrever no frontispicio d'esse monumento funerario: — *Aqui jaz o partido progressista*, ou: — *Aqui jaz o partido regenerador*. Não importa! Lá dentro come-se, e um jazigo onde se come póde ser um espectaculo macabro, mas não é um espectaculo aterrador.

Tratai bem os mortos! diziam os egipcios. Progressistas e regeneradores resolveram nas exequias do passado domingo, cultivar na politica portugueza a putrefacção cultivando os seus partidos mortos.

Mortos os partidos progressista e regenerador, presumem não sei se muitos

se alguns que elles ainda poderão governar.

Ah! não!

Mortos não governam, e se a morte moral d'aquellas extintas facções lhes permitte ainda viver uma existencia meramente fisiologica, digestiva e nutritiva, não lhes permitte desempenhar funções sociaes, para as quaes se reclama vida moral.

Ignez de Castro foi rainha depois de morta e deu beija-mão, mas Ignez era materia organisada em decomposição e um cadaver póde sentar-se n'um trono, o qual no fim de contas se reduz a uma cadeira de braços, sempre que haja quem tenha, como D. Pedro, o original capricho de o sentar lá. O governo de um morto, comtanto que esteja bem morto, é possivel. O governo de um morto tão insufficiente como é um morto moral, é impossivel, porque para cadaver sobra-lhe a vida e para governo falta-lhe a moral. Ora, eu repito, sem vida moral não se governa e os dois partidos perderam-n'a completamente.

Os partidos, não o esqueçamos, não são

senão um conjunto de individuos defendendo um corpo de idéas. Os dois partidos mortos não tinham idéas, mas tinham individuos. Idéas, tinham tão poucas que elles proprios nunca poderam explicar porque constituiam dois partidos, sendo necessario que Guerra Junqueiro definisse o seu dualismo, affiançando que elles eram dois, não porque não coubessem no mesmo programa, mas, na realidade, porque não cabiam na mesma sala de jantar. Restavam os individuos, com o seu prestigio individual, que resiste muitas vezes ao desconceito dos principios. Esses foram postos á prova pelos ultimos acontecimentos e o seu mesmo prestigio individual acabaram por o perder. O paiz já tinha cessado de olhar para elles; os seus ultimos partidarios voltaram-lhes as costas nas suas exequias officiaes. N'estes termos, admittir a hipotese de que elles possam governar é admittir o absurdo. Pódem, por muito imprevistas, muitissimo imprevistas, excessivamente imprevistas circunstancias subir ao poder, mas não para governar.

Creio que foi Odilon Barrot quem, nas vesperas de 1848, exprimiu o estado social da França, dando-lhe o nome de — *revolução do desprezo.*

Em Portugal está-se operando a — *revolução do nojo.* A attitude de certos partidos e de certos homens não inspira já juizos, commentarios, palavras, mas um gesto, uma exclamação de asco — *Puah!*

Em uma casa onde estavam reunidos alguns individuos sem significação politica — medicos, advogados, professores, como o assumpto fosse levantado por um dos presentes, todos fizeram uma careta de repugnancia e passou-se adiante.

Eu proprio, ao recolher, passei a vista por uns jornaes que encontrei sobre a meza e immediatamente reclamei que m'os tirassem d'ali e lhes fechassem d'ora ávante a porta. Não quero mais ver similhantes jornaes! A minha repugnancia é superior á necessidade de conhecer a podrí-

dão social que elles accusam. Não quero sobretudo pagal-os. Ah! isso de nenhuma maneira! Não se pagam contribuições para se manter montureiras.

Nojo! nojo é o nome d'esta revolução que não pega em armas e não faz desordens, e eu não creio que a historia das sociedades nos mostre outra assim. A proscripção, o banimento, a morte em nada são comparaveis aos effeitos d'esta revolução. Aqui não se trucida ninguem, aqui ninguem é banido, ou proscripto. Até certo ponto mesmo os individous, contra os quaes esta revolução é feita, parecem triumfar e, comtudo, nada ha que se assemelhe ao seu exterminio e á sua derrota. A revolução do nojo arrazou-os. Um vento de peste passando sobre elles não seria mais exterminador.

No meio d'esta revolução, a minha unica curiosidade nunca satisfeita, consiste em conhecer a mentalidade das suas victimas. Qual é ella? Onde está o apregoado talento d'esses homens que não lhes permitte ver a sua desgraça? Não tem elles talento algum e são de uma mediocridade rasteira?

Tudo o leva a crer. Foi um sofisma que os gerou e tudo n'elles é sofismado. Pachecos, tudo Pachecos, — é o que é. O sr. Proudhomme encontrou esta encarnação em Portugal — Pacheco, e quando é que o sr. Proudhomme chegaria a reconhecer-se decahido? Nunca! Pacheco foi posto á porta, desmascarado, ultrajado, escarnecido, apepinado, corrido e permaneceu solemnemente, gravemente, austeramente — Pacheco. Para o desalojar definitivamente da sociedade portugueza ha de ser preciso pegar-lhe ao colo e emborcal-o n'um barril de lixo.

Segundo parece, os dois partidos monarchicos não morreram definitivamente, porque ainda falam em morrer e de que maneira? — com honra! E' pelo menos o que nos annuncia um jornal regenerador, o *Noticias de Lisboa:* «Tambem é uma gloria saber morrer com honra.»

Estopante agonia!

Conhece o leitor o caso do pequeno que não ia para a mesa, porque o pai estava a morrer?

Eu lh'o conto.

Um pobre petiz, realmente, tinha o pai á morte, e a sua agonia vinha prolongando-se pelo dia fóra e entrando pela noite dentro. Chegara a hora de jantar, a meza fôra posta, mas ninguem ousava tomar o seu logar, aguardando o transe final do moribundo. A familia desolada cercava-lhe o leito, suspensa ainda pela esperança. Entretanto, as horas passavam, já era noite fechada e algumas creanças pallidas de fome, esperavam mettidas pelos cantos que aquillo acabasse e a sopa viesse emfim para a mesa, quando o silencio lugubre foi interrompido por uma d'ellas que disse n'um queixume de arrelia:—E esta! Nem o pai morre, nem a gente come!

Estes nossos partidos tem a agonia emprazadora. Nem morrem, nem deixam a gente viver. A sua agonia laboriosa empata o nosso destino. Estamos todos á espera de que elles exhalem o derradeiro alento, para exclamar com allivio — Bem!

Morreram os partidos monarchicos! Vamos tratar da vida! Mas não ha meio de se decidirem. Quando parece que estão definitivamente mortos levantam a cabeça, dão conselhos, dão sentenças. O partido regenerador, por exemplo, diz que não quer ligações com os republicanos e só as quer com os progressistas. Para quê? Para viver. E' a mania de todos os moribundos — viver! Agonisa e, nos intervallos do seu estertor, tem opiniões. Opina, por exemplo, que o partido republicano perdeu a sua força e que é absolutamente insensato fazer allianças com organismos debilitados. Fala nos seus sentimentos monarchicos. Diz que elles «não conhecem pessoas.» Depois deixa pender a cabeça para traz, cerra os olhos, arqueja. Vai emfim, passar d'esta para melhor? Qual! Levanta outra vez a cabeça, empina-se, pede almofadas, pede limonadas, pede um bife e diz que se vier a morrer, ha de morrer com honra.

Estopante agonia!

1908

Epilogo

Dezeseis dias nos Paulistas

(Diario de prisão)

Quarta-feira, 22 de janeiro.

Trouxeram-me para aqui esta madrugada, á 1 hora. Vim do Governo Civil n'um trem, acompanhado por tres policias secretas. Fizeram-me entrar na casa da guarda do quartel, onde os soldados dormiam, embrulhados em cobertores. Pedi a um dos policias que fizesse chegar a minha casa um bilhete que ali mesmo escrevi, para que me mandassem roupa e o necessario para estar uns dias fóra. Uns dias! Sei eu quanto isto durará? O policia desculpou-se de não fazer o recado (estas incumbencias não lhe eram permittidas) mas comprometteu-se a man-

dar o meu bilhete para o Juizo de Instrucção Criminal. Um cabo e dois soldados da Guarda Municipal convidaram-me a acompanhal-os e conduziram-me atravez os meandros do velho convento, descendo sempre interminaveis degraus de pedra. A que fundo subterraneo me levavam? Atravessei um pateo descoberto, ao fundo do qual me fizeram voltar á direita.

Tudo isto se passava na sombra. Eu não andava: apalpava o chão, apalpava as paredes. Era levado. Subito, encontrei-me deante de duas portas baixas, sobre as quaes li: *Homens — Mulheres*. Compreendi então que iam metter-me n'um calabouço e não pude reprimir um movimento de nojo e de indignação. Estava, no entanto, longe de imaginar o que era esse calabouço.

Vós, eleitos da sorte, que só tendes conhecido da vida as suas doçuras, vós ignoraes o que é um d'esses antros destinados á miseria! As féras são mais felizes do que os seres humanos que elles allojam. Os leões, os tigres, os chacaes tem prisões mais claras, mais arejadas e

mais limpas. Essa era bem um antro, tão sumido na terra, em relação ao nivel da rua, que eu tive a impressão de me encontrar no fundo de um poço secco. Lá dentro era tão escuro que accendi um fosforo para vêr o que estava á volta de mim. Fazia um frio de geleira e eu sentia-o na pelle, como se estivesse nú. O cabo que me acompanhou parecia um bom rapaz. De resto, todos aquelles que nas prisões nos tratam bem nos parecem bons. Antes de fechar a porta procurou dar-me um pouco de esperança assegurando-me que o official de serviço, que áquella hora estava deitado, viria de manhã e, com certeza, suavisaria a minha situação. Reconheceu que o calabouço não era agradavel e ao retirar-se, novamente me prometteu que o official viria cedo.

O primeiro gesto do prisioneiro, logo que o fecham á chave e se encontra só, é emprehender, se tem espaço para isso, um passeio febril, para diante e para traz. Foi o que eu fiz. Na minha alma não havia senão colera e colera é mo-

vimento. Andei, andei interminavelmente, sem contar o numero infinito de passos que dava. Ao cabo de não sei quanto tempo, exhausto de fadiga, approximei-me da porta do calabouço e encostei-me á grade. Do lado de fóra, illuminado pela chamma de um bico de gaz, diminuida até ás proporções de uma lamparina, estava um soldado embrulhado n'um cobertor e, sem duvida, de sentinella. — A que horas toca a alvorada? perguntei-lhe. — A's sete e meia, respondeu-me elle. E calou-se.

Depois de ter estado um momento a olhar para fóra, em silencio, voltei ao meu passeio, mas doiam-me as pernas, de ter estado tanto tempo em pé, e senti a necessidade de me sentar, de repousar, fosse onde fosse. O calabouço era quasi todo occupado por uma vasta tarimba. Accendi um fosforo, escolhi um logar que me pareceu limpo e sentei-me. A colera passára. Agora era mais do que fadiga o que eu sentia: era uma prostração de creança que irresistivelmente, seja onde fôr, fecha os olhos e dorme.

Adormeci, sentado, mas por duas vezes ia cahindo. Não podendo manter-me em equilibrio n'essa posição, levantei-me, accendi um cigarro, procurei saccudir o somno. Vi as horas no relogio. 3 horas. Tão cedo! Como custa a passar o tempo n'uma prisão! Mas a porta abriu-se. Quem seria já? Sempre que uma porta se abre n'uma prisão, quem lá está dentro estremece. Nada! Não era nada! Era um soldado que vinha offerecer-me um cobertor velho e desculpar-se: não tinha outro «áquella hora.» Agradeci-lhe e atirei o cobertor para cima da tarimba, promettendo-me a mim proprio não me servir d'elle. Ai de mim! Servi-me d'elle. Não recuseis, seja o que fôr, na prisão! Tudo é util á miseria e não ha peor miseria do que a dos prisioneiros! Mais tarde, vencido pela fadiga, fiz com elle uma especie de travesseiro que cobri com um lenço e, deitado ao comprido sobre as duras taboas da tarimba, sentindo o frio penetrar-me nos ossos, dormitei até á madrugada.

A madrugada é o peor momento das prisões. Abençoei o curto somno que me

poupou ao horror da ultima hora da noite e levantei-me de um pulo. Experimentei a elasticidade dos meus membros, sacudi-me, empertiguei-me, accendi outro cigarro e puz-me a andar para me aquecer. Agora via o logar em que estava. A luz da madrugada entrando por um postigo quadrado, mostrava-m'o a uma claridade de cella que ainda o tornava mais feio. As paredes estavam cobertas de salitre e escorriam uma humidade suja e viscosa. Era sombrio, era frio, era horrivel. Dir-se-hia uma caverna debaixo de agua. Para me distrahir um pouco, fui encostarme á grade da porta. O soldado de sentinella (era já outro) lia o *Seculo,* batendo com os pés no chão humido. Tive vontade de lhe pedir o jornal, mas reflecti que certamente elle tinha ordens para não communicar commigo e não o fiz. Aborrecido d'essa unica distracção, que era o espectaculo d'esse soldado lendo esse jornal, voltei para dentro, para o meu antro, e ia recomeçar o meu passeio para diante e para traz quando ouvi uma voz que chamava baixinho por mim pronunciando o meu nome.

Estas surprezas n'uma prisão que tem uma unica porta fechada e onde nos suppomos encontrar absolutamente sós, fazem passar pelo corpo um calafrio. A atmosfera das prisões é propicia aos fantasmas. Levantando os olhos vi a cabeça de um homem apparecer por detraz do vidro sujo de um postigo da prisão visinha das mulheres e confesso que só ao cabo de um certo tempo comprehendi o que se passava, porquanto a minha primeira idéa, ao reconhecer a presença d'esse homem, ali, tão perto de mim, foi a de que elle era um amigo e um amigo que vinha ajudar-me — a fugir. Mas por de traz do vidro, o homem cochichou: — O França Borges tambem foi preso! E eu compreendi. O meu visinho era — outro preso. Agradeci-lhe com um gesto, e a sua cabeça desappareceu.

Quinta-feira, 23 de janeiro.

A situação mudou consideravelmente. Fui transferido do calabouço em que estava, para esta sala onde estou e que é excellente, com o seu chão assoalhado, as suas altas paredes e a sua grande janella, através de cujas vidraças vejo Lisboa para os lados de Santos e da Estrella e d'onde lobrigo mesmo um pedaço do Poço Novo e o seu movimento de peões e vehiculos.

E' noite e estive tão mal que tenho a impressão de estar maravilhosamente. Chegam-me aos ouvidos todos os ruidos da vida e da rua: as vozes dos transeuntes que passam conversando, os assobios dos gaiatos, os pregões dos jornaes, o apito do elevador e o rolar surdo do seu cabo, por baixo da terra. A unica porta da sala dá para um largo corredor do

quartel, que lhe serve de parada. Pelo vidro de um postigo expressamente aberto — para me vigiar, vejo passar officiaes, soldados e vejo as formaturas. Agora mesmo, ouço vozes de creanças brincando, porque estes quarteis são tambem domicilios, com todos os seus aspectos familiares e intimos.

Tenho um leito, uma meza e, n'um cubiculo contiguo a esta sala, um verdadeiro gabinete de *toilette*. Que mais posso querer?

Terça-feira, 28 de janeiro.

Oito dias! As precauções redobraram. Em baixo, na esplanada contigua á cêrca de Jesus, que vejo da minha janella, foi postada uma sentinella, certamente para verificar se eu faço signaes para fóra, o que me seria inutil, porque a janella está pregada e os seus vidros estão muito

sujos. A sentinella collocada á porta da sala rende-se de duas em duas horas e creio que ha uma outra aqui ao lado, porque lhe ouço os passos. Muitas attenções, cada vez mais attenções, mas cada vez maior vigilancia. Que receia esta gente? e por quanto tempo ainda tencionam ter-me aqui? Ignoro completamente o que se passa lá fóra. Nas prisões civis é facil illudir a vigilancia e ter noticias, ler mesmo um jornal. Aqui, n'esta caserna, no meio d'esta disciplina, é impossivel qualquer communicação. De resto, estou bem aferrolhado e a janella que me permitte olhar para fóra através das suas vidraças, foi pregada com uma grossa tranca de madeira.

Todos os dias, emquanto fazem a limpeza d'esta sala, transformada em prisão, transferem-me para a sala da aula regimental que fica a dois passos e ahi, um ou dois officiaes, fazem-me companhia. A minha presença aqui não parece molestal-os. Creio mesmo que trouxe uma distracção á monotonia da sua vida de caserna. Falam de tudo, excepto de politica,

conversação a que, de resto, não os attrahio. Vê-se, porém, que a sua discrição é o resultado de um *mot d'ordre.* O capitão que commanda a companhia nunca conversa, mas é muito affavel e delicado. Deram-lhe instrucções para receber o dinheiro que eu tivesse. Quando lh'o entreguei mostrou-se muito vexado e pediu-me desculpa.

Logo que a limpeza está feita, recolho á minha sala, o official que não deixa de me acompanhar, cumprimenta e faz fechar a porta por um sargento, com todo o genero de precauções — fechaduras, ferrolhos. Começa a minha tarde. Passo a maior parte do tempo a passeiar de um lado para o outro, entregue ás minhas cogitações. Quando me sinto fatigado, encosto-me ás vidraças da janella e considero com tristeza a cidade e a vida de fóra — o Poço Novo, um pouco da rua dos Poiaes, os transeuntes e os vehiculos. Essa parte do panorama é dominada pela basilica da Estrella, que faz um lindo effeito no fundo azul do ceu, dos dias que tem estado.

A noite incommoda-me, mas passa depressa, porque me habituei a deitar-me

cedo e o somno felizmente tem vindo. Tenho grandes inquietações e bem negros pensamentos. Nunca, em toda a minha existencia, considerei com tantas duvidas o meu destino. Tristes tempos os nossos! Não ouso confiar-me a este papel. O que será de mim e a que mãos irá elle parar? Terrivel oppressão aquella que não poupa sequer a alma dos prisioneiros e opprime e ameaça mesmo no carcere! Este pobre paiz cahiu então nas mãos de verdadeiros bandidos? Devemos crêl-o. Entretanto, dou balanço aos nossos esforços e pergunto a mim mesmo se não chegamos emfim ao cabo d'elles. Hontem reclamei um advogado. Reclamação inutil, bem o sei, mas o homem moderno não deve nunca esquecer, mesmo na maior oppressão, que existe o Direito. Meianoite. Deito-me perguntando a mim mesmo se sahirei d'aqui vivo.

Sabbado, 1 de fevereiro (meia-noite).

Que se passa?

Cêrca das 6 horas deu-se um movimento anormal no quartel. Olhando através do postigo da porta, notei que os officiaes andavam de espada á cinta e os soldados de capacete, o que não costuma succeder. Alguns d'estes passavam a correr; outros davam ordens que não me chegavam aos ouvidos. Um pelotão armado veio formar diante da minha porta, á minha vista. Ouvi dizer — *marche!* e os soldados precipitaram-se pela porta de sahida do corredor. Pouco depois ouvi bradar ás armas! e vi que o capitão se debruçava á janella que dá para a rua. Suppuz por um momento que se tratava de um incendio perto d'ali, e fui postar-me á janella. Da janella vi muita gente a correr, no Poço Novo. Dir-se-hia que alguma

coisa se passava por ali. Um desastre? pensei. Na visinhança chegava gente ás janellas. Fiquei muito inquieto. Cahiu a noite e comecei a ouvir os pregões dos jornaes. Esses pregões são habituaes. Todas as noites os ouço. Comtudo eram, ou pareciam caracteristicos de extraordinarias noticias. Que noticias?

Cêrca das 7 horas, a porta do quarto abriu-se e o capitão fez entrar o meu jantar. O moço que o trouxe não era o mesmo que estava ao meu serviço, mas um outro, o que me pareceu singular. Além d'isso, porque razão veio o capitão acompanhar o jantar, o que nunca até aqui succedeu, porque esse serviço não lhe compete, e porque razão não veio um dos subalternos, acompanhado do sargento que costuma abrir a porta?

— Ha alguma novidade? perguntei-lhe.

— Nada, respondeu-me, patrulhas...

Percebi, no entanto, que elle não falava a verdade e que alguma coisa se passava. Estou já bastante familiarisado com a vida da caserna para compreender que aqui se passa, seja o que fôr, que não é nor-

mal. Habitualmente, o moço que traz o jantar põe o talher antes de se retirar. Notei que o capitão estava impaciente e tinha pressa. Disse:—Não se incommode. Pode fechar a porta. Eu me arranjo.—Perfeitamente, fez elle, e retirou-se levando comsigo o moço.

Este incidente augmentou extrordinariamente a minha inquietação. O jantar estava frio. Comi á pressa umas garfadas. Pouco depois, a porta tornou a abrir-se, como de costume, para levarem a louça; mas d'esta vez quem appareceu foi um alferes, acompanhando o moço que me servia. Dirigi ao alferes a mesma pergunta que já tinha dirigido ao capitão:

— Houve alguma novidade?

— Nada! respondeu-me elle sem apparente dissimulação.

— Suppuz que tinha havido alguma coisa... Como tenho visto passar tanto soldado de capacete...

— São novas instrucções...

— Além d'isso, vi muita gente a correr, além, no Poço Novo...

Então, o moço que me servia interveio

falando vagamente de um choque de electricos, para os lados da Moeda.

— Justamente, rendemos hoje a guarda da Moeda, disse o alferes.

Estavam evidentemente procurando enganar-me, tanto o official como o moço. Este nunca se esquece de me trazer o copo de leite que lhe pedi. Esta noite esqueceu-o. Mas o que se passou depois augmentou ainda mais a minha inquietação.

A's 8 horas, houve um tal alvoroço no quartel que imaginei que a companhia toda ia sahir. No corredor formou uma força, houve vozes de commando e vi passar um alferes em uniforme de serviço, de capacete e espada. De resto, todos os officiaes traziam a espada, o que nunca eu vira. A' minha vista passou outra força. Ouvi uma voz que impunha silencio aos soldados e distingui perfeitamente que estes carregavam as espingardas. Durante esta operação, cahiram mesmo no chão alguns cartuchos. Olhando de lado pelo postigo da porta vi um official de cavallaria da Guarda Municipal conversando com os da companhia. Junto da porta alguns sol-

dados cochichavam, mas por mais que applicasse o ouvido não pude ouvir o que diziam. Que se passa? O toque de recolher fez-se muito tarde. Deram as 8 e meia e não se fez o toque de silencio. A companhia está evidentemente de prevenção. Porquê? E' o que pergunto a mim mesmo.

Meia-noite. A caserna está em silencio, mas não se apagaram as luzes, como de costume. Escuto ávidamente os ruidos de fóra. A cidade parece estar socegada. Vou deitar-me. Vou tentar dormir. Conseguil-o-hei? Seria o unico meio de escapar á terrivel inquietação que me sobresalta.

Domingo, 2 de fevereiro (2 horas da tarde).

Esta manhã, acordei ouvindo raspar á minha porta. Erguendo-me na cama, que está junto d'ella, vi que de fóra estavam

tapando o postigo com uma taboinha, evidentemente para occultar ás minhas vistas o corredor e o que ali se passava. Puz-me a pé (eram 6 horas) e emquanto me arranjava, a sentinella da porta não deixou de me vigiar levantando de vez em quando a taboinha do postigo. Bem! pensei, redobram as precauções! Tive um momento de colera, que passou. Para que irritar-me? Fiz o meu café e fui postar-me á janella, procurando aqui e ali, na cidade, um indicio, uma explicação, uma d'essas palavras das coisas que me fizessem compreender o que se passara na vespera, quando descobri de repente uma bandeira em funeral no hospital da Estrella... Esta descoberta causou-me uma grande surpreza. A minha primeira idéa foi que se tratava talvez de um anniversario funebre, mas logo reflecti que só os luctos nacionaes explicam essa demonstração official. Houve então um lucto nacional? Comtudo, quando ao meio dia vieram trazer-me o almoço, tive o cuidado de não deixar suspeitar que tinha feito similhante descoberta, e tive sobretudo o cui-

dado de não fazer perguntas. Fiz mal em interrogar hontem o capitão e o alferes ácerca do movimento insolito da companhia. A isso devo provavelmente o teremme tapado o postigo da porta. Se elles verificam que eu me informo do que se passa só com o olhar para a cidade, são capazes de me privar d'esta unica distracção fechando as portas interiores, ou transferindo-me talvez, sabe Deus para onde! O official que veio com o almoço cumprimentou-me como de costume, cortezmente, mas sem a affabilidade dos outros dias. Emquanto eu me sentava á meza, dirigiu-se á janella e esteve um pedaço a olhar para fóra. Não parecia estar á vontade. Eu observava-o em silencio. Pouco depois, retirou-se, fechando a porta.

Emquanto almoçava, ouvi carregar espingardas nos corredores. Voltando-me, surpreendi a sentinella a espreitar pelo buraco da fechadura. Que se passou então para que tomem tantas precauções commigo? Almocei á pressa e voltei á janella. Lá estava, no hospital da Estrella,

— a bandeira em funeral. Eu não tirava os olhos d'ella, intrigado, quando a porta se abriu de novo, para a limpeza. Sahi acompanhado por um alferes e passei, como todos os dias, para a aula regimental, onde se encontrava outro alferes. Não perdia a esperança de lhes arrancar uma palavra do enigma. Para isso, comecei por me mostrar muito reservado.

O melhor meio de fazer falar os outros é calar-nos. Vendo-me calado, um dos alferes imaginou talvez que eu estava resentido pelo facto de me haverem tapado o postigo da porta e explicou que se tomara essa providencia para impedir a indiscrição dos soldados, alguns dos quaes já tinham sido surpreendidos a espreitar-me e mesmo castigados por esse motivo. — O que não impede, disse eu, que não tirem os olhos de mim, se porventura não tem instrucções para me vigiar d'esse modo. Um dos officiaes reconheceu que as sentinellas tinham essas instrucções.

— Em summa, o postigo foi tapado para que eu não veja o que se passa lá fóra.

— Isso sim! objectou o official, com-

preende que nos é indifferente que o senhor veja o que se passa cá fóra...

— Tanto mais indifferente lhes deve ser, tornei eu, quanto essas precauções não me impedem de notar o que se passa. Compreendem... não posso tapar os ouvidos. Assim, muito bem notei que os senhores estiveram de prevenção esta noite...

Os dois officiaes trocaram um olhar.

— A noite passada e ainda esta manhã, prosegui, se carregaram armas n'este quartel... Emfim, não me parece muito grave que eu tenha tido conhecimento de que os senhores estiveram de prevenção...

Os dois officiaes fizeram o gesto vago de quem diz: sem duvida!

Um d'elles observou, mudando de conversa e referindo-se á minha incommunicabilidade:

— Deve ser fatigante!

— E' sobretudo, arbitrario.

E accrescentei intencionalmente:

— Assim tudo isto não acabe mal!

Os dois officiaes trocaram outro olhar. Eu prosegui, sem deixar esfriar o assum-

pto, porque adivinhei que estava na pista dos acontecimentos da vespera:

— De resto, está previsto pelo Vilhena: isto ha de acabar por uma revolução, ou por um crime.

D'esta vez, os dois officiaes trocaram outro olhar, em que havia surpreza, e um d'elles perguntou-me se eu era amigo do Julio de Vilhena. Como lhe respondesse que apenas o conhecia de nome, recriminou o Vilhena e o seu vaticinio, muito irritado, quasi colerico. Esta colera, estas palavras irritadas foram um raio de luz. Houve portanto um crime, visto não ter havido uma revolução. Que crime foi esse? N'esse momento debrucei-me a uma das janellas da sala, que tinha a vidraça aberta. Em baixo, no pateo, um soldado lia o *Seculo* e eu pude ver, embora sem poder ler, que essa folha trazia uma larga *manchette,* cheia de dizeres em grossos caracteres, como o *Seculo* só publica por occasião de extraordinarios successos.

Ao voltar para o meu quarto, puz-me á janella a observar a cidade com mais attenção e acabei por descobrir mais duas

bandeiras em funeral, uma das quaes á varanda de uma associação hespanhola, no Poço dos Negros. A bandeira portugueza estava arriada entre uma bandeira hespanhola e uma outra, cuja nacionalidade não distingui.

(10 da noite.)

Que dia de conjecturas, de anciedades, de tormentos! Com o jantar, veio um dos alferes d'esta manhã. Conversou. Ordens sempre muito severas. Nem uma palavra sobre o que se passa lá fóra. Obrigal-os a mentir, ainda é um meio de surpreender a verdade. Tentei-o.

— O commandante ainda está em Villa Viçosa? O rei já regressou?

Resposta embrulhada:

— O rei? Sim... O commandante?... Francamente não sei se está em Lisboa!...

Falei-lhe nas bandeiras em funeral. Mostrou-se muito surpreendido.

— Talvez algum anniversario?... disse eu.

— Não! Que eu saiba... não!

Trazia o uniforme do quartel e parecia calmo. No quartel, cessou o movimento anormal. Dir-se-hia que estão todos socegados. São mais felizes do que eu! Eu estou tão socegado que não posso ler, nem escrever.

A's 7 horas começaram a passar os supplementos dos jornaes. Ouvi apregoar o *Noticias de Lisboa* e, mais tarde, o *Jornal da Noite*. Evidentemente, passou-se alguma coisa. Só assim se explica esta gritaria de supplementos ao domingo. Mas o quê? o quê? O que é que se passou?

Segunda-feira, 3 de fevereiro (2 horas da tarde).

Esta manhã, ao levantar-me, corri á janella. Se é certo o que eu penso (1), as bandeiras devem continuar em funeral! Lá estavam as bandeiras — em funeral. Não resta duvida! morreu alguem da familia real. Quem? O rei? Provavelmente. Como morreu? De morte natural? Um homem tão saudavel! Não é presumivel. Houve, portanto, um attentado contra o rei e o rei morreu. E' o que presumo. O caso deve ter-se dado no sabbado, cerca das 5 horas da tarde. A noticia circulou

---

(1) A situação era tal com João Franco que escrevi este *diario*, sempre receioso de que m'o apprehendessem e não ousando assim confiar ao papel todos os meus pensamentos.

ás 6. Foi a essa hora que vi correr tanta gente pelo Poço Novo e ouvi o pregão desusado dos jornaes. Foi então que bradaram ás armas! no quartel e se deu aqui o alarme.

Um outro indicio veio confirmar as minhas conjecturas: os pequenos da Escola Industrial Rodrigues Sampaio, que vejo d'aqui, não appareceram hoje. O pateo em que costumam brincar está deserto. Ha, pois, feriado nas escolas: *feriado em virtude da morte do rei.* No Poço Novo passaram dois ou tres individuos, de lucto, sobrecasaca, chapeu alto, luvas pretas; depois, alguns soldados e tres clarins de caçadores, de grande uniforme; depois um official, tambem de grande uniforme, a cavallo, trotando pelos Paulistas abaixo. Ao meio dia, houve revista á companhia, no corredor. Para que eu não podesse ver pelo buraco da fechadura, taparam-n'a com um pedaço de jornal. Não posso attingir o objectivo d'estas precauções. O almoço veio muito tarde. Ausencia de officiaes. Foi um sargento que abriu a porta.

(3 horas da tarde.)

Nenhuma duvida já. O rei morreu! Emquanto faziam a limpeza do meu quarto transferiram-me, como sempre, para a aula regimental. Parece, porém, que não ha officiaes no quartel, porque foi um sargento que me conduziu até lá, deixandome só na sala e fechando a porta.—Ainda bem! disse commigo. Vejamos se descubro por aqui alguma coisa! Não tardei muito em descobrir. Abrindo uma das janellas que dão para o pateo, descobri logo um soldado a ler um jornal. Infelizmente, o soldado dobrou-o, mettendo-o entre os botões da fardeta, e dobrou-o precisamente quando eu apanhava de fugida na primeira pagina uma imagem que me pareceu ser a do rei — adquisição incerta e bem pouco comprovativa! Duvidar é terrivel: só a verdade nos tranquilisa. Subito, a verdade appareceu-me: um clarim passava por baixo da janella, com um jornal todo aberto nas mãos. Li perfeita-

mente o titulo do jornal —*Diario Illustrado* —e vi perfeitamente um retrato do rei, encimado por um tarja de lucto. Já não tinha duvidas. Foi o capitão quem veio abrir-me a porta e acompanhar-me á minha prisão. Sempre muito amavel. Pareceu-me mesmo mais amavel do que até ali.

— Como está?

— Massado!

— Isto não pode durar. Não ha mal que nunca acabe.

— Assim o espero...

São 3 horas da tarde e ouço apregoar supplementos de jornaes, o que já não me surpreende, agora que sei o que se passou. Estamos, portanto, na aurora de um novo reinado! Por certo João Franco já não é ministro. Deu a sua demissão e o novo rei acceitou-lh'a sem perda de tempo. Luiz Felippe não quer ouvir falar mais de João Franco, o que é explicavel. Acabou o franquismo. No fim de contas, João Franco teve sorte. Isto podia ter acabado peior — para elle. Um novo ministerio? E' natural. Em todo o caso, uma nova situação,

Espero os acontecimentos com maior tranquillidade. Emquanto não vem outra, a tempestade passou.

. . . .

(9 horas da noite.)

Lisboa parece ter recuperado a sua tranquillidade. Ausculto-a como se póde auscultar um corpo vivo. O seu coração pulsa regularmente. Nem um grito, nem um clamor! Monotonia, a monotonia do repouso. Ouço os apitos do ascensor, que sobe e desce os Paulistas, os passos dos transeuntes, as vozes, os eccos. Tudo isto respira calma e normalidade. Agora ouço apregoar de todos os lados — *á ultima hora! á ultima hora!* mas porque razão não ouço aprogoar senão o *Noticias de Lisboa* e o *Jornal da Noite?* Provavelmente, os outros jornaes da noite foram suspensos.

Passei a tarde mais socegado do que estes ultimos dias — dias terriveis! — mas não tão socegado como eu o quizera, para meu completo descanço. No fim de contas, estou reduzido não a ouvir, mas a conje-

cturar a vida e a vida não obedece aos meus raciocinios.

Se o rei morreu, como acredito, o corpo deve ter sido transportado para os Jeronimos, onde estará n'este momento em exposição. O enterro será d'aqui a alguns dias, quando eu ouvir as salvas dos navios de guerra e dos fortes. Portanto, se as coisas se passarem logicamente, tenho ainda para oito dias — o tempo necessario para que o governo mude, porque não me passa pela cabeça que fique o que está. Não ha principe que herde um governo que lhe matou o pae. Oito dias! mais oito dias! Seriam assim vinte e oito dias de incommunicabilidade, de isolamento, de emparedamento e — de angustias! Felizmente, durmo bem, tenho apetite, estou bem de saude. Além d'isso, passeiando n'este quarto como uma féra na jaula, faço kilometros por dia. A' noite, quando me deito, estou bastante fatigado para que o somno venha e o somno vem.

Terça-feira, 4 de fevereiro.

Dia lindo, como hontem, como ha oito dias para cá. Ao levantar-me abro as portas da janella. As bandeiras lá estão a meia haste. O pedaço do Poço Novo que vejo d'aqui, está tranquillo como toda a cidade, d'este lado. O que me surpreende é ver passar tanta gente de preto e bastante de lucto. Uma creatura que vive na agua-furtada do casarão contiguo aos Paulistas, tambem hoje appareceu de preto, e uma menina que talvez seja filha, ou neta, e que se mostrava sempre desde que aqui estou, còm a mesma blusa encarnada, appareceu igualmente com uma blusa preta. Nos Paulistas, os sinos dobram plangentemente. Lucto pelo rei? Custa-me a acredital-o. Não foi por certo D. Pedro V que morreu!

Na escola industrial, onde os pequenos

estudantes faziam tanto barulho, continúa deserto o pateo: continúa o feriado. Durante o dia ouvi apregoar supplementos A' tarde, de novo reparei que não eram apregoados nem o *Dia,* nem o *Correio da Noite,* nem as *Novidades.* No quartel renasceu o socego. A's 6 da tarde, entroume no quarto um alferes a annunciar-me ter visto da janella o moço com o jantar. Que sollicitude! O moço demorou. Entretanto, o alferes manifestou a opinião de que «isto devia estar por pouco» e falou bastante, de muitas coisas já se vê extranhas á actualidade, mas n'um tom que me pareceu revelador de boas noticias, lá fóra. Emquanto eu jantava conversou e, sendo chamado, retirou-se fechando a porta á chave; mas d'ahi a pouco reappareceu muito affavel estendendo-me a mão e desculpando-se de se ter retirado sem se despedir. Tudo isto me parece indicio de proxima libertação.

Ao cahir da tarde entrou um grande navio. Na nesga do Tejo que avisto da janella, só distingui uma mancha escura, pontilhada de luz. Deve ser um navio de

guerra, porque, pouco depois, fazia projecções. Talvez mesmo seja uma esquadra. A's 9 horas da noite, a cidade, d'este lado, apparenta tranquillidade. Cessou a gritaria dos supplementos.

(10 horas da noite.)

Ouço apregoar as *Novidades*. Significará este pregão que só agora ouço, que este jornal reappareceu, depois de ter sido suspenso? Isso só significaria que a situação politica teria mudado já.

Quinta-feira, 5 de fevereiro.

Toda a gente de lucto! Dobre de sinos. Marcha funebre ao longe. Penso que é hoje a trasladação e que tanta gente de lucto vai ver passar o cortejo. Só assim explico o lucto. E' curioso! Dir-se-hia que o rei se

tornou popular! E' sempre assim em Portugal: morrer engrandece. Subiam agora, 2 da tarde, pelos Paulistas, dois rapazes offerecendo á venda, grandes retratos de D. Carlos, em oleografia. Pelo Poço Novo tem passado muita gente em direcção ao Conde-Barão. Sem duvida é gente que se dirige ao Aterro, a ver o funeral. Muitas mulheres e todas de lucto: algumas de mantilha preta, como na Semana Santa. A's mulheres tudo serve de pretexto para fazer *toilette*. Morra Christo, ou morra Barrabás, põem lucto.

(9 horas da noite.)

Por certo não se fez hoje a trasladação do corpo do rei para S. Vicente de Fóra. Se assim succedesse eu teria ouvido as salvas de terra e do mar. A situação politica vae seguramente mudar. Quando? Quando acabar a dôr official. Uma semana de dôr. Creio que é o dado. Lá para segunda-feira é provavel que o novo governo já esteja no poder. Portanto, só lá

para segunda ou terça-feira é que isto acabará, e digo que acabará porque é inadmissivel que o jovem Luiz Felippe queira herdar os erros do pae. Franco e consortes estão já no patamar. O que, porém, não compreendo é que não afrouxe a vigilancia em redor de mim. Que longo e fastidioso dia o de hoje! Devo ter envelhecido aqui. Que incertezas, que anciedades! Aqui conheci a angustia das peiores horas que o homem pode soffrer. Para me repousar de um dia de solidão e conjectura, embalo-me na idéa de recuperar a liberdade.

Ultima verba

10 de fevereiro.

Em quasi vinte annos de vida politica, tenho conhecido o que a politica reserva de mais duro ao homem. Conheci carceres de todo o genero e todo o genero de reclusões. Estive preso em terra e estive preso no mar. O mar é a suprema liberdade. Eu conheci a incommunicabilidade — no Oceano. De uma das vezes que estes terriveis poderes nacionaes me mandaram para a Africa, dobrei o cabo Espichel dentro do camarote de um navio e fechado á chave. Na cidade do Porto, longos dias contemplei Villa Nova de Gaia e as suas ridentes montanhas através da

vigia de um barco de guerra, onde me recolheram e onde me privaram de toda a communicação com a vida exterior. Os calabouços da policia de Lisboa são horriveis antros. Por tres ou quatro tenho passado. Conheci as prisões de duas fortalezas africanas e n'uma d'ellas, a de S. Miguel, jazi um anno quasi. A Relação é uma Bastilha. Lá estive. O Limoeiro é a mais immunda de todas as cadeias. Lá estive. Agora mesmo, ao recordar-me por quantos carceres tenho passado, nem eu o sei dizer! Com esta vida de encarcerado, tenho feito uma existencia errante de exilado que não tem sido melhor, porque a dôr do exilio é a peior das dôres que pódem affligir a nossa alma. Durante um anno, expatriado, vagabundeei pela França, durante dois pela Hespanha. Soffri? Sem duvida. Não ha forças moraes que nos tornem invulneraveis. Somos feitos de uma carne fraca. Soffri a inclemencia, o desconforto, a immundicie, a treva, a asfixia d'esses logares de horror para onde nos atiram sem attenção pela nossa condição, a nossa educação, a nossa sen-

sibilidade, uma sociedade de costumes medievaes e senhores tão medievaes como ella. No forte de S. Miguel e no calabouço dos Marujos, um degredado velou as minhas noites de febre. Por degredados fui guardado, isto é, conheci com a injustiça, a humilhação e a dôr aguda dos vencidos. Se ha calvarios, subi-os — de rastos. N'esse forte de S. Miguel, que ainda hoje é para a minha imaginação um espantalho, um official, se este nome se lhe pode dar, tratou-me com mais arrogancia e dureza do que ao peior dos malfeitores, e outro houve que tendo-me dado por companheiros quatro ladrões, me quiz prender as mãos com algemas. Não ha duvida — soffri. O meu corpo andou em bolandas. Na minha alma desencadearam-se tempestades capazes de a fazerem sossobrar.

Pois bem! Tudo isso, — carceres immundos, prisões remotas, tormentosas clausuras, carcereiros impiedosos, dolorosos exilios, inclemencias fisicas e inclemencias moraes, tudo isso se apaga na minha memoria, sob a impressão dos

dezeseis dias que acabo de passar nos Paulistas — e eu vou dizer porquê. Nunca fui tão humanamente, tão bondosamente, quasi tão affectuosamente tratado como o fui n'essa casa. Nunca soffri tanto como ali soffri. De todas as minhas prisões tenho sahido sem vestigios da sua oppressão — alegre, impetuoso, venturoso. Dos Paulistas sahi acompanhado pela sombra d'essa melancolia que persegue o homem que alguma vez julgou que ia morrer, e eu julguei-o. Ah! não imaginem que o julguei com pavor! A idéa da morte entristece-me profundamente e foi essa tristeza que eu senti, — tristeza que não me abandonou, desde que para lá entrei até que de lá sahi. Essa idéa nunca me tinha apparecido no meio dos conflictos em que me envolvi. Appareceu-me ali, com uma tão grande logica que me resignei a acceital-a, e todo aquelle que um dia acceitou a idéa de morrer não recupera a alegria da vida.

Houve um homem em Portugal que lançou a idéa perturbadora da morte em almas puras de todo o crime. Esse homem

foi João Franco e não me inspira odio: — inspira-me horror. Não é um homem: é o Homem: o homem primitivo, o homem summario, o homem inimigo do homem — *homo homini lupus.*

Indice

Indice